

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS DOCENTES
SOBRE A INTERFACE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Roger Rodrigues Peres

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS DOCENTES
SOBRE A INTERFACE SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Roger Rodrigues Peres

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, na área de concentração Cuidado, Educação e Trabalho em Enfermagem e Saúde, Linha de Pesquisa Trabalho e Gestão em Enfermagem e Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Enfermagem.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silviamar Camponogara

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Peres, Roger Rodrigues
Percepções de enfermeiros docentes sobre a interface
saúde e meio ambiente na formação profissional. / Roger
Rodrigues Peres.-2014.
198 p.; 30cm

Orientadora: Silviamar Camponogara
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-
Graduação em Enfermagem, RS, 2014

1. Enfermagem 2. Ensino Superior 3. Saúde Ambiental
4. Educação Ambiental I. Camponogara, Silviamar II.
Título.

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Roger Rodrigues Peres. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: roger_rrp@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

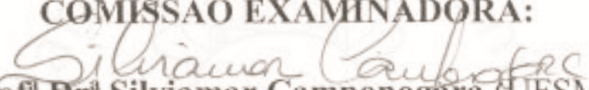
A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

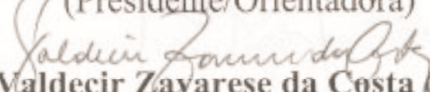
PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS DOCENTES
SOBRE A INTERFACE SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

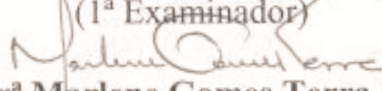
Elaborado por
Roger Rodrigues Peres

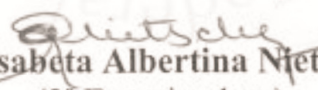
Como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Enfermagem

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof^a Dr^a Silviomar Camponogara (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Prof^o Dr^o Valdecir Zavarese da Costa (UNIPAMPA)
(1^a Examinador)


Prof^a Dr^a Marlene Gomes Terra (UFSM)
(2^a Examinadora)


Prof^a Dr^a Elisabeta Albertina Nietzsche (UFSM)
(3^a Examinadora)

Santa Maria, 27 fevereiro de 2014

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
Universidade Federal de Santa Maria

PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS DOCENTES SOBRE A INTERFACE SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Autor: Roger Rodrigues Peres
Orientadora: Silviamar Camponogara
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2014

Introdução: A qualidade socioambiental e, conseqüentemente, a saúde populacional têm sido alvos de preocupação constante dos diferentes setores da sociedade no decorrer dos últimos anos. Nessa vertente, quando pensada a interface saúde e meio ambiente, torna-se imprescindível que a enfermagem tome posição na discussão. Diante do exposto, questiona-se qual é a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional de enfermagem? **Objetivo:** conhecer a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem. **Método:** estudo de abordagem qualitativa, do tipo exploratório e descritivo. Teve como procedimentos de coleta de dados, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada. Os dados foram coletados nos meses de janeiro a abril de 2013, em Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Os sujeitos do estudo foram os enfermeiros docentes das instituições selecionadas. O processo de análise dos achados esteve orientado pelas etapas da análise de conteúdo. **Resultados:** A pesquisa revelou diferentes percepções sobre o tema estudado, que estão apresentados em três artigos. O artigo “O enfermeiro docente frente à problemática ambiental contemporânea” trata das diferentes concepções de meio ambiente apresentadas pelos docentes, das percepções da atual problemática ambiental e quais as ações ambientalmente responsáveis são realizadas por eles. A percepção da interface saúde e meio ambiente é apresentada no manuscrito “A relação saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem: percepções de enfermeiros docentes”, onde se evidenciam também a abordagem que os sujeitos tiveram do tema em suas formações e como eles percebem esse na atual formação profissional. Por fim, o terceiro artigo, “A educação ambiental na formação profissional em enfermagem”, retrata as concepções de educação ambiental dos sujeitos, acrescentando-se ainda como eles percebem a educação ambiental na formação profissional em enfermagem. **Considerações:** O estudo revelou que a perspectiva ambiental, inserida nessa a relação saúde e meio ambiente e a educação ambiental, ainda se mostra incipiente na formação profissional em enfermagem, muito em vista do sentimento de despreparo que os sujeitos relataram, da fragmentação disciplinar e pouca comunicação entre os docentes sobre o tema. Espera-se que esse estudo auxilie na busca de novas formas de pensar o ambiente e introduzir a temática na formação do enfermeiro, instigando, ao mesmo tempo, a realização de novas pesquisas sobre o tema.

Descritores: Enfermagem. Ensino Superior. Saúde Ambiental. Educação Ambiental.

ABSTRACT

**Master's Dissertation
Nursing Pos-Graduation Program
Federal University of Santa Maria**

PERCEPTION OF NURSING FACULTY ABOUT THE INTERFACE HEALTH AND ENVIRONMENT IN VOCATIONAL TRAINING

Author: Roger Rodrigues Peres

Orientator: Silviamar Camponogara

Place and Date of the defense: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2014

Introduction: The environmental quality and, consequently, population health has been the subject of constant concern of the different sectors of society in the past few years. In this aspect, when designed the interface health and the environment, it is essential that nurses take a position in the discussion. Given the above, one wonders what is the perception of nursing teachers of federal higher education institutions of Rio Grande do Sul on the approach to health and environment interface in professional nursing training? **Aim:** know the perception of nursing teachers of Rio Grande do Sul federal institutions of higher education about the approach to health and environment interface in professional nursing education. **Method:** qualitative study, with exploratory and descriptive type. Had the procedures of data collection, documentary research and semi-structured interview. Data were collected in the months from January to April 2013, in the Federal Institutions of Higher Education of Rio Grande do Sul. The study subjects were nurses teachers from selected institutions. The process of analysis of the findings was guided through the of referential content analysis. **Results:** The research revealed different perceptions about the studied subject, which are presented in three articles. The article "Teaching nurses relation to contemporary environmental problem" deals with different conceptions of the environment presented by the teachers' perceptions of current environmental issues and environmentally responsible actions which are carried out by them. The perception of health and environment interface is presented in the manuscript "The relationship between health and the environment in vocational training in nursing: perceptions of faculty nurses", which also show the approach that the subjects had the subject in their training and how they perceive that the current vocational training. Finally, the third article, "Environmental education in professional nursing education," portrays the subject concepts of environmental education, is adding even how they perceive environmental education in professional nursing education. **Considerations:** The study revealed that environmental perspective, inserted in this health and the environment and environmental education relationship, is still incipient in professional nursing education, a lot of because the very feeling of unpreparedness that subjects reported, the disciplinary fragmentation and poor communication between teachers on the subject. It is hoped that this study assists in the search for new ways of thinking about the environment and introduce the theme in nursing education, instigating, while conducting further research on the topic.

Descriptors: Nursing. Education Higher. Environmental health. Environmental Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de artigos científicos originados a partir dos resultados do estudo69

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	193
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	196

LISTA DE APÊNDICES

APENDICE A – FICHA DE EXTRAÇÃO DE DADOS DOCUMENTAIS	185
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	186
APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	187
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Objetivo Geral	21
Objetivos Específicos	22
1 REVISÃO DA LITERATURA	23
1.1 A questão ambiental: aspectos históricos	23
1.2 A relação saúde e meio ambiente: da produção de subsistência a exploração capitalista	28
1.3 A relação da Enfermagem com o ambiente: do resgate histórico à prática educativa contemporânea	34
1.4 Por uma nova relação com o mundo: a construção da Educação Ambiental	38
1.5 A produção científica sobre a relação enfermagem e meio ambiente	42
2 PERCURSO METODOLÓGICO	55
2.1 Local	55
2.1.1 Fundação Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte (UFSM-CESNORS)	56
2.1.2 Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	57
2.1.3 Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	57
2.1.4 Universidade Federal de Rio Grande (FURG)	58
2.1.5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	58
2.2 Sujeitos	59
2.3 Coleta de Dados	60
2.3.1 Pesquisa documental	61
2.3.2 Entrevista Semiestruturada	62
2.4 Organização, análise e interpretação dos dados	64
2.5 Aspectos Éticos	66
3 RESULTADOS	69
3.1 ARTIGO 1 - O enfermeiro docente frente à problemática ambiental contemporânea	71
3.1.1 Resumo	72
3.1.2 Introdução	73
3.1.3 Método	74
3.1.4 Resultados e Discussão	76
3.1.5 Considerações Finais	96
3.1.6 Referências Bibliográficas	98
3.2 ARTIGO 2 - A relação saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem: percepções de enfermeiros docentes	101
3.2.1 Resumo	102
3.2.2 Introdução	103
3.2.3 Método	105
3.2.4 Resultados e Discussão	106
3.2.5 Considerações Finais	129
3.2.6 Referências Bibliográficas	130
3.3 ARTIGO 3 - A educação ambiental na formação profissional em enfermagem	133

3.3.1	Resumo.....	134
3.3.2	Introdução.....	135
3.3.3	Método	136
3.3.4	Resultados e Discussão	138
3.3.5	Considerações Finais.....	159
3.3.6	Referências Bibliográficas	160
4	DISCUSSÃO	165
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERENCIAS	175

1 INTRODUÇÃO

Os impactos ambientais, advindos das transformações produzidas pelos humanos, tem sido foco de intenso debate contemporaneamente. A sociedade urbano-industrial e o modo de organizar a economia e a produção intensificam e ampliam os desastres ecológicos, tornando mais frágil o delicado equilíbrio entre o vigor dos sistemas de suporte à vida e a saúde dos seres humanos (FREITAS, 2011).

A partir da constatação dos impactos ambientais, nos últimos 40 anos, ocorreram importantes mudanças no modo de pensar as questões relativas ao crescimento econômico, ao desenvolvimento humano e a proteção ambiental. Esse debate deu origem a pródigos encontros, conferências, seminários, tratados e convenções voltadas à temática, balizadas pela ideia de ameaça a capacidade de manutenção da vida no planeta (BRASIL, 2005; PHILIPPI JR; MALHEIROS, 2005).

Frente a estas questões, sabe-se que, no Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos estão entre os efeitos nocivos mais contundentes, acrescentando-se, ainda, os resíduos sólidos depositados em lixões a céu aberto. Além disso, também é preciso considerar que a população brasileira vivencia um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza, fazendo com que muitas pessoas vivam em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias industriais (BRASIL, 2005).

Esses danos ao ambiente têm acarretado na perda alarmante da qualidade socioambiental, com abalo considerável na saúde populacional, tornando visível a inviabilidade de um futuro global sem um programa estratégico de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2008). Na visão de Freitas (2011), nós, seres humanos, assim como tantas outras formas de vida em nosso planeta, dependemos dos ecossistemas locais e do ambiente global, não só para mantermos nossas vidas, mas também, e principalmente para mantermos uma vida saudável.

Torna-se importante destacar, então, que as questões ambientais são também um problema de saúde, afetando as sociedades em múltiplas e simultâneas escalas e dimensões, uma vez que, tem buscado o desenvolvimento econômico sem a devida preocupação com o meio ambiente (BESERRA et al., 2010; FREITAS, 2003). A partir dessa inter-relação entre

saúde e meio ambiente e o desenvolvimento de ações voltadas para a proteção e recuperação ambiental, é que se tem defendido a necessidade da atuação, cada vez maior, de profissionais das diferentes áreas, inclusive e, imprescindivelmente, da área da saúde, em prol da sustentabilidade do planeta (MOTA, 2005). Nessa perspectiva, destaca-se a enfermagem, dentre as profissões da saúde, por se preocupar com o bem-estar do indivíduo, de sua família e da comunidade, devendo, então, atentar para o ambiente como um fator relacionado à saúde humana (BESERRA et al., 2010).

Pode-se dizer, também, que a relação entre enfermagem e o ambiente está posta desde os primórdios da profissão, fundamentada no legado deixado por Florence Nightingale ao apontar que a saúde é resultante da interação de fatores ambientais, evidenciando, assim, a necessidade de considerá-los como indispensáveis na abordagem do processo saúde-doença (CAMPOGARA, 2012). Nessa vertente, a enfermagem enfrenta novos e grandes desafios, como formar cientistas competentes, produzir conhecimento inovador e com impacto substancial na realidade social e na saúde, oportunizar a capacitação no uso de novos referenciais teórico-metodológicos, entre outros, ao pensar os contornos e tendências dos processos de globalização contemporâneos. Esses desafios seriam decorrentes, em grande parte, das inúmeras e rápidas alterações no campo político, econômico, social e cultural, com efeitos drásticos na saúde humana individual e coletiva (SILVA, 2008).

Para o sucesso nestes novos tempos, frente a sua complexidade, faz-se necessário o fortalecimento e a construção de bases epistemológicas inovadoras e condizentes com tais avanços, consistentes e sensíveis às necessidades humanas, ambientais e sociais. Essas bases epistemológicas poderão, por sua vez, apoiar e direcionar a constelação da prática profissional, ligada à educação, pesquisa e cuidado, em âmbito local e global (SILVA, 2008).

Entretanto, percebe-se que a enfermagem, no seu cotidiano de trabalho, parece ainda não ter incorporado a temática ecológica como uma importante questão a ser levada em conta, restringindo suas práticas à assistência das "vítimas" de alterações ambientais (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002). Somado a isso, entende-se que a formação profissional, apesar das mudanças curriculares, ainda apresenta seu foco voltado para técnicas e práticas não-preventivas, a exemplo das atividades clínicas e terapêuticas na área biomédica (SCHMIDT, 2007).

As afirmações sobre o posicionamento da enfermagem frente à temática ganham força no discurso de Ribeiro e Bertolozzi (2002) quando, por meio de pesquisa bibliográfica, constatam ser comum caber à enfermagem amenizar e prevenir o ambiente da ocorrência de novas alterações, ao mesmo tempo em que não se discute os determinantes da degradação

ambiental. Corrobora com essa perspectiva um estudo de campo realizado recentemente, com trabalhadores hospitalares, onde se revela a presença, entre os sujeitos, de uma visão naturalizada sobre o meio ambiente, entendido como ambiente natural, externo ao contexto de ação em saúde, especialmente no processo laboral (CAMPONOGARA, 2012).

Dessa maneira, o que se defende é a necessidade de incorporar a dimensão ambiental como inerente ao desenvolvimento de ações de saúde, a qual deve ser revista desde a formação profissional (CAMPONOGARA, 2008). Corrobora essa perspectiva a ideia de que, uma das missões da educação e da universidade, é repensar o ensino para transformar o pensamento, buscando construir cidadãos capazes de enfrentar os problemas do seu tempo, ligar conhecimentos de modo desarticulados, prolongando-se numa ética da dependência e solidariedade entre seres humanos (CORRÊA; LUNARDI; DE CONTO, 2007).

A partir disso, faz-se necessário compreender que o saber ambiental, ora defendido neste estudo, não é apenas uma informação de como fazer, mas que o espaço de formação precisa propiciar a reflexão, problematização, crítica, articulação, comprometimento com a construção de sujeitos que incorporem posturas éticas, de solidariedade, de consciência cidadã, de compromisso social, atuando de forma responsável para com o meio (CORRÊA; LUNARDI; DE CONTO, 2007).

Na perspectiva de Leff (2011), este saber ambiental problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas, visando constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza. Ou seja, mais do que uma dimensão, uma variável ou um espaço de integração dos saberes constituídos, o ambiente é um processo de transformação do conhecimento impulsionado por uma crise da racionalidade econômica e instrumental da modernidade.

Para trabalhar com essa complexidade ambiental, faz-se necessário buscar, obrigatoriamente, uma educação emancipadora, na formação de profissionais com capacidade crítica de pensar-se e pensar globalmente as estruturas vigentes, a partir de suas raízes históricas, e agir localmente na resolução de problemas, de forma transformadora e com responsabilidade ecológico-social (SILVA, 2008). Observa-se, assim, que tal perspectiva vai ao encontro com o preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Enfermagem, no momento em que dão ênfase a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com base no rigor científico e intelectual pautados em princípios éticos, identificando e tomando por base as dimensões bio-psico-sociais dos determinantes de saúde-doença (BRASIL, 2001).

Contudo, segundo o Programa Nacional de Educação Ambiental, é preciso considerar que uma significativa parcela dos brasileiros tem uma percepção “naturalizada” sobre o meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito (BRASIL, 2005). Este dado merece atenção no momento em que se almeja uma educação voltada para os aspectos ambientais em toda sua complexidade, devendo essa ser entendida enquanto um processo de educação política, na intenção de formar atitudes que predisponham a ação e profissionais cômicos de seus papéis na transformação do mundo (PELICIONI, 2005).

Destaca-se a importância do papel docente, ambientalmente responsável e comprometido com sua prática, atrelado a proposição de reflexões, de novos hábitos e novas posturas, que possibilitem, ao educando, futuro enfermeiro, o aprendizado de valores essenciais para a promoção da saúde e de melhor qualidade de vida às pessoas e para a preservação do planeta. Torna-se assim fundamental que esses docentes incorporem atitudes de desafio em suas práticas pedagógicas, na busca de novas compreensões, rompendo com ações fragmentadas, acomodadas e, partindo para as incertezas, para as instabilidades, para o imprevisto, reconhecendo o processo educativo como um vir a ser, em movimento, em fluxo, em permanente processo de mudança (CORRÊA; LUNARDI; DE CONTO, 2007).

Diante do exposto, surgiu o interesse em investigar como tem se configurado esse debate, entre docentes enfermeiros de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul (RS), na expectativa de aportar conhecimentos mais sólidos e consistentes à temática. Tem-se a expectativa, ainda, contribuir para a ampliação da discussão sobre a inclusão das questões de saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem. Dessa forma, corrobora-se com Sena (2011) quando aponta que, tal conhecimento ambiental deve perpassar todos os momentos da educação formal e não formal, já que agrega aspectos sociopolíticos relevantes para a construção dos profissionais.

Justifica-se, então, o presente estudo, devido à importância de conhecer a concepção sobre a relação saúde e meio ambiente e de educação ambiental, por parte desses docentes, pois podem ser considerados impulsionadores de um pensamento reflexivo frente aos problemas de saúde e socioambiental. Além disso, a investigação ultrapassa a delimitação loco-regional, ganhando abrangência estadual. Isso possibilita maior concretude ao processo investigativo e, por consequência, ao processo de construção de conhecimentos. Faz-se importante destacar, também, que a temática estudada está presente na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (BRASIL, 2008b), principalmente nos eixos Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; e Saúde, Ambiente, Trabalho e Biossegurança.

Salienta-se o interesse nesta pesquisa devido à trajetória construída na graduação em enfermagem, primeiramente pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), onde através do projeto “Animais soltos: uma questão de saúde pública” já se resgatava os conhecimentos vinculados a saúde ambiental. Posteriormente, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), trabalhei por dois anos no Programa de Educação Tutorial (PET), promovendo a disseminação e a sensibilização sobre as questões ambientais para a comunidade acadêmica e santa-mariense, por meio de projetos com fundo socioambiental como: “EcoPET”, “Projeto Canecas” e “Universitar: O desafio da qualidade de vida”.

Soma-se a essas participações, o envolvimento com o “Grupo de Pesquisa Trabalho, saúde, educação e enfermagem”, mais diretamente nos estudos direcionados a interface saúde e meio ambiente, momento em que se intensificaram o aprendizado e interesse pela temática, no decorrer da construção e execução de projetos, inclusive o da monografia para a conclusão do curso de graduação em enfermagem. Este último possibilitou aprofundar o debate sobre a interface saúde e meio ambiente entre docentes da área da saúde, oportunizando um contato muito rico com reflexões sobre a importância do docente na formação profissional, no exercício da cidadania e na responsabilidade social educacional para com os outros.

Tem-se então, como objeto de pesquisa a interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem. Para tanto, o estudo tem como questão de pesquisa: qual é a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do RS sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional de enfermagem?

Objetivo

Conhecer a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do RS sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem.

Objetivos específicos

- Analisar a percepção de enfermeiros docentes sobre a atual problemática ambiental;
- Analisar a percepção de enfermeiros docentes sobre a interface saúde e meio ambiente;
- Descrever a percepção de educação ambiental para os enfermeiros docentes;

1 REVISÃO DA LITERATURA

Para melhor compreender a interface saúde e meio ambiente, neste capítulo será apresentada sua construção histórica, relação com a enfermagem, bem como a evolução da educação ambiental na sociedade e no ensino superior, explorando, assim, alguns pontos determinantes sobre a temática. Busca-se também enfatizar a percepção de alguns pesquisadores da área de educação ambiental, para dar suporte na posterior análise e discussão dos dados da pesquisa.

1.1 A questão ambiental: aspectos históricos

Desde o início da era da industrialização e do capitalismo, ou até mesmo com os primórdios da agricultura, o homem tem subvertido a sua relação com o meio em que vive, ficando, o ambiente, submetido à lógica da produção (FREITAS, 2011). Entretanto, mesmo com essa trajetória histórica extensa, a problemática ambiental surge como fonte de preocupação nas últimas décadas do século XX, demonstrando ser um sinal eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização (LEFF, 2011).

Nestas décadas recentes, a questão ambiental tem se tornado um dos saberes com maior possibilidade de contribuição para os debates sociais, éticos, políticos e econômicos das sociedades contemporâneas, devendo-se isso à problemas ambientais como: o buraco na camada de ozônio, o aquecimento global, as mudanças climáticas e o agravamento das catástrofes naturais (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009), impondo questionamentos ao modo de vida atual. Alguns autores reforçam a idéia de que o início desta preocupação com o meio ambiente teria sido no ano de 1923, com o I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, realizado em Paris, uma vez que, a partir disso, deu-se a instalação de uma "agência internacional para a proteção da natureza", com sede em Bruxelas (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002).

Posteriormente, em 1948, na cidade francesa de Fontainebleau, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o governo francês patrocinaram uma conferência internacional, para a criação da União Internacional para a

Conservação da Natureza e dos seus Recursos – UICN, a mais importante organização conservacionista até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, em 1972. Vale destacar a importância da UICN, pois possibilitou a publicação de estudos sobre a proteção da natureza em pelo menos setenta países, iniciando, já em 1951, com um Estudo da Proteção da Natureza no Mundo, a partir dos relatórios dos diferentes países (BRASIL, 1998; RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002). Outro momento impulsionador de reflexões sobre as questões ambientais, de âmbito internacional, se deu em 1962, no lançamento do livro "Primavera Silenciosa", quando a jornalista norte-americana Rachel Carson descreveu a forma predatória de atuação dos setores produtivos e as tragédias que já estavam acontecendo (BRASIL, 1998).

Pode-se definir, então, que o incentivo a criação de uma consciência ambiental surgiu nos anos 50 e 60, e se expandiu nos anos 70, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Essa Conferência buscou refletir sobre a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, marcando os limites do crescimento econômico e iniciando, assim, o debate teórico e político para valorização da natureza e a internalização das “externalidades socioambientais” ao sistema econômico (LEFF, 2011).

Contudo, mesmo que levados em conta os agravos ambientais decorrentes desse crescimento econômico, manteve-se uma visão antropocêntrica e naturalista de ambiente, principalmente no momento em que se acirrou o debate sobre o crescimento econômico a qualquer preço. Isso se deve ao entendimento da época, de que ao combater a pobreza, se melhoraria a qualidade de vida e do meio ambiente (PHILIPPI; MALHEIROS, 2005), o que acabou reduzindo-o à mera “fonte de recursos”.

Essa turbulência epistemológica instaurada na sociedade teve, também, como um dos seus pilares, o fato de estar ocorrendo um processo de urbanização acelerado, com migração intensa do campo para os centros urbanos. Sendo assim, as cidades acabaram agigantando-se sem possuir a infraestrutura devida para fazer frente ao aumento populacional, deteriorando-se as condições básicas de vida tanto para os já residentes locais como para os migrantes (TAMBELLINI, 2002).

A partir da década de 80, os riscos ambientais globais começaram a ser percebidos como fatores que alteram a qualidade de vida, não se restringindo aos grupos sociais de menor poder aquisitivo, como se pensava anteriormente, impulsionando alguns setores sociais, com maior poder de consumo, a propor ações de controle (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002). Neste cenário mundial é que, no Brasil, foi promulgada a Lei Federal nº 6.938 (Política

Nacional do Meio Ambiente), de 31 de agosto de 1981, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

Assim, em 1983, a Organização das Nações Unidas - ONU criou a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMAD, com o intuito de estudar a situação de degradação ambiental e propor formas para compatibilizar a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. Esse fato deu origem à proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, definido como uma modalidade de desenvolvimento sem degradação do meio ambiente, objetivando suprir as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras.

Destaca-se que, em meio aos anos 80, o Brasil, durante o calor dos debates constitucionais, promulga a nova Constituição Federal com um capítulo inteiramente dedicado ao meio ambiente. Nesse sentido, ressalta-se o Artigo nº 225, que dispõe sobre o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Com a motivação do desenvolvimento chamado sustentável, a década de 90 passa a ser marcada devido aos modelos que permitiram, de um lado, explicar a variabilidade de clima ocorrida ao longo do século, e, de outro lado, avaliar a contribuição de componentes naturais (vulcanismo, explosões solares, etc.) e antropogênicos (emissão de gases do efeito estufa, desmatamento e queimadas, etc.) sobre essas variações climáticas (BRASIL, 2008a). Com base nestes dados, é que em 1992 acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, caracterizada como um dos maiores encontros entre pessoas interessadas pelas questões ambientais, e ao mesmo tempo, composta de fóruns de trabalho diferenciados. Nessa, reuniram-se Chefes-de-Estado e de Governos procedentes de países de todo o Planeta, assim como pessoas de diferentes comunidades de base, interessadas no avanço da consciência ambiental e na formação de propostas alternativas (ZAKRZEVSKI et al., 2003).

Segundo Leff (2011), nesse momento foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade. Para o autor, a prática econômica contemporânea impõe uma escassez global, que já não se resolve mediante o progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outros mais abundantes ou ainda pelo aproveitamento de espaços não saturados, para o depósito dos

rejeitos gerados pelo crescimento desenfreado da produção. Diante de tais conclusões, origina-se a Agenda 21, enquanto um plano de ação para o desenvolvimento sustentável, construída durante o evento e que teve como signatários 178 chefes de Estado e de governo. Esse documento também pode ser entendido, como um pacto internacional, a partir de recomendações que tiveram, por objetivo, criar um processo para a substituição negociada do padrão de desenvolvimento predatório predominante no século XX, estreitando a relação entre saúde e ambiente (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

A Agenda 21 se tornou um marco norteador das ações que deveriam ser implementadas frente à questão ambiental, tendo em vista os compromissos assumidos pelas diferentes nações. Entretanto, já em 1997, durante a Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Thessaloniki, na Grécia, os compromissos firmados foram postos em cheque, com a prerrogativa de que o progresso adquirido desde 1992 estava sendo insuficiente (BRASIL, 1998). Ainda em Thessaloniki, o conceito de sustentabilidade foi firmado como aquele que não deve se restringir ao ambiente físico, mas necessitava abranger as questões da pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz, ou seja, sustentabilidade é um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados (BRASIL, 1998).

A partir do cenário de insuficiência de ações da Agenda 21, percebido no evento de 1997, e da impossibilidade de assimilar as propostas de mudança que surgem de uma nova racionalidade (ambiental) para reconstruir as bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo, é que, para Leff (2011), as políticas do desenvolvimento sustentável vão desativando, diluindo e deturpando o conceito de ambiente. Para o autor, somente um desenvolvimento alternativo, orientado pela racionalidade ambiental, é capaz de construir novas formas de convivência, relações políticas e organizações produtivas, contrapondo-se à racionalidade econômica dominante, aos seus interesses e inércias institucionais, que buscam dissolver o ambiente nas estratégias da globalização econômica.

Em 2002 foi realizada a Cúpula da Terra ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, entendida também como Rio + 10. Este encontro, segundo Zakrzewski et al. (2003), trouxe mais recuos do que avanços, de forma que nele houve a exposição de uma declaração norte-americana, relatando ser a campeã do Desenvolvimento Sustentável, levando a sociedade a perceber que, este novo desenvolvimento, não se apresentava nada inovador. Pelo contrário, ainda representava o velho capitalismo de

degradação ambiental, pautado no mesmo imperialismo econômico, apenas com outra maquiagem.

Frente a todo o processo histórico, cabe destacar que o mundo ainda vem passando por mudanças que não estão limitadas apenas a aspectos climáticos, uma vez que vêm se acelerando a globalização, as mudanças ambientais e a precarização de sistemas de governo (reduzindo investimentos em saúde, aumentando a dependência de mercados e aumentando as desigualdades sociais) (BRASIL, 2008a). Ressalta-se também o apelo ao consumo de bens e serviços, sendo que a estratégia de ligar esse consumo ao desfrute, ao prazer, ao bem-estar e à felicidade são algumas das características da sociedade contemporânea, que reforçam a tônica da discussão ambiental na relação entre a sociedade de consumo e os impactos que causa no ambiente. Isso, por sua vez, exige reflexões, ao mesmo tempo, abrangentes e específicas sobre o ambiente, na sua mais alta complexidade (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Nessa perspectiva, faz-se imperativa a mudança de visão e de atitudes que uma parcela da sociedade ainda compreende, caracterizada pela visão naturalista do ambiente, que se baseia, principalmente, na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a ideia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano (CARVALHO, 2004a). O ambiente deve ser compreendido como fenômeno histórico, que pode ser pensado, repensado, criado e recriado, tendo em vista a responsabilidade presente e futura com a existência, as condições e a qualidade de vida dos indivíduos, da sociedade e de toda a biosfera (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Dessa forma, ao entender-se todo esse contexto, como condição que influencia nas condições de saúde da população, chama-se o setor da saúde para a discussão, já que não basta apenas prevenir os riscos, mas sim fornecer respostas para os impactos causados pelas mudanças ambientais e climáticas. Além disso, é preciso atuar na redução de vulnerabilidades sociais, por meio de mudanças no comportamento individual, social e político, por um mundo mais justo e mais saudável (BRASIL, 2008a).

1.2 A relação saúde e meio ambiente: da produção de subsistência a exploração capitalista

Este sub-capítulo pretende tornar visível a relação estreita entre saúde e meio ambiente. Embora não se tenha o intuito de esmiuçar, exaustivamente, a relação em questão, vale destacar alguns pontos da existência humana que foram cruciais para a situação contemporânea. Dessa forma, tem-se como ponto inicial a relação construída entre o homem e seu ambiente a cerca de 10.000 a.C., quando este passa a domesticar os animais e a concentrar-se em povoados, alterando, assim, hábitos de higiene e saneamento. Com isso, tem origem a produção de parasitas e doenças, de forma que, mesmo em níveis locais, passa a alterar os ecossistemas e a criar essas novas intempéries sob sua saúde (FREITAS, 2011).

Essa primeira etapa da civilização humana, que durou cerca de 95.000 anos, caracterizou-se por ter em média um milhão de pessoas. Em uma segunda etapa, com sociedades mais complexas, que dispunham já da ocupação e conexão entre diferentes territórios, período que durou cerca de 5.000 anos, a população totalizava cem milhões de pessoas, que com os anos seguintes sofreram pequenas alterações. A partir disso, constata-se o aumento exponencial do número de habitantes no planeta e, ao mesmo tempo, do consumo dos recursos nele existentes. Pela necessidade de satisfazer as populações é que se instaura um terceiro momento da história humana, que perpassa pelas explorações intercontinentais, com as navegações e a Revolução Industrial até os dias atuais. Destaca-se que, em 1820, a Terra atingiu o número de um bilhão de habitantes (FREITAS, 2011).

Vale ressaltar que essa interação da saúde com o ambiente já era percebida por Hipócrates, quando realiza um primeiro esforço para responder a presença de certas doenças em determinadas populações e em certos momentos, no texto *Ares, águas e lugares* (FREITAS, 2011). Dando um salto na história da saúde, ultrapassando os períodos em que esta era vista como castigo divino, chega-se ao século XVII, quando, na Inglaterra, se iniciou a aplicação de métodos estatísticos à Saúde Pública, possibilitando a compreensão da dinâmica da ação preventiva de saúde.

Já no século XVIII, a sociedade é marcada pela Revolução Industrial, ocasionando o aumento da concentração das pessoas nas cidades e fazendo com que as condições ambientais refletissem na saúde das pessoas, modificando o perfil das doenças infecto-contagiosas e evidenciando a falta de saneamento (KANTORSKI, 1997). Nesse período, as preocupações e

estratégias sanitárias tinham por base a teoria dos miasmas, segundo a qual se fazia necessário reduzir ou eliminar as sujeiras e os odores detectáveis, visando deter a disseminação das doenças. Dessa maneira, a higiene foi introduzida como uma estratégia de saúde para as populações, envolvendo a vigilância e o controle dos espaços urbanos e grupos populacionais considerados sujos e perigosos (FREITAS, 2003).

Ao final do século XIX, foram intensos os impactos da Revolução Industrial sobre as condições de vida e saúde das populações, principalmente nos países europeus, devido ao maior desenvolvimento nas relações industriais de produção, à maior organização das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, ao aumento da participação política. Como consequência disso, os temas relativos à saúde foram incorporados às reivindicações dos movimentos sociais, surgindo, então, propostas de compreensão da crise sanitária como fundamentalmente um processo político e social, recebendo a denominação de medicina social (FREITAS, 2003).

Outra vertente dos estudos em saúde pública, no século XIX, foi a formulação da teoria dos organismos microscópicos vivos, como causadores de doenças infecciosas. Essa teoria levou a um refluxo nos estudos da relação saúde-ambiente, devido ao grande sucesso obtido nas condições de saúde pública, transportando o foco do ambiente público para o doméstico (RIBEIRO, 2004).

A evolução histórica da saúde humana encontra uma interação, nos anos 50, 60 e 70, com os eventos científicos de ordem ambiental, retratados anteriormente. Essa intersecção se justifica nos avanços da saúde pública, que, intimamente relacionados à evolução tecnológica e industrial, verificou que as condições financeiras influenciavam a saúde populacional. Contudo, persistiram as desigualdades em saúde, relacionadas aos diferentes níveis sócio-econômicos, pensamento que permeou a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano, de Estocolmo (1972), já citada neste trabalho.

Visualiza-se, a partir de então, que a compreensão dos problemas ambientais não pode estar restrita aos aspectos de saneamento e controle de vetores, mas sim, percebida em suas complexas dimensões política e social. Pode-se dizer, com base nisso, que essa nova forma de visualizar os problemas ambientais perpassa pelo movimento ambientalista, que proporcionou um impulso às pesquisas sobre a relação saúde e ambiente (FREITAS, 2003; RIBEIRO, 2004).

Neste momento histórico, na década de 70, emerge uma nova saúde pública, que se volta para as dimensões ambientais da saúde em contrapartida aos aspectos unicamente biomédicos da atenção anteriormente direcionada, entendida, então, como uma compreensão

preventiva (FREITAS, 2003). Um marco importante nesse sentido é o *Informe Lalonde*, divulgado em 1974, que contemplou a decomposição do campo da saúde em quatro amplos componentes – biologia humana, ambiente, estilo de vida e organização da assistência à saúde – dentro dos quais se distribuíram inúmeros fatores que influenciam a saúde. Sob essa ótica, o componente ‘ambiente’ corresponde aos fatores relacionados à saúde, externos ao organismo humano, e sobre os quais a pessoa tem pouco ou nenhum controle, como a qualidade da água, dos alimentos e doenças transmissíveis (BUSS, 2003).

Posteriormente, realizou-se na cidade de Alma-Ata, antiga União Soviética (URSS), em 1978, a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, onde se elaboraram algumas definições da área. Uma delas considera a saúde como um direito humano fundamental e reforça a importância da participação comunitária, tendo, os governos, responsabilidade que só pode ser efetivada mediante adequadas medidas sanitárias e sociais. Isso inclui cuidados como: educação, problemas prevalentes de saúde e métodos para sua prevenção e controle, distribuição de alimentos e da nutrição apropriada, previsão adequada de água de boa qualidade e saneamento básico, cuidado materno-infantil e planejamento familiar, imunização contra as principais doenças infecciosas, prevenção e controle de doenças localmente endêmicas, tratamento apropriado de doenças e lesões comuns e fornecimento de medicamentos essenciais (BRASIL, 2002).

A partir da orientação desses eventos, relativas à promoção da saúde em âmbito global, percebe-se claramente que a saúde da população transpôs, pelo menos conceitualmente, a sua base pautada nos estilos de vida para uma nova orientação centrada nos fatores sociais e ambientais (BRASIL, 2002). Com vistas a esta nova orientação conceitual das bases que sustentam a organização das ações de saúde para a população, foi realizada, em 1986, a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, sendo fruto desta a Carta de Otawa. Esse documento reforça as condições e requisitos para a saúde como: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade, defendendo ainda, como campo de ação, as políticas públicas, os ambientes favoráveis a saúde, a ação comunitária, as habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde, os quais se constituem em base para uma abordagem socioecológica da saúde; havendo a necessidade de se encorajar o cuidado de si, do outro, da comunidade e do meio natural (BRASIL, 2002).

Vale destacar que entre os anos 70 e 80 acontece também o desenvolvimento do movimento da saúde coletiva, que se situava no âmbito dos movimentos pela democratização das formações sociais latino-americanas (FREITAS, 2003). Tal cenário internacional também

influenciou o Brasil, ocorrendo mudanças na forma de se pensar a saúde pública. As doenças que eram consideradas prioritárias para ações de prevenção, como as infecto-contagiosas e a fome, deram lugar as chamadas doenças degenerativas e as “causas externas” (TAMBELLINI, 2002). Tratava-se, neste momento, de uma mudança de foco do processo saúde-doença, que ainda centrado numa perspectiva biomédica passa a ser refletido a partir de uma compreensão mais ampla, que tem influência das dimensões éticas, sociais, culturais e da dimensão ambiental (PORTO, 2002).

Nessa perspectiva, os países do mundo todo passam a enxergar o ambiente com outras lentes, ou seja, visando ampliar o olhar em direção a lógica socioambiental, que permeia o viver humano, sob a ótica de que, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo (CARVALHO, 2004a). Isto fica perceptível na II e III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, respectivamente, em Adelaide e Sundsväl (1988 e 1991), onde o apelo por maior atenção aos “ambientes favoráveis” e “ambientes saudáveis” cresceu significativamente. Em Sundsväl, reitera-se que ambientes e saúde são interdependentes e inseparáveis, devendo ser objetivo central de cuidado ao se estabelecer prioridades para o desenvolvimento e no gerenciamento diário das políticas governamentais (BRASIL, 2002).

Enquanto isso, no Brasil, ocorria um movimento pela Reforma Sanitária com a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que inspirou os Constituintes de 1988, estimulando as alterações da estrutura jurídico-institucional e a ampliação do conceito de saúde vigente no momento, em que a considera como resultante das condições de vida e do meio ambiente dos povos (BRASIL, 2007). Destaca-se ainda que, a Constituição Federal de 1988, é compreendida como referência normativa relativa à saúde ambiental no País, disposta também na Lei nº 8.080/90, que institui o Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2007).

Todos esses movimentos sociais entrelaçando a relação saúde e ambiente, culminaram, na Rio 92, e, conseqüentemente, ocuparam espaço na Agenda 21, com um capítulo dedicado a saúde. Dessa forma, nesse mesmo ano, a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS decidiu organizar, em outubro de 1995, uma conferência Pan-Americana sobre saúde, ambiente e desenvolvimento. Logo, no final dos anos 90, através do projeto Vigilância em Saúde (VIGISUS), iniciou-se também, no Brasil, a estruturação e a institucionalização da vigilância ambiental no âmbito do Ministério da Saúde - MS (FREITAS, 2003).

No evento anteriormente citado, realizado em 1995, em Washington, os então Ministros da Saúde e do Meio Ambiente, representando o Brasil, aderiram à Carta Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável. Este

documento teve a finalidade de definir os princípios políticos e estratégicos comuns a serem adotados pelos países das Américas, sendo que, como consequência, o MS participou do processo da Reunião de Ministros de Saúde e Meio Ambiente das Américas, que ocorreu, em 2002, em Ottawa (Canadá) e, em 2005, na Cidade de Mar Del Plata, Argentina (BRASIL, 2007).

Sendo assim, no I Seminário da Política Nacional de Saúde Ambiental, realizado em outubro de 2005, foi acordado que:

A saúde ambiental se trata de um campo de práticas intersetoriais e transdisciplinares, voltadas aos reflexos, na saúde humana, das relações ecogeossociais do homem com o ambiente, com vistas ao bem-estar, à qualidade de vida e à sustentabilidade, a fim de orientar políticas públicas formuladas com utilização do conhecimento disponível e com participação e controle social (BRASIL, 2007, p.18).

Dessa maneira, o MS tem implementado um Sistema de Vigilância em Saúde Ambiental em todo o País, objetivando aprimorar um modelo de atuação no âmbito do SUS, e constituir competências que realizem a implementação de ações em que é constatada a relação entre saúde humana, degradação e contaminação ambiental (BRASIL, 2007).

Os encontros e reuniões entre governantes do mundo todo, na busca de melhores perspectivas quanto à sustentabilidade ambiental, erradicação da fome e miséria, saúde de qualidade e demais demandas contemporâneas, culminaram na realização, em 2012, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20. Essa teve como principal objetivo renovar o comprometimento político para o desenvolvimento sustentável, assim como, avaliar o progresso feito pelos países participantes e as lacunas ainda existentes na implementação de projetos, além de projetar novas perspectivas (BRASIL, 2012b).

Entretanto, segundo Gouveia e Miranda (2012), apesar de ser a saúde indissociável de qualquer tentativa que vise o desenvolvimento sustentável, a pauta de negociações em busca de soluções para a crise socioambiental encontrou-se dominada por mecanismos econômicos, sem considerar o significado da vida humana. Tais considerações pautam-se na ideia de que as iniciativas pensadas, atualmente, buscam atenuar a pressão que exercemos sobre o planeta, mas sem de fato enfrentar as causas estruturais do problema, que são os modos de produção e de consumo típicos da lógica capitalista. Nesse ínterim, ainda segundo o autor, até mesmo a ciência, de modo geral, tem se alinhado a esse pensamento hegemônico, buscando apenas atenuar o impacto da ação humana sobre os ecossistemas, enquanto sustenta a dominação

capitalista, onde se percebe a utilização do capitalismo para solucionar a crise imposta pelo próprio capital.

Faz-se importante então, o reconhecimento desta complexidade que envolve a relação ambiente e saúde, principalmente tendo em vista que o perfil de saúde da população brasileira, atualmente, está composto por três cenários principais, que estão condicionados por diferentes contextos socioambientais, dentre eles o econômico. Pode-se dizer que o primeiro deles revela doenças cardiovasculares e neoplásicas, cujo crescimento, nos últimos anos, tem acompanhado o envelhecimento da população e a exposição a determinados poluentes ambientais. O segundo cenário é conformado pelas doenças infecto-parasitárias, nitidamente determinadas também pelas condições socioambientais. Finalizando, as chamadas causas externas, compõem o terceiro cenário, englobando os acidentes e as violências (BRASIL, 2007).

Pode-se dizer também que, a saúde depende e se expressa em função dos recursos existentes no mundo material, físico e biológico, sendo impossível pensar a noção de saúde sem incorporar a dimensão ambiental que faz fortalecer ou enfraquecer a expressão da vida, humana ou não (PORTO, 2002). Dessa maneira, a crise ambiental e suas repercussões na existência humana e de outros seres vivos, são temáticas centrais em todos os espaços de reflexão na vida cotidiana, pois relacionar saúde e ambiente em seu sentido socioambiental infere de imediato problematizar o sentido de ambiente em sua dimensão física e social, como fenômeno desenvolvido nas comunidades e seus municípios (CEZAR-VAZ et al., 2007).

Pautado nessa problematização do ambiente, é que se pode reaver o campo da medicina e da saúde coletiva, que atualmente constituem-se em instâncias de poder econômico, político e ideológico (MINAYO, 2010). Para isso, Leff (2011) defende uma racionalidade ambiental, que se funda numa nova ética e se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana, traduzindo-se num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa que privilegie a saúde.

Em outras palavras, o que tem se observado, historicamente, é que o processo de trabalho em saúde tem possibilitado um avanço da alta tecnologia na área sem, no entanto, optar por formas de conhecer os problemas básicos de saúde de cada território e propor uma intervenção mais adequada às necessidades de saúde dos diversos grupos (KANTORSKI, 1997). Essa questão perpassa ainda a produção de conhecimentos e a formação profissional,

que têm sido fortemente influenciadas pela ciência positivista e pelos padrões da biomedicina. Tal constatação tem influência no âmbito do trabalho coletivo em saúde, reforçando a percepção de que a enfermagem tem tido pouca força para se contrapor ou diferenciar-se do modelo hegemônico (PIRES, 2009).

Perceber então, que essa necessidade desenfreada de consumo vem exaurindo não somente os recursos ambientais, mas também a saúde humana, uma vez que a qualidade de vida tem sido posta em patamar secundário em busca de ganhos financeiros capazes de manter esse padrão de vida (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009), faz-se imperativo para uma atenção a saúde na sua forma mais plena. É neste contexto que a enfermagem está diretamente relacionada ao cuidado humano e à qualidade de vida por meio de ações de promoção da saúde, pois, assim como outras áreas, objetiva manter o ambiente saudável (BESERRA et al., 2010).

1.3 A relação da Enfermagem com o ambiente: do resgate histórico à prática educativa contemporânea

A partir das explanações anteriores, percebe-se que, tanto a concepção de ambiente como a de saúde, se moldam ao contexto histórico, social, político e econômico de sua época. Nesse sentido, torna-se importante considerar que, a relação da enfermagem com esses cenários históricos mutáveis definiu o que hoje entendemos sobre a profissão, além da forma como estão estruturadas e efetivadas as suas práticas. Sendo assim, para se entender as características contemporâneas da profissão, faz-se necessário apreender como se deu sua origem, por quais cenários perpassou e que consequências são advindas desse processo. Algumas considerações sobre essa construção são o alvo maior deste sub-capítulo do estudo.

Entende-se, então, que a era da medicina curativa evoluiu com a necessidade da manutenção da saúde do indivíduo para preservar sua força de trabalho, em meio à expansão do capitalismo e da era industrial (séc. XIX). Dessa forma, visualizava-se o homem como um caso particular da natureza, sendo essa uma antagonista ao ser humano. Nesse momento emerge a enfermagem, que se debruça sobre a necessidade de conservação da força de trabalho, deixando para um segundo plano o conhecimento apoiado sobre a assistência social e religiosa. Com isso, surge um perfil desejado de enfermeiro para a época, pautado na

honestidade, lealdade, pontualidade e serenidade, assim como no amparo teórico sistematizado, fundamentado nas descobertas do campo da saúde (KIRCHHOF, 2003).

A prática médica e a de enfermagem, que eram tidas como independentes, passam a ocupar o mesmo espaço e o modelo religioso perde força. Surge também nesta época, século XIX, Florence Nightingale, que define a enfermagem como a arte de cuidar e incorpora o rigor da disciplina com o intuito de normalizar e regulamentar o meio ambiente do paciente.

A partir de então, o aporte teórico do objeto da enfermagem, trazido de outras áreas do conhecimento, foi agregado às técnicas de enfermagem, que não possuíam teoria explicativa do porque fazer de determinada maneira certos procedimentos, para construir assim instrumentos que permitissem aprender o objeto e, ao mesmo tempo, possibilitar a dimensão intelectual do trabalho de enfermagem (DAL PAI; SCHRANK; PEDRO, 2006).

Ressalta-se que Florence Nightingale, fundadora da enfermagem moderna, no seu livro "*Notes on nursing*", escrito em 1859, apresenta uma série de observações sobre a importância do ambiente adequado à prevenção de enfermidades, ao tratamento de doentes, e ainda em relação à sua recuperação. Sobre a prevenção de doenças, Florence considerava necessário que se garantisse a higiene das habitações em relação ao ar, água, rede de esgoto, limpeza e iluminação. Portanto, o cuidado com o ambiente, teve base na corrente Higienista e o conceito de ambiente restringia-se ao espaço físico que albergava o doente e/ou a família (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002).

Somente a partir das primeiras décadas do século XX, é que foram organizadas e sistematizadas as técnicas de enfermagem como estruturas do saber, consideradas, então, como arte de enfermagem. Essas técnicas, que se caracterizavam pela descrição minuciosa da execução de procedimentos e dos materiais necessários para tal, passam a ser parte da área de conhecimento básico dos currículos de enfermagem organizados nos Estados Unidos da América (EUA). A arte, enquanto técnicas, foi considerada o principal conhecimento do ensino de enfermagem da época (DAL PAI; SCHRANK; PEDRO, 2006).

A partir do desenvolvimento de suas técnicas e alimentada pela busca da autonomia, é que a enfermagem avança na sistematização de suas práticas para, a partir da década de 50 do século XX, chegar aos princípios científicos das teorias de enfermagem. Assim, mesmo que desde o século XIX Florence Nightingale já ressaltasse uma distinção entre o conhecimento da enfermagem e o da medicina, somente a partir da segunda metade do século XX é que os profissionais de enfermagem iniciaram estudos para o desenvolvimento, articulação e comprovação das teorias de enfermagem. Com isso, passaram a atender as necessidades sociais, a promoção da saúde, prevenção de doenças e a recuperação dos indivíduos ou

controle da saúde da população, enquanto produto final do cuidado de enfermagem (ESPÍRITO SANTO; PORTO, 2006; KIRCHHOF, 2003).

Considera-se que, mesmo não se dispondo de todas as respostas para a enfermagem na atualidade, na trajetória evolutiva de mais de 140 anos, já se obteve muitas aquisições, apesar dos desafios que cercam o saber e fazer dos profissionais contemporâneos. Depreende-se também, que as novidades científicas, tecnológicas, sociais, políticas e ambientais a que chegamos estão aí a exigir novas atitudes, novas condutas, novas formas de pensar e ser (CARVALHO, 2004b).

Dessa maneira, embora tenham se passado tantos anos, desde os escritos de Nightingale e o conceito de ambiente higienista, os trabalhos da enfermagem na temática quase não se alteraram, principalmente por se restringirem ao ambiente hospitalar, ao tratar de resíduos gerados pelos serviços; ou relacionando-se o meio ambiente aos riscos à saúde do trabalhador; ou ainda em relação à comunidade, sem abordar uma perspectiva socioambiental global (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002). A resposta para este cenário pode estar na construção histórica da profissão, que possui suas bases em princípios técnicos rigorosos, influenciando, inclusive, a formação profissional em enfermagem ao longo desses anos. Além disso, todo o contexto social e político, como mencionado anteriormente enquanto balizador das características profissionais, bem como as exigências mercadológicas do modelo econômico hegemônico, diga-se capitalismo, pode justificar o caráter tecnicista impresso nas ações de enfermagem (ANDRADE et al., 2008).

Sendo assim, a modernidade marcou, significativamente, a definição de diretrizes pedagógicas para a formação profissional da enfermagem, no Brasil, e a conquista de uma prática coerente com esse perfil. Ressalta-se que a Escola Anna Nery, sediada no Rio de Janeiro, foi a primeira a ministrar o ensino sistematizado, servindo como padrão para o restante do país (KIRCHHOF, 2003).

Destaca-se, então, a necessidade de se buscar uma educação emancipadora, enquanto dimensão importante na formação de profissionais com capacidade crítica, de pensar-se e de pensar globalmente as estruturas vigentes, a partir de suas raízes históricas. Dessa maneira, este profissional, mesmo que sob uma estrutura social economicamente centrada no capitalismo, deve conseguir construir formas de agir localmente na resolução de problemas, com potencial transformador e responsabilidade ecológico-social (SILVA, 2008).

A partir disto, tratar da questão relativa ao meio ambiente assume uma relevância fundamental na atualidade, principalmente para os trabalhadores de enfermagem, pois a vida saudável depende intrinsecamente de um planeta saudável (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002).

Com esta percepção, faz-se importante refletir sobre o que trazem as DCN para o Ensino de Graduação em Enfermagem quanto à questão ambiental, pois essas são as definidoras dos princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros (BRASIL, 2001). Ao mesmo tempo, cabe destacar que, as diretrizes apenas apontam um direcionamento para a implantação e a implementação dos Projetos Político Pedagógicos (PPP), ou seja, não são fórmulas prontas, já que o contexto sócio-político-cultural que envolve cada Instituição de Ensino Superior - IES precisa ser considerado e exige inovadoras formas de saber, fazer e ser (SANTANA et al., 2005).

As competências e habilidades descritas nas DCN exaltam a busca da atenção à saúde integral, orientando quanto à adequação do currículo às necessidades e exigências do SUS. Contudo, na prática, existe um paradoxo entre essas necessidades e a formação dos recursos humanos, observando-se também a valorização dos aspectos técnicos e científicos dos formandos egressos/profissionais, em detrimento dos aspectos sócio-valorativos, tão importantes à reflexão ambiental (SANTANA et al., 2005).

Torna-se imprescindível que os PPP reforcem a aprendizagem desses novos princípios – da participação política, de economia, de jurisprudência e da relação com o ambiente – pertinentes aos direitos à saúde. Dessa maneira, se instiga os estudantes de enfermagem, ao esclarecimento quanto à responsabilidade social que herdaram, principalmente em relação aos direitos dos clientes e aos significados da posição do enfermeiro no mundo de hoje (CARVALHO, 2004b).

Defende-se que o cuidado de enfermagem deve se integrar ao contexto que engloba o bem-estar humano e ecológico, por ser capaz de direcionar intervenções educativas sobre as vulnerabilidades ambientais, a fim de diminuir a possibilidade de acarretar danos ecológicos e, conseqüentemente, humanos (BESERRA et al., 2010). Isso, levando em consideração que o contexto social requer competências profissionais que implicam em novos modos de saber, fazer e ser do enfermeiro e de sua equipe nos serviços de saúde, possibilitando, através do desenvolvimento dessas competências, a ampliação da capacidade de leitura da realidade e a compreensão do processo saúde-doença como prática socialmente determinada (SANTANA et al., 2005).

Assim, coloca-se a necessidade de que os trabalhadores, assim como alunos de graduação de enfermagem, compreendam a determinação dos processos de deterioração ambiental, buscando, com isso, através de práticas emancipatórias, envolver os usuários dos serviços de saúde para o exercício do empoderamento e autonomia, num movimento comum de abrangência mundial de conservação da natureza (RIBEIRO; BERTOLOZZI, 2002).

Entretanto, para que se alcance o nível de envolvimento com a saúde ambiental anteriormente descrito, os formadores destes profissionais também devem estar inseridos nesse contexto, realizando uma prática coerente com o discurso e comprometidos com o futuro da profissão. Pertencem ainda, a esses formadores, as tarefas de relacionar saberes, práticas e as consequências da profissão para a saúde, para a qualidade de vida e, principalmente, para o desenvolvimento de uma prática sócio-política, compreendendo teoria e prática de modo desafiador na busca pela criticidade e criatividade do enfermeiro enquanto ser participante na estruturação social e política das práticas de saúde (DAL PAI; SCHRANK; PEDRO, 2006).

A idéia defendida é de que, a responsabilidade ambiental, quando verdadeiramente impregnada na prática educacional, durante o processo formativo, pode impulsionar a discussão de novas formas de entender as relações do homem com o meio, promovendo novas ações comportamentais (ADÃO, 2005). Contudo, para isso, o docente deve optar por uma educação emancipatória e colaborativa, colocando-se a favor do diálogo, da participação, do respeito às diferentes opiniões e necessidades, de práticas educativas abertas, em currículos cotidianos que dialoguem com as demandas sociais e culturais da realidade local e planetária (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Dessa maneira, a prática educativa, precisa, igualmente, ressaltar a importância de uma ética de vida sustentável, o que deve fazer parte das Instituições de Ensino Superior - IES, no intuito de se alcançar a fundamental modificação de atitudes e comportamento dos seres humanos, entrando em cena, neste momento, a Educação Ambiental (SANTOS, 2002).

1.4 Por uma nova relação com o mundo: a construção da Educação Ambiental

O período pós Segunda Guerra Mundial, fez emergir com uma maior ênfase os estudos do meio e, conseqüentemente, a importância de uma educação sobre o meio ambiente, chegando-se, na década de 1960, a mencionar explicitamente uma educação ambiental. Deve-se muito dessa preocupação com a educação, aos movimentos sociais oriundos dessa época, anos 60 e 70, como já mencionado neste estudo, atribuindo-se à Conferência de Estocolmo,

1972, a responsabilidade por inserir a temática da educação ambiental na agenda internacional (BRASIL, 2005).

No encontro de 72, recomendou-se a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com o intuito de ajudar a enfrentar a ameaça de crise ambiental no planeta. Entretanto, o programa só foi legitimado em 1975, depois que representantes de 65 países se reuniram em Belgrado (ex-Iugoslávia, atual Sérvia) para formular os princípios orientadores, na "Conferência de Belgrado". Portanto, este Encontro Internacional de Educação Ambiental buscou difundir uma nova ética global, enfatizando a urgência da participação da sociedade no processo de mudança de comportamentos e da reforma nos sistemas educacionais em prol da Educação Ambiental (BRASIL, 1998; PELICIONI, 2005).

Anteriormente a Belgrado, no Brasil, o processo de institucionalização da educação ambiental já havia se iniciado, mais exatamente em 1973, com a criação, no Poder Executivo, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Essa secretaria responsabilizou-se pelo esclarecimento e educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente, e também foi responsável pela capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais (BRASIL, 2005).

A partir destes acontecimentos internacionais e nacionais, que marcaram o início da discussão a cerca da educação ambiental, realizou-se em 1977, em Tbilisi (Geórgia), a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, sendo este o evento destaque sobre a temática. Os resultados desta conferência deram origem a 41 recomendações, que servem, até hoje, de base para ações nesta área, com definições, objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental, assim como, serviram de norte para a Lei Brasileira n. 9795, de 1999, que criou a Política Nacional de Educação Ambiental (PELICIONI, 2005).

Entretanto, deve-se considerar também que, em 1981, o Brasil criou a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade. Destaca-se também a Constituição Federal, de 1988, que reforçou, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005, p.22).

Ao mesmo tempo em que o encontro da Rio +10, em 1992, foi um marco para as questões relacionadas ao meio ambiente e a saúde, foi também significativo para a educação ambiental. Justifica-se essa percepção por ter sido construído, neste congresso, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado no

âmbito da sociedade civil e reconhecedor da educação ambiental como um processo dinâmico em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social (BRASIL, 2005).

Faz-se importante ressaltar também, que a Agenda 21 reforça a perspectiva educacional, principalmente no capítulo 36, que versa sobre a Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, sobressaindo a importância do desenvolvimento sustentável e a necessidade de aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento (BRASIL, s.d.). No percurso histórico da educação ambiental, no âmbito nacional, vale apontar que, em dezembro de 1994, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, compartilhado por diferentes ministérios. Sendo assim, o PRONEA previu três componentes: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias (BRASIL, 2005).

Em 1995 foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que confeccionou o documento intitulado “Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental”, a partir de princípios orientadores como a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, e a interdisciplinaridade (BRASIL, 2005).

Já, em 1997, depois de dois anos de debates, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), constituindo-se em subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo e reforçando a necessidade de tratar alguns temas sociais urgentes denominados como temas transversais, como: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo (BRASIL, 2005). Assim, em 1999, foi promulgada a Lei Número 9.795, que discorre, dentre outros assuntos, sobre os princípios básicos da educação ambiental, os objetivos fundamentais e o público alvo, constando, no Artigo 10, que a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, 1999).

A partir do esforço construído no decorrer dos anos pela sociedade, entende-se que as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental, incluindo-se neste contexto, essencialmente, as ações em educação ambiental (BRASIL, 2005). No entanto, para que essa educação seja difundida em

toda sua complexidade, faz-se necessário compreender que a crise ecológica não tem um contorno de ordem apenas biológica, mas que na verdade ela envolve uma multiplicidade de aspectos sociais, econômicos, culturais, entre outros. Torna-se imprescindível assimilar tal crise a partir de uma revisão de posturas, desde aquelas que dizem respeito ao existir humano propriamente dito (ontológica), até a forma como se dá a produção do conhecimento (epistemológica), passando por diferentes aspectos do cotidiano, e balizando a compreensão que se tem sobre o passado, o presente e o futuro (LEFF, 2011).

Compreender essa complexidade ambiental com suas interações entre os processos produtivos, as inovações tecnológicas e a degradação da saúde e do ambiente, é fundamental para o aprofundamento teórico e reflexivo, também na formação em saúde. Um exemplo disso são as discussões sobre “consumismo” e crise ambiental, que devem ser obrigatórias em todo PPP que valorize a cidadania na constituição do perfil profissional (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Entretanto, mesmo que a visibilidade dada às mudanças globais tenha permitido a retomada da agenda ambientalista em sua versão mais ampliada, a visão catastrófica e globalizante sobre essas mudanças acaba gerando um sentimento de impotência ou mesmo insensibilidade frente a mudanças que podem parecer inexoráveis. Tal percepção pode ser a explicação para que, mesmo sendo uma temática debatida, amplamente, em suas diferentes apresentações, quando se trata da práxis profissional não ocupa posição de destaque como uma possível estratégia de promoção em saúde na relação entre saúde/ambiente (BRASIL, 2008a; SENA; CEZAR-VAZ, 2010).

Dessa forma, não deve caber ao aparelho formador se esquivar destes debates, pelo contrário, torna-se necessário discutir, paulatinamente, o impacto ecológico nas ações cotidianas, num movimento capaz de tornar as pessoas mais conscientes de si e mais responsáveis com o ambiente, permitindo que a Terra permaneça habitável e sustentável para as gerações presentes e futuras. Ressalta-se que a inserção dessas discussões, na formação do profissional da saúde, pode ser efetivada tanto com a inclusão de uma disciplina sobre ambiente, como por meio da transversalidade do tema ambiente e saúde, permitindo criar um vínculo mais claro e objetivo, como preconizado pelas ações de saúde ambiental e pelos PCN (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Compreende-se, então, que a educação ambiental é essencial para que haja atitude ética perante as questões ambientais. Assim, o educador se torna o responsável, e ao mesmo tempo a pessoa capaz de desenvolver e exercer papel ativo na construção de novas relações no mundo e inter-relações da sociedade com o meio ambiente, visando a consolidação do

compromisso ecológico e propiciando essa atuação educativa a todas as pessoas, grupos e comunidades, uma vez que um ambiente saudável é inerente à vida (BESERRA et al., 2010).

1.5 A produção científica sobre a interface enfermagem e meio ambiente

Neste espaço, serão apresentados os achados de uma pesquisa realizada em base de dados, sobre a produção científica do tema interface enfermagem e meio ambiente, que foram encaminhados à Revista Brasileira de Ciências da Saúde.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA TEMÁTICA ENFERMAGEM E MEIO AMBIENTE: UMA REVISÃO NARRATIVA

Interface enfermagem e meio ambiente: uma revisão narrativa

THE CONTRIBUTIONS OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS IN THE NURSING AREA AND ENVIRONMENT: A NARRATIVE REVIEW

Interface nursing and environment: a narrative review

INTRODUÇÃO

A humanidade, desde seus primórdios, tem buscado o domínio sobre o ambiente, em prol de sua segurança e conforto, esquecendo-se, por vezes, que pertence e depende do equilíbrio dos ecossistemas. A busca sem limites pelo crescimento econômico e o alto consumo dos recursos naturais são reflexos desse esquecimento, que acabam também influenciando outros aspectos da vida social, como: saúde, cultura, política, respeito, solidariedade, entre outros. Esse panorama, mais evidente a partir dos anos 60, reforça a certeza de que a sociedade contemporânea vivencia uma crise complexa e multidimensional, exigindo mudanças na forma de pensar a relação homem/ambiente.¹

O comportamento antropocêntrico, fragmentador e consumista de mundo, apresenta-se como um grave problema a ser resolvido pela comunidade global, devido, principalmente, a sua fórmula promissora que prevaleceu na modernidade, mas que tem gerado frutos como a marginalização social, o empobrecimento cultural e a precariedade da saúde. Emerge dessa situação a necessidade de um novo paradigma, que pode ser chamado de visão holística ou ambiental do mundo, em que reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos através da perspectiva socioambiental.¹

A área da saúde vivencia essa crise de maneira muito próxima, tendo que trabalhar com uma sociedade afetada por diferentes problemas ambientais, como: epidemias, enchentes, mudanças climáticas, nutrição inadequada, entre outros. Ao mesmo tempo, também se

observa o ser humano causar situações de prejuízo ecológico, como o descarte inadequado de materiais, alto consumo de produtos, desmatamento, poluição, etc. Essa intimidade com as diferentes circunstâncias deveria despertar o alerta para uma sensibilização do setor saúde com a causa, entretanto, o que se observa é que a ótica de saúde associada ao meio ambiente ainda esta pouco incorporada nos profissionais, revelando um processo tímido de responsabilização/ação.²

Dessa forma, torna-se imperativo que a área da saúde desperte para a relação saúde e meio ambiente, tendo em vista que as conseqüências do desequilíbrio ecológico afetam diretamente a vida humana.^{3,4}

Nesse ínterim, encontra-se a enfermagem enquanto profissão que tem o cuidado na sua essência. O próprio surgimento da prática de enfermagem confirma seu envolvimento secular com as questões ambientais, por meio de sua precursora Florence Nightingale, que já apontava que o ambiente tem papel fundamental no cuidado a saúde. Entretanto, as mudanças na prática de enfermagem após o fim da II Guerra Mundial e uma confluência de outros fatores levaram-na, gradualmente, a um afastamento da ênfase na saúde ambiental.⁵

Nessa perspectiva, percebe-se que tem havido um tímido ressurgimento do interesse da enfermagem para com as questões ambientais, através da avaliação de exposição à toxinas, educação na comunidade e preocupação com os Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS), motivado por algumas políticas governamentais relacionadas ao tema. Entretanto, ainda se observa que poucos estudos abordam a temática ambiental com reflexões mais amplas, que extrapolem a relação causa/efeito do ambiente na saúde das pessoas, contribuindo para a construção de uma nova perspectiva ambiental na enfermagem e na saúde.^{4,5,6}

Frente a este cenário, faz-se necessário conhecer o que tem sido produzido na atualidade sobre a relação enfermagem e meio ambiente. Cabe destacar, nesse caso, que o enfermeiro tem importante papel, não só na prestação de cuidados diretos a população, mas também na conformação do sistema de saúde, no processo de educação em saúde da população e, ainda, para a formação das novas gerações de profissionais, sendo que, em todos esses aspectos o meio ambiente está atrelado, como dimensão fundamental para a promoção de saúde e qualidade de vida.

Dessa maneira, a questão de pesquisa que guiou este estudo foi: Quais as contribuições das produções científicas sobre a temática enfermagem e meio ambiente? Na intenção de responder essa questão, objetivou-se: descrever as contribuições das produções científicas sobre a temática enfermagem e meio ambiente.

MÉTODOS

O presente artigo é uma Revisão Narrativa da Literatura. Tal pesquisa caracteriza-se como sendo ampla, geralmente partindo de uma temática mais aberta, demonstrando-se apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou “estado da arte” de um determinado assunto, tendo também papel fundamental para educação continuada, pois permite ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo.^{7,8}

A realização desta revisão obedeceu às seguintes etapas: identificação do tema; construção da questão norteadora; definição dos critérios de seleção da amostra; escolha das informações para extração nos artigos selecionados; pesquisa e teste dos descritores mais adequados para obtenção dos dados; realização da pesquisa e refinamento da amostra; avaliação dos artigos seguida da categorização dos mesmos; interpretação e apresentação dos resultados.

A busca das produções científicas foi realizada nas bases de dados Banco de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE). O levantamento dos dados ocorreu no mês de agosto de 2013, através da seguinte associação de descritores e idiomas, em formulário avançado, nas diferentes bases de dados: "enfermagem" [Descritor de assunto] and (((("educação ambiental") or "MEIO AMBIENTE") or "ECOLOGIA ") or "saude ambiental") or "desenvolvimento sustentavel" [Descritor de assunto] and "ESPAÑOL" or "INGLES" or "PORTUGUES" [Idioma].

Para seleção da amostra não houve recorte temporal, pois o estudo tentou capturar todas as produções publicadas até o ano de 2012. Como critérios de inclusão foram utilizados: ser artigo científico; estar disponível *online* na íntegra gratuitamente e versar sobre a temática pesquisada.

A pesquisa na base de dados BDENF resultou em 16 artigos, sendo excluídos 03 por estarem repetidos na própria base de dados e outros 03 por não estarem disponíveis *online* na íntegra, restando 10 artigos. Na base de dados da LILACS foram encontrados 14 documentos, sendo excluídos 09 por já terem sido encontrados na BDENF, outros 02 por não serem artigos, um por não ter relação com a temática e um estudo por não estar disponível online na íntegra, restando um artigo. No MEDLINE, a busca resultou em 109 documentos, sendo excluídos 03 por serem repetidos, 06 por não serem artigos, 47 por não terem relação com a temática e outros 50 por não estarem disponíveis *online* na íntegra gratuitamente, restando 03 artigos para análise. Dessa forma, restaram 14 produções científicas, do montante de 139 achados, para compor o *corpus* de análise do estudo.

De posse dos artigos selecionados, procedeu-se com a leitura criteriosa, organizando os artigos em três quadros analíticos, confeccionados pelos autores. O primeiro com o intuito de extrair dados como: código da base de dados; autores; categoria profissional, titulação e instituição dos autores; periódico; região de procedência da produção; título; e ano da publicação. Outro quadro conteve dados como: abordagem do estudo; tipo de estudo; objetivo; sujeitos; técnica de coleta de dados; e local da coleta de dados. Por último, utilizou-se um quadro que foi preenchido com os principais resultados e conclusões dos estudos. Após preenchidos os dados nas diferentes tabelas, realizou-se a categorização e análise temática das produções⁹, extraíndo os dados mais relevantes sobre o tema.

No intuito de facilitar a compreensão dos achados da literatura científica presentes nos resultados e discussão, elaborou-se um quadro contendo as referências dos artigos conforme disposto na Tabela 1.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 14 estudos selecionados têm autoria de 33 enfermeiros e outras três categorias profissionais com um autor de cada, respectivamente, medicina, fisioterapia e filosofia. Este dado é previsível tendo em vista o tema da pesquisa, enfermagem e meio ambiente, mas corrobora com o importante cenário atual de pesquisa em enfermagem, no qual os enfermeiros vêm ocupando espaço de destaque na produção científica brasileira e mundial, reafirmando e qualificando a produção de conhecimento em saúde e enfermagem¹⁰ e explorando temáticas até então pouco investigadas, como a ambiental.

Quanto à titulação dos autores (n=36) no momento da publicação do estudo, observa-se que 66% (n=24) são doutores ou doutorandos, 22% (n=08) são mestres ou mestrands e o restante, que compreende 12% (n=04), contem graduação ou especialização. Esse panorama da produção pode ser interpretado como possível reflexo da política governamental atual de expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, inclusive na área de

enfermagem, onde, no período de 2007 a 2010 houve aumento de 62% no número de cursos de mestrado acadêmico e profissional e de 80% no número de programas de doutorado.¹⁰ Destaca-se ainda que, a Universidade Federal do Ceará é a instituição com o maior número de autores entre os estudos selecionados (n=11), seguida pela Universidade Federal de Santa Maria (n=9), Universidade Federal de Rio Grande (n=6) e Universidade Federal de Santa Catarina (n=5), sendo que outras instituições figuraram com dois ou menos autores.

As regiões Sul e Nordeste do Brasil destacaram-se por serem as de origem de seis estudos cada, restando ainda um estudo oriundo da região Sudoeste e o outro dos Estados Unidos da América. Pode-se explicar parcialmente este fato devido às características dos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem, com pesquisas voltadas para demandas socioambientais, presentes nas regiões que compreenderam maior número de estudos, assim como pela predominância de cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas regiões destacadas, estando 20,2% dos cursos alocados na região Nordeste do Brasil e 19,1% na região Sul, embora a região Sudeste compreenda 49,4% dos cursos do Brasil.¹⁰

No que tange aos periódicos, faz-se o destaque para Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, Online Brazilian Journal of Nursing e Revista Brasileira de Enfermagem com três artigos cada, seguidas pela Revista Latino-Americana de Enfermagem com dois e demais revistas com uma publicação cada, a saber: ACTA Paulista de Enfermagem, Revista de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Environmental Health Perspectives. O ano que compreendeu maior número de achados foi 2012 (n=5), estando o restante das publicações distribuídas entre os anos de 2001 a 2011.

Dos artigos que formam o *corpus* de análise (n=14), onze são pesquisas, sendo dez qualitativas e uma quantitativa, e os outros três artigos restantes são caracterizados como reflexivos. A prevalência de pesquisas qualitativas, neste estudo, vai ao encontro do cenário científico da área da saúde nas últimas décadas, onde o interesse e realização de estudos com essa abordagem têm aumentado significativamente.¹¹ Acrescenta-se, ainda, que essas onze pesquisas caracterizam-se da seguinte maneira: descritivas e exploratórias (n=6), descritivas (n=2), exploratória (n=1), bibliográfica (n=1) e interpretativa (n=1), segundo descrito no método dos estudos.

Quanto aos sujeitos das pesquisas de campo (n=10), há o predomínio da participação de enfermeiros assistencialistas (n=4), seguidos pela equipe de enfermagem (n=2), estudantes do ensino fundamental (n=2), estudantes da área da saúde (n=1) e integrantes de um Comitê de Bacia Hidrográfica (n=1). O campo de coleta de dados mais utilizado foi o hospital (n=4), estando os demais distribuídos entre atenção básica à saúde (n=2), instituição de ensino superior (n=1), escola de ensino fundamental (n=1), vigilância sanitária (n=1) e comitê de bacia hidrográfica (n=1). Destaca-se também que a técnica de coleta de dados mais utilizada foi a entrevista semi-estruturada (n=7), posteriormente dinâmica grupal (n=2) e pesquisa-ação (n=1).

A análise dos resultados e conclusões das produções evidencia três eixos temáticos que dão origem às categorias de discussão deste estudo, a saber: **concepção de ambiente e saúde ambiental; resíduos dos serviços de saúde e seu gerenciamento; e formação profissional em enfermagem: ampliando possibilidades.**

Concepção de ambiente e saúde ambiental

Do total de estudos (n=14), 64% (n=9) tiveram a intenção de também conhecer a percepção dos sujeitos pesquisados sobre ambiente e a sua relação com a saúde, fornecendo, assim, subsídios para posteriores interpretações das questões centrais dos respectivos estudos. Dessa maneira, alguns achados demonstram-se semelhantes nas diferentes pesquisas, como

por exemplo, a limitação da percepção de ambiente de alguns sujeitos quando o vinculam à natureza unicamente biológica, ou seja, uma percepção naturalística (A2, A4, A13).

Nesse contexto, as pesquisas também apontam que alguns enfermeiros detêm o imaginário de que o ambiente seria o que está “fora” do local de trabalho, o que se revela preocupante na medida em que esses profissionais não atentam para as demandas ambientais que envolvem seu cotidiano laboral, tornando-se difícil o envolvimento com ações ambientalmente responsáveis. Soma-se a isso outro dado de pesquisa que aponta o fato de que alguns participantes entendem o ambiente enquanto bem de uso em favor dos seres humanos, divergindo da ideia de que há uma interdependência entre todos os seres, sem que já superioridade de um sobre o outro (A2, A4). Dessa forma, essas percepções acabam se distanciando do desejado pensamento ambientalmente consciente, tão necessário frente ao atual cenário de crise ambiental pelo qual a humanidade perpassa.

A percepção de meio ambiente não pode restringir-se a uma razão universal, ou seja, a uma caracterização única e fechada, haja vista que não existe um consenso sobre o que é meio ambiente na comunidade científica em geral. Entende-se então, que a construção do significado de meio ambiente ocorre fora da cientificidade, devido ao seu caráter difuso e variado, moldando-se assim como uma representação social.¹² Essa perspectiva reforça o caráter preocupante da percepção de meio ambiente construída pelos profissionais participantes dos estudos anteriormente citados, pois a representação construída por eles vai de encontro à interação almejada em tempos de crise.

Contrária a percepção naturalística, algumas pesquisas apresentam concepções ampliadas de ambiente, onde enfermeiros, equipes de enfermagem e estudantes o caracterizam como sendo um espaço de interação mútua, onde o social e o ambiental relacionam-se com interdependência, sendo o espaço das relações humanas (A2, A4, A12). Tais relações podem ainda ser entendidas como benéficas ou maléficas ao ambiente e à saúde. Essa percepção é observada em estudos com estudantes do ensino fundamental, quando se utilizam da vivência local para descrever a relação do homem com o ambiente, caracterizando a relação homem/ambiente como predatória, balizada por interesses econômicos que afetam, negativamente, a sustentabilidade do meio (A8, A11).

A percepção de ambiente a partir da vivência, como apontado pelos estudantes, nada mais é do que a representação do percebido, onde cada pessoa o delimita em função de seus conhecimentos específicos e experiências cotidianas num determinado tempo e espaço. Alia-se a isso, na conceitualização de ambiente, a característica de esse ser composto por relações dinâmicas e interativas, o que indica uma constante mutação a partir da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio natural e construído. Assim, esse emaranhado de características implica em um processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos.¹²

Frente às percepções de ambiente vinculadas à degradação ambiental, alguns estudos abordam sobre o que pensam enfermeiros e estudantes sobre a atual problemática ambiental, revelando assim a ideia de que a sociedade está se deparando com um grave e difícil problema, devido principalmente à falta de sensibilidade das pessoas e o avanço tecnológico desmedido (A2, A4). Entretanto, os autores destacam que muitos dos sujeitos alegam desenvolver ações de preservação ambiental em seus domicílios, mas que essa ainda não parece ser uma ação bastante concreta, o que coloca em xeque a crítica sobre a falta de sensibilidade das pessoas (A3).

Combater a desordem ambiental é imprescindível para o viver saudável e em harmonia com a natureza, sendo que, para isso, necessita-se do surgimento de uma nova ética dos comportamentos humanos, pautada na vida democrática e nos valores culturais ambientalmente responsáveis. Nessa vertente, as práticas de preservação ambiental devem

estar presentes na vida das pessoas, seja no trabalho ou domicílio particular, dando início à uma nova postura na forma de ver a relação homem/ambiente.¹³

A percepção sobre a relação entre ambiente e saúde, ou saúde ambiental, evidenciada nos estudos, aponta para reflexos de uma formação prioritariamente biomédica, centrada na linearidade doença-cura, enfatizando a necessidade do controle de epidemias, doenças nutricionais, infecciosas, crônicas e degenerativas, assim como o acometimento do aspecto psicológico, por meio da depressão e outros distúrbios do comportamento devido à deterioração do ambiente social (A2, A7, A10). Noutra corrente de pensamento, alguns estudos relatam a relação intrínseca da saúde ambiental com a promoção da saúde humana, vislumbrando o cuidado individual e coletivo com base para o cuidado do planeta e estabelecendo conexões com o uso indevido de agrotóxicos, corrida pelo mercado armamentista e o lucro exacerbado incentivado pelo panorama capitalista global (A7, A10).

Os resultados encontrados, ora apresentando percepções norteadas por um viés biomédico, ora pautadas em uma corrente de promoção da saúde, nada mais são do que o reflexo da história da construção da concepção de saúde pela comunidade científica nas últimas décadas. A concepção de saúde como multifatorial, abordando aspectos socioambientais, tornou-se mais evidente a partir dos anos 70, onde até então preponderou a atenção para os aspectos biológicos centrados na doença de indivíduos e populações.¹⁴ Dessa forma, as diferentes correntes de pensamento sobre a relação saúde e ambiente, podem ser entendidas, também, como o resultado da formação desses profissionais, que ou pelo período de formação, ou concepção da escola formadora, estruturam suas percepções através desse ou daquele pensamento.

Embora as pesquisas apresentem as diferentes percepções de ambiente, da problemática ambiental e da relação entre saúde e ambiente, a partir da voz dos sujeitos investigados, elas também apontam para uma preocupação em comum: o necessário cuidado com o atual cenário ambiental do globo. Esta constatação encontra-se destacada pelos estudos quando abordam sobre a necessidade do cuidado coletivo do planeta em todas as esferas socioambientais, das questões mais naturalizadas (queimadas, água, contaminação do solo, etc.) até aquelas com viés majoritariamente social (educação, economia, segurança, etc.), partindo do ambiente local para interferir no ambiente global (A8, A11). Destaca-se, assim, a constatação levantada, onde o respeito para com o outro, com o coletivo e a responsabilidade social são deveres de todos, *a priori*, de cada indivíduo, que, conseqüentemente, beneficiarão o coletivo, ainda que alguns não percebam as influências múltiplas, imprevisíveis e a repercussão de suas ações.²

Resíduos dos serviços de saúde e seu gerenciamento

A correta gestão dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) caracteriza-se como um dos grandes desafios a serem enfrentados dentro da problemática ambiental mundial.¹⁵ Essa preocupação encontra-se refletida nos estudos sobre enfermagem e meio ambiente selecionados nessa revisão, de maneira que 42,8% das pesquisas (n=6) tecem considerações ou investigam questões referentes ao gerenciamento de resíduos, revelando um cenário preocupante quanto ao conhecimento e sensibilidade dos profissionais de saúde, e conseqüentemente de enfermagem, sobre a temática.

Embora seja consenso nos diferentes estudos que a produção de resíduos está atrelada aos procedimentos da equipe de enfermagem nas diferentes situações de assistência, também é explícito que os trabalhadores da equipe desconhecem como se dá o processo de gerenciamento desses resíduos (A1, A2, A3). Essa constatação pode ser interpretada como um distanciamento entre o trabalho hospitalar e a questão ecológica, revelando que, além da

precariedade no conhecimento dos trabalhadores sobre normas e diretrizes que regem a gestão de resíduos, há uma falta de sensibilidade frente aos problemas ambientais que assolam diferentes comunidades e a própria saúde do trabalhador.¹⁶

Estes resultados vão ao encontro dos dados de outra pesquisa, ao corroborar com a perspectiva de que existem dificuldades para o gerenciamento dos RSS, fazendo-se a ressalva de que isso ocorre tanto no serviço de alta complexidade tecnológica quanto nos serviços de Atenção Básica.¹⁷

As pesquisas retratam também que, ainda que alguns trabalhadores detenham certo conhecimento sobre a gestão de resíduos, esses comumente restringem sua percepção e atuação à segregação do material contaminado daquele não contaminado dos serviços, esquecendo-se da importância que o material reciclável desempenha na sustentabilidade do meio e nas finanças da instituição (A1, A3). Outro estudo revelou que alguns profissionais demonstram preocupação quanto à adequação do armazenamento e da embalagem dos recipientes que recebem os resíduos, mas poucos traçam reflexões sobre os aspectos ambientais dessas atitudes, tampouco sobre o volume de resíduos gerado e o seu real destino final (A13).

O processo de gerenciamento dos resíduos é percebido ainda como atividade complexa, difícil e que causa conflitos entre os trabalhadores da saúde, tendo em vista a dificuldade encontrada por enfermeiros em sensibilizar a equipe atuante em seu setor sobre a correta segregação dos resíduos (A3). Contudo, sabe-se que frente à complexidade e aos avanços tecnológicos nos processos de cuidar, a enfermagem necessita aliar-se à sustentabilidade ambiental, repensando sua prática e formulando estratégias e procedimentos capazes de minimizar a capacidade produtiva do contexto hospitalar com ações na separação, reciclagem e destino final do lixo.¹⁵

As dificuldades encontradas, principalmente por enfermeiros, na gestão dos resíduos, acarretam em uma relação de distanciamento do processo de gerenciamento no espaço de trabalho. Essa constatação é reforçada nos diferentes estudos que investigaram instituições hospitalares, revelando ainda desconformidades dos sujeitos com a atitude de profissionais de outras categorias. Nesse cenário, os próprios enfermeiros participantes dos estudos enfatizam a necessidade do trabalho conjunto com outros profissionais de saúde, de maneira que todos devem integrar o somatório de trabalhadores imbuídos de responsabilidade para a conservação do ambiente (A1, A3, A13).

Tal perspectiva, do desinteresse dos profissionais da saúde pelo gerenciamento dos resíduos, pode também ser reflexo do desconhecimento ou falta de incentivo, embora se saiba que o correto gerenciamento dos RSS precisa ser compreendido por todos os trabalhadores, não como uma tarefa menos importante, mas como etapa fundamental do trabalho produzido em equipe.¹⁷

Um dado relevante observado em um dos estudos realizado com enfermeiros aborda que, quando questionados sobre sua responsabilidade ambiental e frente aos resíduos, alguns sujeitos terceirizam seu compromisso no momento em que atribuem ao Serviço de Higiene e Limpeza da instituição a competência de realizar a gestão adequada dos resíduos (A3). Tal percepção faz emergir a necessidade de uma reflexão ética por parte dos profissionais, no intuito da enfermagem tomar o desafio de pensar soluções para o gerenciamento dos RSS como inerente ao cuidado, construindo o conhecimento necessário para decidir sobre essa questão.¹⁵

O desconhecimento, a falta de apoio e a não sensibilidade com relação aos RSS e a temática ambiental se propaga ao ambiente domiciliar de alguns participantes das pesquisas, de maneira que o desenvolvimento de ações de preservação ambiental não se mostra uma ampla realidade por esses participantes. Evidencia-se ainda, que aqueles que realizam alguma ação de cunho ambiental, normalmente restringem-se à segregação do material reciclável. Já,

outros sujeitos, criticam a participação do poder governamental com relação ao apoio, estrutura e organização das cidades para a efetivação da coleta seletiva, o que acaba desestimulando ações ambientalmente responsáveis (A2, A13).

A participação das instituições de saúde com relação a cursos, capacitações ou programas de educação, também parece ser ainda incipiente, principalmente no que diz respeito a abordagens com viés socioambiental, pois se restringem, por vezes, a questões instrumentais se segregação, quando realizam alguma iniciativa (A1). A situação descrita demonstra a necessidade de se investir em abordagens que aprofundem a discussão acerca dessa temática. Constatação essa já levantada por enfermeiros hospitalares, quando demonstram ter clareza de que é necessário colaborar com o processo de conscientização, por meio do desenvolvimento da educação em serviço (A3).

Dessa forma, visualiza-se que, apesar das pesquisas apontarem a pouca instrumentalização das equipes de saúde sobre o tema, infere-se também que houve avanços ao longo dos anos no que se refere à atuação da equipe frente à segregação dos RSS.¹⁸ Nesse processo, destacam-se os profissionais de enfermagem como protagonistas das questões processuais dos RSS e da preocupação com a problemática ambiental, reforçando um desejo de mudança através da reflexão e análise crítica consciente de sua realidade.¹⁵

O profissional enfermeiro deve desempenhar, neste cenário de crise, seu papel de educador, praticando, orientando e capacitando sua equipe e demais pessoas para a ampliação do debate acerca da temática. Assim, por meio de uma educação ambiental, estará trabalhando também na reorientação dos conhecimentos mecanizados do cuidado, para uma atenção ao ser em sua totalidade através da prática do cuidado holístico. Esse processo de educação pauta-se no entendimento de que para a transformação de uma cultura, necessita-se, em primeira instância, da conversão e mudança pessoal/particular, resultando, assim, em uma nova forma de comportamento relacional.¹⁻¹⁶

Faz-se necessário, então, estimular o valor de responsabilidade com o ambiente como inerente ao profissional de saúde, entendendo a sensibilidade para as questões ambientais como uma decisão particular, mas que deve ser estimulada e ganha força na estrutura coletiva.¹⁶⁻¹⁹ Dessa forma, depreende-se que os profissionais das diferentes esferas de atenção à saúde estejam imbuídos dessa atribuição de responsabilidade, uma vez que, os problemas ecológicos atingem todas as pessoas.¹⁶

Formação profissional em enfermagem: ampliando possibilidades

Fomentar o debate sobre a relação saúde e meio ambiente, por meio de uma visão integradora, na formação profissional em saúde, e conseqüentemente na enfermagem, apresenta-se como a principal estratégia de ação entre os estudos, estando essa percepção presente em 64% deles (n=9) (A1, A2, A4, A5, A6, A7, A8, A10). Uma das publicações reitera, inclusive, a necessidade da discussão por meio da educação continuada para enfermeiras assistenciais (A14).

Inserir uma discussão orientada pela perspectiva socioambiental, percebendo o cuidado ao ser humano em conjunto com o ambiente, pode ser a solução frente ao que alguns enfermeiros e estudantes da área da saúde relataram nas pesquisas, quando se referem à situação de existência de uma abordagem superficial das questões ambientais na formação (A2, A4). Tal constatação é corroborada pelo estudo com acadêmicos quando sinalizam não se verificar um processo reflexivo mais aprofundado do assunto, embora se sintam afetados, de alguma maneira, pela problemática ambiental contemporânea (A4).

A superficialidade das representações sociais de acadêmicos de enfermagem, sobre o conceito de meio ambiente, também é percebido em outra pesquisa, demonstrando a

fragilidade da inserção da temática na formação desses profissionais.²⁰ Dessa forma, os estudos reafirmam a eminência de se pensar em estratégias pedagógicas na enfermagem, que potencializem e aprofundem o debate sobre a temática ambiental no processo de formação, construindo conhecimentos sólidos para a ação dos profissionais nas diferentes instâncias de atuação (A2, A8). Conhecimentos esses que permitam, ao enfermeiro, por exemplo, exercer um de seus papéis fundamentais na sociedade, assim como uma das bases que sustenta a profissão, que é a sua essência educadora.¹⁹

A enfermagem, através de ações de promoção da saúde, pode inserir-se no campo de conhecimentos socioambientais e trabalhá-lo na educação de indivíduos e comunidades, instigando a reflexão, a mudança de comportamentos e despertando um sentimento de solidariedade ao considerar o ambiente como um fator relacionado à vida (A6, A10).

Neste íterim, alguns estudos demonstram a participação do enfermeiro na escola, ambiente propício para o despertar de uma nova ética, reafirmando também o papel da própria escola como instrumento no desenvolvimento e no fortalecimento de uma consciência ambiental do estudante, caracterizando-se essa uma ação conjunta entre escola, instituição de saúde, educador e sociedade (A11). Tal iniciativa reforça a imprescindível participação comunitária, que atenta, interessada e responsável, se torna aliada no enfrentamento dos problemas ambientais (A5).

Outra forma de inserção da enfermagem, no âmbito das questões ambientais, que pode ser utilizado como exemplo na formação profissional, está relacionada à vigilância sanitária, onde alguns enfermeiros entrevistados consideram a atuação na área ambiental como essência da profissão. Em oposição, outros depoentes referiram ser essa uma nova área de atuação, mas que amplia assim o escopo da profissão (A13). Ao encontro dessa perspectiva, estão alguns departamentos de saúde dos Estados Unidos da América, onde já há um plano estratégico nacional para ampliar o papel dos enfermeiros como participantes ativos na prática de saúde ambiental, demonstrando o despertar da profissão para um novo olhar sobre o cuidado na saúde (A14).

Principalmente no Brasil, por meio do Sistema Único de Saúde, deve-se destacar com intensidade a participação de enfermeiros nos debates sobre as questões ambientais e de saúde, tendo em vista que esses profissionais são protagonistas das políticas públicas de saúde, trabalhando a universalidade, equidade e integralidade como eixo condutor de sua prática.¹⁵ Essa realidade, assinala o quão importante é o debate sobre a relação saúde e ambiente desde o início da formação profissional, perpassando, de modo transversal, as diferentes disciplinas e sensibilizando a perspectiva de cuidado para as dimensões múltiplas, interativas, integrativas e inter-relacionais, da relação homem/ambiente.²

Sabe-se ainda que, embora seja imprescindível a incorporação das questões ambientais no ensino superior, essas questões são uma problemática social, que transcende a incumbência unicamente das universidades devendo ser trabalhada em todos os níveis de formação, assim como na reciclagem de profissionais.¹³

Sendo assim, para que este leque de possibilidades de atuação do enfermeiro se concretize em uma prática ambientalmente sensível e responsável, faz-se imprescindível que o cuidado ao ecossistema também seja visto como um cuidado de enfermagem, pautado em uma atitude ética frente às demandas ambientais, fortalecendo assim esse novo paradigma de cuidado.^{1,2-19} Acrescenta-se ainda, nessa vertente da construção de novos conhecimentos, um chamamento com relação às pesquisas sobre o tema, que embora venham se modificando, de um cenário voltado para reflexões teórico-filosóficas e éticas (A9), em direção a investigações de campo, a temática ainda carece de pesquisas intervencionistas onde o enfermeiro exercite seu potencial criativo, aliando, talvez, sua postura ambientalmente ética à novas tecnologias em prol do cuidado socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário de crise ambiental tem levado a comunidade científica a debater sobre suas concepções e práticas. A enfermagem, particularmente, por ser profissão originalmente cuidadora, precisa incluir-se nessa discussão, no intuito de buscar-se subsídios para o desenvolvimento de uma consciência ambiental entre os trabalhadores da área. Nessa perspectiva, as produções científicas sobre a relação enfermagem e ambiente, apontam para um cenário preocupante com relação às concepções de ambiente de alguns profissionais e estudantes, que ainda o percebem de forma naturalística. Entretanto, também se fazem presentes algumas concepções integradoras, que visualizam uma inter-relação entre sociedade e ambiente. Acrescenta-se também, a dicotomia presente, não excludente, da percepção de saúde ambiental por, principalmente, dois olhares, o biomédico e o da promoção da saúde.

Os estudos reiteram a emergência do cuidado com o ambiente, dando ênfase à problemática dos resíduos dos serviços da saúde, principalmente no que tange seu gerenciamento. Sobre isso, percebe-se certo desconhecimento frente ao gerenciamento dos resíduos, demonstrando-se também uma atividade complexa e que exige atenção multiprofissional, mas que, muitas vezes, é deixada de lado e delegada a outros serviços, como o de higiene e limpeza. Nesse cenário, as pesquisas reforçam a importância de o enfermeiro assumir o papel de educador na equipe de saúde, resgatando a sensibilidade e as responsabilidades dos outros profissionais para a temática.

A preocupação com a formação profissional do enfermeiro também foi pauta de discussões nos artigos selecionados. Nessa perspectiva, as pesquisas relatam terem sido apontadas fragilidades, pelos sujeitos, sobre a abordagem da temática ambiental na formação dos profissionais. Frente a isso, são apresentadas possibilidades de atuação do enfermeiro com base no cuidado ambiental, assim como, a ideia de inclusão da abordagem socioambiental na formação desse profissional.

Considera-se então ser fundamental a realização de novas pesquisas que fortifiquem o conhecimento de enfermagem na temática socioambiental, revelando também novas concepções e práticas presentes no trabalho do enfermeiro. Faz-se ressalva quanto à singela participação de estudos intervencionistas, assim como a carência de pesquisas que trabalhem diretamente o processo de formação profissional na temática. Reitera-se assim a importância do tema para a busca de uma realidade ambientalmente responsável e, conseqüentemente, mais saudável.

REFERÊNCIAS

1. Monteiro EMLM, Rolim KMC, Machado MFAS, Moreira RVO. A visão ecológica: uma teia na enfermagem. *Rev Bras Enferm*, 2005 maio-jun; 58(3):341-4.
2. Baggio MA, Callegaro GD, Erdmann AL. Significando o cuidado ecológico/planetário/coletivo/do ambiente à luz do pensamento complexo. *remE – Rev. Min. Enferm*, 2011 jan-mar; 15(1): 11-18.
3. Beserra EP, Alves MDS, Rigotto MR. Percepção de adolescentes acerca da saúde ambiental: pesquisa-ação no espaço escolar. *Online braz j nurs*, 2010; 9(1).
4. Camponogara S, Kirchof ALC, Ramos FRG. A relação enfermagem e ecologia: abordagens e perspectivas. *R Enferm UERJ*, 2006 jul-set; 14(3): 398-404.

5. J Wakefield. Environmental Florence Nightingales: nursing's new front line. *Environ Health Perspect*, 2001 mar; 109(3): A118–A123.
6. Ribeiro MCS, Bertolozzi MR. A questão ambiental como objeto de atuação da vigilância sanitária: uma análise da inserção das enfermeiras nesse campo. *Rev Latino-Am enfermagem*, 2004 set-out; 12(5): 736-44.
7. Rother ET. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. Editorial. *Acta Paulista Enfermagem*. 2007; 20(2).
8. Cordeiro AM, Oliveira GM, Renteria JM, Guimarães CA. Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. *Rev Col Bras Cir*. 2007 nov-dez; 34(6): 428-431.
9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
10. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Documento de área da Enfermagem. 2013.
11. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saúde Pública*, 2005; 39(3): 507-14.
12. Reigota M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
13. Leff E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.
14. Heidemann ITSB, Boehs AE, Fernandes GCM, Wosny AM, Marchi JG. Promoção da saúde e qualidade de vida: concepções da carta de ottawa em produção científica. *Cienc Cuid Saude*, 2012 jul/set; 11(3): 613-619.
15. Silva ITS, Bonfada D. Resíduos sólidos de serviços de saúde e meio ambiente: percepção da equipe de enfermagem. *Rev Rene*. 2012; 13(3): 650-7.
16. Soares SGA, Camponogara S, Terra MG, Santos TM, Trevisan CM. O que pensam os enfermeiros sobre a problemática ambiental. *Rev Rene*. 2012; 13(5): 971-82.
17. Gessner R, Piosiadlo LCM, Fonseca RMGS, Larocca LM. O manejo dos resíduos dos serviços de saúde: um problema a ser enfrentado. *Cogitare Enferm*, 2013 jan/mar; 18(1): 117-23.
18. Camponogara S, Soares SGA, Terra MG, Santos TM, Trevisan CM. Nurses involved in management of hospital residues: a descriptive study. *Online braz j nurs*. 2012 aug; 11(2): 289-304.
19. Beserra EP, Alves MDS, Pinheiro PNC, Vieira NFC. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. *Rev Bras Enferm*, 2010 set-out; 63(5): 848-52.

20. Bruzos GAS, Kamimura HM, Rocha SA, Jorgetto TAC, Patrício KP. Meio Ambiente e Enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. *Saúde Soc.*, 2011; 20(2): p.462-469.

Tabela 1 - *Corpus* da pesquisa de revisão narrativa da literatura na temática enfermagem e meio ambiente.

N.	Referências dos estudos analisados
A1	Silva ITS, Bonfada D. Resíduos sólidos de serviços de saúde e meio ambiente: percepção da equipe de enfermagem. <i>Rev Rene</i> . 2012; 13(3): 650-7.
A2	Soares SGA, Camponogara S, Terra MG, Santos TM, Trevisan CM. O que pensam os enfermeiros sobre a problemática ambiental. <i>Rev Rene</i> . 2012; 13(5): 971-82.
A3	Camponogara S, Soares SGA, Terra MG, Santos TM, Trevisan CM. Nurses involved in management of hospital residues: a descriptive study. <i>Online braz j nurs</i> . 2012 aug; 11(2): 289-304.
A4	Camponogara S, Erthal G, Viero CM, Diaz PS, Soares SGA, Peres RR. The perception of students of the area of health about the environmental problems: a descriptive study. <i>Online braz j nurs</i> . 2012 aug; 11(2): 376-91.
A5	Lopes MSV, Ximenes LB. Enfermagem e saúde ambiental: possibilidades de atuação para a promoção da saúde. <i>Rev Bras Enferm</i> , 2011 jan-fev; 64(1): 72-7.
A6	Beserra EP, Alves MDS, Pinheiro PNC, Vieira NFC. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. <i>Rev Bras Enferm</i> , 2010 set-out; 63(5): 848-52.
A7	Baggio MA, Callegaro GD, Erdmann AL. Significando o cuidado ecológico/planetário/coletivo/do ambiente à luz do pensamento complexo. <i>remE – Rev. Min. Enferm</i> , 2011 jan-mar; 15(1): 11-18.
A8	Beserra EP, Alves MDS, Rigotto MR. Percepção de adolescentes acerca da saúde ambiental: pesquisa-ação no espaço escolar. <i>Online braz j nurs</i> , 2010; 9(1).
A9	Camponogara S, Kirchhof ALC, Ramos FRG. A relação enfermagem e ecologia: abordagens e perspectivas. <i>R Enferm UERJ</i> , 2006 jul-set; 14(3): 398-404.
A10	Monteiro EMLM, Rolim KMC, Machado MFAS, Moreira RVO. A visão ecológica: uma teia na enfermagem. <i>Rev Bras Enferm</i> , 2005 maio-jun; 58(3):341-4.
A11	Beserra EP, Alves MDS. Enfermagem e saúde ambiental na escola. <i>Acta Paul Enferm</i> . 2012; 25(5): 666-72.
A12	Cezar-Vaz MR, Muccillo-Baisch AL, Soares JFS, Weis AH, Costa VZ, Soares MCF. Concepções de enfermagem, saúde e ambiente: abordagem ecossistêmica da produção coletiva de saúde na atenção básica. <i>Rev Latino-Am Enfermagem</i> , 2007 mai-jun; 15(3).
A13	Ribeiro MCS, Bertolozzi MR. A questão ambiental como objeto de atuação da vigilância sanitária: uma análise da inserção das enfermeiras nesse campo. <i>Rev Latino-Am enfermagem</i> , 2004 set-out; 12(5): 736-44.
A14	J Wakefield. Environmental Florence Nightingales: nursing's new front line. <i>Environ Health Perspect</i> , 2001 mar; 109(3): A118–A123.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para este estudo, partiu-se do pressuposto de que a representação dos fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos e assuntos dão molde à vida das pessoas, e que em outro nível, os significados que essas “coisas” ganham, passam também a ser partilhados culturalmente e, assim, organizam os grupos sociais em torno destas representações e simbolismos (TURATO, 2005). Tendo em vista o objetivo geral proposto pela pesquisa de “conhecer a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem”, optou-se pela utilização do referencial da pesquisa qualitativa.

Esta abordagem pode ser entendida como a que se aplica ao estudo da história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões, sob a ótica dos atores, sendo então produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Vale destacar ainda que, se conforma melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, indo assim ao encontro com o proposto (MINAYO, 2010).

O estudo também se caracterizou como sendo do tipo exploratório-descritivo. A qualidade de pesquisa exploratória se dá ao fato de a temática ser ainda pouco explorada no ambiente em que esta se propõe, tornando-se assim difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Acrescenta-se ainda o intuito de formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Enquanto as pesquisas descritivas são aquelas que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2011).

2.1 Local

Tendo em vista a construção histórica da relação saúde e meio ambiente, seu estado contemporâneo de crise, a atenção direcionada a temática ‘educação ambiental’ no Brasil e o papel do enfermeiro docente no ensino superior, enquanto um ator social que pode instigar um

pensamento reflexivo sobre os problemas de saúde e socioambientais, é que a pesquisa teve como locais de coleta de dados, as IES Federais do Estado do RS. Ressalta-se, ainda, o enfoque dado a estes locais de coleta de dados tendo em vista a exequibilidade do projeto de pesquisa no período de tempo proposto, pois se sabe que atualmente o RS possui 35 escolas de enfermagem cadastradas junto ao Ministério da Educação (BRASIL, 2012a), o que tornaria inviável a realização da pesquisa em todas estas escolas e ao mesmo tempo fugindo dos objetivos da pesquisa, tendo em vista que teve o intuito de conhecer significados de fenômenos.

Dessa forma, foram incluídos, como campos de coleta de dados, as escolas de enfermagem das seguintes instituições: Fundação Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte (UFSM-CESNORS); Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - sede - não foi incluída como participante da pesquisa, enquanto local de coleta de dados, tendo em vista que os enfermeiros docentes dessa instituição já haviam sido abordados em outras pesquisas que tinham enfoque semelhante. Vale ressaltar também que, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), não foi selecionada como campo de coleta de dados, pois essa não havia formado enfermeiros e estava passando por avaliação do Ministério da Educação no período de construção do projeto, o que levou os pesquisadores a entenderem que o Curso de Enfermagem da instituição encontrava-se em processo de construção, podendo, dessa maneira, influenciar na percepção dos docentes frente à temática.

A seguir, apresentam-se algumas características que estavam disponíveis nos endereços eletrônicos de cada curso, como localização, número de enfermeiros docentes, carga horária do curso, tempo de duração do curso, estrutura educacional disponível na instituição para enfermagem (especialização, mestrado e doutorado) e histórico sucinto:

2.1.1 Fundação Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte (UFSM-CESNORS)

Esta instituição situa-se na Avenida Independência, número 3751, bairro Vista Alegre, na cidade de Palmeira das Missões, RS. Atualmente conta com 18 enfermeiros docentes. O

referido centro educacional conta com o Curso de Graduação em Enfermagem, com carga horária total de 4.020 horas, distribuídas em quatro anos (UFSM-CESNORS, 2012).

De acordo com o site da instituição, o CESNORS é a nona unidade universitária da UFSM. Este foi criado, em 20 de julho de 2005 pelo parecer 031/05, iniciando suas atividades letivas no segundo semestre de 2006, com o objetivo de promover a interiorização do Ensino Superior gratuito e de qualidade e, assim, impulsionar o desenvolvimento da Região Norte do Estado.

2.1.2 Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

A UNIPAMPA está atualmente situada no endereço BR 472, Km 592, em Uruguaiana, RS. A instituição conta com 17 enfermeiros docentes, tendo na sua estrutura educacional o curso de Graduação em Enfermagem, com carga horária de 4.055 horas, perfazendo quatro anos (UNIPAMPA, 2012).

O Curso de Enfermagem da UNIPAMPA foi fundado no dia 16 de outubro de 2006, impulsionado pelo crescente desenvolvimento do Município de Uruguaiana-RS e da Fronteira Oeste do RS, estando inicialmente vinculado à UFSM. Vale destacar também que, o ingresso de acadêmicos no curso é semestral, com 25 alunos, sendo que as disciplinas básicas são ministradas de forma integrada com o Curso de Fisioterapia. Além disso, o currículo já sofreu três alterações e ainda vem ganhando novas configurações geradas a partir das necessidades identificadas em diagnósticos locais (UNIPAMPA, 2012).

2.1.3 Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

A Universidade Federal de Pelotas está situada na Rua Gomes Carneiro, número 1, Bairro Centro, na cidade de Pelotas, RS. O Curso de Graduação em Enfermagem conta com 27 enfermeiros docentes. Na instituição é ofertado, além do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, o curso de nível de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Enfermagem. Ressalta-se que o Curso de Graduação possui uma carga horária de 3.600 horas, diluídas em quatro anos e seis meses de curso (UFPEL, 2012).

A Faculdade de Enfermagem teve sua origem como Curso de Enfermagem, atendendo às prioridades do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, à época, recomendava a criação de Cursos de Enfermagem em todas as Universidades Federais, segundo orientação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). A criação do Curso teve então sua aprovação no Conselho Universitário em 24/08/76, por Portaria n° 01/76 da UFPEL, sendo reconhecido pelo MEC por Portaria n° 402 de 24.06.80 (UFPEL, 2012).

2.1.4 Universidade Federal de Rio Grande (FURG)

Situada na Avenida Itália, sem número, Bairro Carreiros, da cidade de Rio Grande, RS, a FURG dispõe de 27 enfermeiros docentes. Esta instituição conta ainda com uma estrutura educacional voltada para a enfermagem que contém: Curso de Graduação em Enfermagem, Programa de Pós Graduação em Enfermagem – Nível Mestrado e Doutorado e Programa de Residência Multiprofissional Hospitalar e em Saúde da Família. Destaca-se que, o Curso de Graduação em Enfermagem, possui uma carga horária total de 4.110 horas, distribuída em quatro anos e seis meses (FURG, 2012).

O Curso de Enfermagem e Obstetrícia teve sua criação autorizada em 20 de agosto de 1975, sendo sua implantação realizada no primeiro semestre letivo de 1976. Em fevereiro de 1997, após reconhecimento do potencial, da identidade profissional e especificidade do curso, com significativas repercussões na produção de conhecimentos foi criado o Departamento de Enfermagem, reunindo e possibilitando a concreta integração dos docentes enfermeiros. A partir disso, considerada a trajetória histórica da Enfermagem da FURG, seu potencial, a sedimentação de sua identidade, os espaços conquistados e, o desenvolvimento das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, o Colegiado Especial da FURG aprovou, em 15 de agosto de 2009, a criação da Escola de Enfermagem (EEnf), como uma das treze Unidades Acadêmicas desta Universidade (FURG, 2012).

2.1.5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Localizada na Avenida Paulo Gama, número 110, Bairro Farroupilha, cidade de Porto Alegre, RS, a UFRGS possui, vinculados ao Curso de Enfermagem, 76 enfermeiros docentes.

O referido curso contém uma carga horária de 4230 horas, com duração mínima de quatro anos e seis meses. A instituição por sua vez contém a seguinte estrutura educacional voltada para a Enfermagem: Curso de Graduação em Enfermagem; Programa de Pós Graduação em Enfermagem – Nível Mestrado e Doutorado; Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Escola de Enfermagem (Enfermagem do Trabalho; Enfermagem Oncológica Adulto e Pediátrica; Enfermagem Pediátrica; Gerenciamento dos Serviços de Enfermagem; Enfermagem em Urgência e Emergência Adulto e Pediátrica; Enfermagem em Saúde Pública; Enfermagem em Nefrologia; Enfermagem em Terapia Intensiva; Enfermagem em Neonatologia) (UFRGS, 2012).

A Escola de Enfermagem - EENF da UFRGS existe desde 04 de abril de 1950, data em que foi promulgada a Lei nº 1.254. O início das suas atividades foi em dezembro daquele ano na Faculdade de Medicina da UFRGS. Nos primeiros anos de funcionamento, a EENF contava apenas com o curso de Bacharelado em Enfermagem. Em 1976, iniciou um curso de Licenciatura na mesma área, articulado em parceria com a Faculdade de Educação. Em 1998 é criado o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Enfermagem com o curso de Mestrado Acadêmico, complementado, em 2006, com a abertura do Doutorado (UFRGS, 2012).

Apresentados os cursos, vale ressaltar, que antes do início da pesquisa propriamente dita, cada Chefe de Departamento foi contatado com o intuito de esclarecer os objetivos da pesquisa e obter autorização institucional (Anexo A). De posse dessa autorização, o protocolo do projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética da UFSM, para só então ter sido iniciada a coleta de dados.

2.2 Sujeitos

Fizeram parte do estudo, na qualidade de sujeitos de pesquisa, enfermeiros docentes dos Cursos de Graduação em Enfermagem vinculados as IES descritas anteriormente. Salienta-se que o critério de seleção de sujeitos para o estudo não foi numérico, mas sim pautado na capacidade de uma amostragem refletir múltiplas dimensões de uma totalidade, visto que, na pesquisa qualitativa, o objetivo é interpretar o que as pessoas dizem, como lidam e o que fazem sobre determinado fenômeno (TURATO, 2005).

Realizou-se uma busca inicial nos endereços eletrônicos das instituições pesquisadas, a fim de levantar o número de docentes que cada instituição possui. Assim, com a posse desses números, foi estabelecido contato com as instituições visando a atualização dessa informação.

Foram considerados critérios de inclusão: ser enfermeiro docente efetivo da instituição pesquisada; estar há mais de um ano no cargo de docente. Como critérios de exclusão utilizaram-se: estar afastado por qualquer tipo de licença ou férias; ter algum vínculo com o presente projeto no período de coleta de dados.

Com o intuito de manter-se o rigor no processo de eleição dos sujeitos, minimizando a chance de uma seleção amostral tendenciosa, os sujeitos foram selecionados por sorteio realizado pelo pesquisador quando de posse da listagem dos docentes de cada instituição, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão. Complementarmente a lista de docentes, os chefes de departamento e coordenadores dos cursos foram consultados para coleta de informações, no intuito de que fossem excluídos dos sorteios aqueles que não contemplassem os critérios de inclusão e exclusão.

Para o encerramento do número de participantes do estudo, tendo em vista a imprevisibilidade do número de sujeitos necessários para saturação de dados em pesquisa qualitativa, realizou-se a leitura e análise dos dados concomitantemente a coleta, o que permitiu avaliar a inclusão ou não de novos sujeitos, resultando no montante de dezessete sujeitos participantes, do total de, aproximadamente, 165 enfermeiros docentes. Nesse sentido, foram entrevistados três enfermeiros docentes em três IES e outros quatro sujeitos noutras duas IES.

2.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados nos meses de janeiro a abril de 2013, por meio das técnicas de coleta de dados pesquisa documental e entrevista semiestruturada, no intuito de obterem-se dados suficientemente consistentes sobre o tema em estudo. Assim, para a realização da coleta de dados, nos diferentes campus universitários, pesquisou-se a reorganização dos calendários acadêmicos das instituições, período 2012/2013, tendo em vista o movimento de greve dos docentes ocorrido em 2012. O objetivo foi adequar o deslocamento do pesquisador até as universidades e organizar a coleta de dados de acordo com o calendário letivo de cada

instituição, evitando-se o período de férias. Dessa maneira, realizou-se a coleta de dados na seguinte ordem: CESNORS, UFPEL, FURG, UNIPAMPA e, por último, UFRGS.

Vale destacar ainda que, os instrumentos de coleta de dados foram construídos com a finalidade de responder a questão de pesquisa, assim como contemplar os seus objetivos. Dessa forma, para confecção dos instrumentos, utilizou-se dos conhecimentos adquiridos através da fundamentação teórica e da experiência proporcionada pelo grupo de pesquisa, conjuntamente com a orientadora do projeto.

2.3.1 Pesquisa documental

Utilizou-se da pesquisa documental partindo da ideia de que essa é uma técnica de coleta de dados que permite, ao investigador, um melhor entendimento do objeto estudado, serve como balizador frente aos outros dados adquiridos e auxilia como guia para a confirmação das etapas seguintes da investigação (CAMPONOGARA, 2008).

Dessa perspectiva, entende-se pesquisa documental como sendo aquela que se vale de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos do estudo, como por exemplo cartas, memorandos, agendas, relatórios, recortes de jornal, revistas, arquivos e banco de dados, escritos de eventos em geral, entre outros. Sendo assim, para fins de pesquisa científica, são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno (GIL, 2011).

Na presente pesquisa, os dados documentais foram constituídos, basicamente, pelos projetos pedagógicos dos cursos investigados, onde se buscou observar quais as aproximações dos cursos com a temática ambiental, seja nos objetivos ou perfil do curso, nas características institucionais ou através de alguma disciplina do currículo. Estes arquivos foram adquiridos por meio dos endereços eletrônicos das instituições pesquisadas.

Os documentos coletados foram arquivados em pastas, ao mesmo tempo em que se deu a coleta, utilizando-se como critério de organização a fonte do arquivo, ou seja, a instituição de origem. Para os documentos foram criadas fichas de leitura contendo resumo do pesquisador, referência bibliográfica, além de algumas transcrições de trechos pertinentes. Destaca-se nessa etapa que, a organização do material significa processar a leitura segundo

critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento de características recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio dos arquivos (PIMENTEL, 2001).

Para a operacionalização desta etapa de análise dos dados foi utilizado um roteiro de extração dos dados de pesquisa conforme o Apêndice A.

2.3.2 Entrevista semiestruturada

As entrevistas foram realizadas após o consentimento dos Chefes de Departamento de cada curso selecionado para investigação, assim como o parecer positivo do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM. Entende-se entrevista como aquela que é, acima de tudo, uma conversa que poderá acontecer entre dois ou vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa (MINAYO, 2010). Também, pode ser compreendida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Acrescenta-se ainda que esta é uma forma de interação social, de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação, tornando-se assim uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano (GIL, 2011).

Dessa maneira, frente aos objetivos do estudo, compreendeu-se que a entrevista foi a técnica de coleta de dados mais eficaz, pois é utilizada para apreensão da representação da realidade, ou seja: ideias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, condutas, projeções para o futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 2010). Acrescenta-se ainda que, dentre as diferentes classificações de entrevista, optou-se pela entrevista semiestruturada, tendo em vista que permite, além de um encontro com os sujeitos do estudo, um aprofundamento do tema a ser investigado durante este momento, por meio de questões norteadoras. Entretanto, ressalta-se que o seguimento da ordem das questões compreende certa flexibilidade, visando a indagação de outros pontos presentes na fala dos sujeitos que possam possibilitar um aprofundamento do diálogo e da interpretação.

Assim, além de possibilitar um maior número de respostas e a observação da expressão corporal do entrevistado, as questões podem não seguir exatamente a ordem

prevista e poderão, inclusive, ser levantadas novas questões, além das pré-estabelecidas, de acordo com o decorrer da entrevista. Entretanto, faz-se importante destacar que as pautas ou perguntas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si (GIL, 2011).

Esse modelo, em particular, se caracteriza por perguntas norteadoras, apenas determinantes da área a ser explorada; o que viabiliza que entrevistador e entrevistado discutam um assunto com maior riqueza de detalhes (POPE; MAYS, 2005). Assim, por ter o apoio claro na sequência das questões, a entrevista semiaberta (semiestruturada) facilita a abordagem e assegura que as hipóteses do entrevistador ou seus pressupostos serão cobertos na conversa (MINAYO, 2010).

A partir do exposto, reitera-se a assertiva na escolha do tipo de entrevista levando em consideração que, em diferentes momentos e questões da entrevista, os sujeitos indagavam para que a pergunta fosse repetida ou re-elaborada de forma semelhante. Isto ocorria porque, os docentes, por períodos, tinham dificuldades em construir suas respostas sobre o objeto de estudo, tendo em vista ser um tema atual, mas pouco discutido no cotidiano, tornando-se difícil elaborar conceitos sem anterior reflexão. Dessa maneira, durante as entrevistas, retomavam-se as perguntas que geravam dúvidas, ou em que os docentes divagavam durante a construção da percepção sobre o assunto.

Vale destacar que, anteriormente a realização do momento formal da entrevista, realizou-se um encontro com os chefes dos departamentos aos quais os cursos pertenciam ou com os coordenadores do curso de graduação, entendendo-se ser esse processo de encontro, apresentação, trocas de informações e esclarecimento de dúvidas, como uma oportunidade de ambientação com os locais do estudo. Ainda nesses espaços, questionava-se sobre a estrutura física e de pessoas que o curso continha, conhecendo, por vezes, os locais de sala de aula, coordenação, biblioteca, e até mesmo espaços de aulas práticas e estágios, como os Hospitais Universitários ou de Ensino.

Para a realização das entrevistas, tomou-se o cuidado de que o local escolhido fosse conveniente para o entrevistado, dando-se preferência para ambientes reservados e livres de movimentação, de modo que não houvesse imprevistos ou interrupções, evitando assim o afetar do conteúdo da entrevista. Os locais escolhidos foram comumente a sala dos docentes, biblioteca setorial da IES ou sala de aula, previamente reservada. Sendo que as entrevistas tiveram o tempo médio de 30 minutos.

Além disso, com a finalidade de obter-se certa proporcionalidade entre as diferentes instituições investigadas, buscou-se manter um quantitativo semelhante de sujeitos a serem

entrevistados em cada uma das IES. Assim, o encerramento da amostra obedeceu ao critério de saturação de dados e o alcance satisfatório dos objetivos propostos.

Pode-se entender o critério de saturação de dados como sendo o momento em que foram atingidos os objetivos da pesquisa, acrescido do conhecimento formado pelo pesquisador, no campo, ao conseguir compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo (MINAYO, 2010). Dessa forma, a avaliação é feita por um processo contínuo de análise dos dados, começando já no início da fase de coleta, procurando-se o momento em que pouco de substancialmente novo aparece, considerando os tópicos abordados pelos entrevistados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

As entrevistas foram previamente agendadas com os docentes quando do convite para participação no estudo e o aceite desse, mediante esclarecimento do objetivo, finalidade da pesquisa e demais dúvidas levantadas. Houve duas desistências em participar do estudo anteriores a realização da entrevista, devido a indisponibilidade de horários dos docentes no período de coleta dos dados. Frente a essas intercorrências foi realizado novo sorteio e seleção de outros docentes. Destaca-se ainda que as entrevistas foram gravadas em gravador digital e posteriormente transcritas pelo próprio pesquisador. Para a realização das entrevistas foi utilizado o roteiro presente no Apêndice B.

2.4 Organização, análise e interpretação dos dados

Tendo em vista esta ser uma pesquisa qualitativa, que tem por objetivo conhecer as percepções dos sujeitos participantes, ou seja, trabalhar com as subjetividades, suas contradições e encadeamentos de ideias, é que a organização e análise dos dados buscou dar enfoque às falas dos participantes e aos conteúdos presentes nos documentos estudados. Sendo assim, o processo de análise dos dados esteve orientado pelas etapas básicas de análise de dados em pesquisa qualitativa, de acordo com o referencial de análise de conteúdo de Bardin (2011), quais sejam:

- Pré-análise ou reunião do *corpus* de análise: caracteriza-se por ser a fase de organização propriamente dita, corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais.

Neste momento, realizou-se a organização dos materiais (projetos pedagógicos e entrevistas), juntamente com uma leitura de aproximação com as falas dos enfermeiros

docentes. Os documentos foram nomeados de acordo com linguagem construída pelo pesquisador no intuito de não identificar, particularmente, os sujeitos, no momento de análise dos dados. Ressalta-se que, também foram destacadas as ideias congruentes presentes nas diferentes falas, a fim de destacar possíveis significações sobre o tema.

Bardin (2011) destaca que, nesta fase, é realizada a leitura “flutuante” dos dados, que consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Em um segundo momento, se deve realizar a escolha dos documentos, etapa em que são reunidos todos os documentos que se constituem em fonte de dados para o estudo, constituindo-se em *corpus* de análise. Posteriormente a estas duas primeiras etapas, realiza-se a formulação das hipóteses e dos objetivos, trata-se este momento como sendo de origem da intuição, que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O próximo passo é denominado como de referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, onde são reconhecidas as menções no texto de um tema. Finalizando esta etapa, a autora traz a preparação do material como sendo a reunião e edição deste.

- Exploração do material: nessa etapa começam a surgir categorias preliminares, sendo a fase de análise propriamente dita. A autora caracteriza este momento como sendo longa e fastidiosa, consistindo essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Realizaram-se leituras aprofundadas nos dados obtidos e pré-organizados, segregando-se aquelas percepções que, mediante o novo olhar exaustivo dessa etapa, configuraram-se em categorias. Vale ressaltar que as ideias presentes nas transcrições das falas eram destacadas conforme esquema de cores, no intuito de facilitar a visualização, para depois, as concepções congruentes, serem transferidas para um mesmo arquivo onde passaram a ganhar olhar mais criterioso e construtivo com a literatura pertinente.

- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: neste momento os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Consiste na leitura atida de material, quando é possível confirmar ou re-organizar categorias de análise e interpretar os achados com base nos autores da revisão de literatura.

Prosseguiu-se, então, para a fase de interpretação e argumentação da análise dos dados, onde foram feitos os últimos ajustes para seleção de recortes de falas que viriam a compor os manuscritos. Este momento culminou na escrita do relatório final, estruturado com os artigos que refletem os principais achados da pesquisa.

2.5 Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação dos Chefes de Departamento, onde estavam lotados os docentes que participaram como sujeitos do estudo, registrado no Sistema de Informações para o Ensino (SIE), no Gabinete de Projetos (GAP) do Centro de Ciências da Saúde e no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), por meio da Plataforma Brasil, sendo que, posteriormente, foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da UFSM, obtendo parecer favorável sob o CAEE N° 12192612.0.0000.5346. Após a tramitação de todos os requisitos exigidos é que se iniciou a coleta de dados.

Para apreciação dos diferentes Chefes de Departamento, realizou-se um contato prévio com os mesmos, por telefone, destacando informações importantes sobre o projeto, como autoria e pesquisador responsável, os motivos do interesse na pesquisa, a justificativa da escolha das instituições e as considerações éticas pertinentes para realização do estudo. Da mesma forma, foi realizado o envio do projeto, via e-mail, para apreciação, constando ainda de uma carta de apresentação para realização da pesquisa. Destaca-se também, que foi aberto espaço para esclarecimentos de possíveis dúvidas sobre a realização do projeto e demais questões consideradas pertinentes pelos Chefes de Departamento.

Os sujeitos da pesquisa somente participaram do estudo, após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) e concordância com o mesmo, ficando (após coleta de assinatura) de posse de uma via deste documento (a outra via ficou em posse do pesquisador), em conformidade com a Resolução N° 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS. Acrescenta-se, ainda, que a pesquisa buscou atender e respeitar o disposto na Resolução N° 466/12 do CNS, no que tange as diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas envolvendo seres humanos.

Garantiu-se aos sujeitos o anonimato com a utilização de nomes fictícios na reprodução das falas. Para isso, os recortes utilizados nos resultados do estudo foram identificados pela letra E, correspondente a “Enfermeiro”, seguida do número atribuído à entrevista de 1 à 17, por exemplo, E1, E2, E3, E4. Foi garantida também a autonomia, que se entende por direito dos sujeitos de pesquisa à sua autodeterminação, de querer ou não participar do estudo, podendo desistir a qualquer momento sem quaisquer ônus.

Foi conferido também o livre acesso as informações construídas pelos sujeitos e, ainda, aos resultados do estudo, através do contato direto com os pesquisadores, publicações

em periódicos e apresentação dos resultados em eventos científicos. Destacando-se aqui que os pesquisadores comprometeram-se em apresentar os resultados da pesquisa nas IES referidas, quando do interesse dessas.

Compreende-se por Risco da Pesquisa, a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente (BRASIL, 1996). Os pesquisadores entendem que a pesquisa não apresentou riscos, a princípio, diretos aos participantes, porém a temática estudada, sobre a interface saúde e meio ambiente, poderia apresentar algum risco indireto de alguns conflitos e desconfortos emocionais ao docente decorrentes da reflexão a respeito de questões subjetivas do mesmo, durante sua participação do estudo. Dessa forma, o pesquisador encerraria a entrevista com o docente e poderia prestar esclarecimentos ou fazer os encaminhamentos que fossem necessários. Destaca-se, então, que não houve intercorrências no decorrer das entrevistas.

Destaca-se que o risco indireto supracitado pode ser entendido também como um benefício ao docente, uma vez que eles puderam refletir sobre a sua prática docente, assim como, sobre atitudes da vida particular e atuação diante da atual crise ambiental. Dessa forma, entende-se que o estudo trouxe esta reflexão sobre a relação saúde e meio ambiente como benefício, além de auxiliar no processo de formação profissional do enfermeiro.

Os pesquisadores comprometeram-se a manter a confidencialidade dos dados, utilizá-los somente para fins dessa pesquisa, bem como armazená-los por 5 anos na sala do grupo de pesquisa na UFSM de acordo com o exposto em Termo de Confidencialidade (Apêndice C). Após este período, os dados serão destruídos. O local em questão refere-se à sala 1339, do Departamento de Enfermagem, localizado no Centro de Ciências da Saúde – Prédio 26, Campus Universitário da UFSM.

Acredita-se que este estudo poderá contribuir com novas investigações que abordem aspectos relativos à formação profissional em enfermagem, diante do atual contexto de crise ambiental, tendo em vista ser uma temática atual e relevante. Além disso, poderá instigar os atuais profissionais de enfermagem, sendo estes docentes, quanto ao seu envolvimento nas questões ambientais e como isso pode ser refletido para as gerações vindouras.

3 RESULTADOS

Os achados da pesquisa, que serão abordados nesse tópico, estão estruturados na forma de artigos científicos, organizados conforme os eixos temáticos que emergiram da análise das percepções dos sujeitos do estudo. Tal formatação da estrutura do relatório de dissertação está em conformidade com o Manual de Estrutura de Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses da Universidade Federal de Santa Maria (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2012).

Sendo assim, esta dissertação será apresentada por meio de três artigos científicos¹, conforme disposto no quadro a seguir:

Quadro 1 – Lista de artigos científicos originados a partir dos resultados do estudo.

Artigo	Título	Objetivo	Categorias
1	O enfermeiro docente frente à problemática ambiental contemporânea	Conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a atual problemática ambiental.	- As diferentes concepções de Meio Ambiente; - A problemática ambiental e suas facetas; - O exercício das ações sustentáveis.
2	A relação saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem: percepções de enfermeiros docentes	Conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a interface saúde e meio ambiente e como essa tem sido abordada na formação profissional em enfermagem.	- A percepção sobre a interface saúde e meio ambiente; - Saúde e meio ambiente na formação do docente; - A abordagem da temática na formação profissional em enfermagem.
3	A educação ambiental na formação profissional em enfermagem	Descrever a percepção de educação ambiental e sua relação com a formação profissional em enfermagem, para os enfermeiros docentes	- A multiplicidade de concepções sobre a educação ambiental; - A educação ambiental na formação profissional em enfermagem.

¹ Os artigos ainda não sofreram formatação final. Após a sustentação da dissertação, os artigos serão ajustados, e formatados de acordo com as normas do periódico escolhido.

**ARTIGO 1 - O ENFERMEIRO DOCENTE FRENTE À
PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA**

O ENFERMEIRO DOCENTE FRENTE À PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA

RESUMO

Objetivo: conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a atual problemática ambiental. **Método:** estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, realizado, por meio de entrevista semiestruturada com dezessete enfermeiros docentes atuantes em Cursos de Graduação em Enfermagem das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, no período de janeiro a abril de 2013. A análise dos dados foi orientada pelo referencial de análise de conteúdo. **Resultados:** a pesquisa revelou diferentes percepções de meio ambiente, alternando entre visões naturalizadas, antropocêntricas e integradoras vinculadas à perspectiva socioambiental. A problemática ambiental foi entendida a partir das seguintes concepções: como catástrofes ambientais; como culpa das ações humanas; e, também, como resultado do modelo socioeconômico da modernidade. Algumas ações de preservação ambiental foram citadas pelos sujeitos, como a reciclagem de resíduos domésticos e economia de recursos, e o ser exemplo para o resgate dos valores humanos, nos diferentes espaços do convívio social. **Considerações finais:** assim, percebe-se que os sujeitos do estudo apresentam diferentes percepções sobre as questões ambientais, revelando a possível inexistência de uma concepção norteadora nos cursos. Torna-se necessário então, que se instigue a reflexão sobre o tema entre os docentes, possivelmente auxiliando na construção de perspectivas integradoras, complexas e que incentivem mudanças frente à problemática atual.

Descritores: Enfermagem; Meio Ambiente; Educação Superior; Docentes.

INTRODUÇÃO

Homem e ambiente se relacionam de diferentes e complexas formas desde os primórdios da história, entretanto, em algum momento, tal inter-relação se tornou preocupante e ameaçadora em virtude das iniciativas predatórias da sociedade. Essa alteração das relações acarretou numa crise ambiental contemporânea, tão manifesta e perceptível a partir dos anos 60, onde, segundo Leff (2011), preponderou a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo. A partir desse momento, muitos questionamentos começaram a surgir, principalmente sobre quais seriam as consequências do modelo socioeconômico vigente e quais caminhos deveriam ser traçados, para a superação de tal problemática ambiental.

Da referida década até os dias atuais, muitas intempéries decorrentes da crise socioambiental já foram percebidas, principalmente no campo da saúde, afetando a todos os seres em maior ou menor grau, de uma forma ou outra. Alguns exemplos dessa situação são: as secas, enchentes e deslizamentos; o ressurgimento de doenças infectocontagiosas; a insegurança alimentar; a exposição química dos trabalhadores e da população em geral, decorrente do uso intensivo e extensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos; dentre outros tantos (GOUVEIA; MIRANDA, 2012).

Tendo em vista o panorama apresentado, evidencia-se que a crise socioambiental é contemporânea, configurando-se, conseqüentemente, em uma crise da saúde. A partir disso, entende-se ser fundamental discutir a temática ambiental entre os profissionais da enfermagem, pois são esses aqueles que detêm como objetivo de seu trabalho o cuidado à saúde nas mais diferentes formas. Nessa perspectiva, os profissionais enfermeiros necessitam empoderar-se da temática ambiental de maneira que consigam identificar as alterações locais, tendo em mente a situação global, propondo intervenções resolutivas e preventivas, em comunhão com a comunidade e amenizando os riscos a que todos estão expostos (BRUZOS et al., 2011).

Entretanto, o que se percebe é que, embora seja eminente a situação adversa, muitos profissionais ainda não dão a devida importância para as ações voltadas ao ambiente (BRUZOS et al., 2011), muito em consequência do modelo biomédico e fragmentador deixado, como herança da modernidade, para a saúde. Acrescenta-se também, que tal situação pode encontrar justificativa na formação profissional dos trabalhadores, pois aqueles

majoritariamente atuantes hoje foram discentes de currículos que talvez não possibilitassem abordagens mais integradoras e complexas sobre a temática ambiental.

Dessa maneira, torna-se necessária a sensibilização dos futuros enfermeiros, na formação profissional em enfermagem, para que se objetive um futuro com maior qualidade de vida e com um ambiente sustentável. Para isso, deve-se despertar no discente alguns valores e conhecimentos inerentes à temática ambiental, como a responsabilidade, o pertencimento, o respeito e a compreensão de que o ambiente não se estrutura apenas pela sua perspectiva naturalizada. Mas que esse como um objeto complexo, multifacetado, dinâmico, cultural, histórico, mutante, socioeconômico, determinado e determinante das relações sociais, embora sua conceitualização seja construída a partir da particularidade de cada ator social (LEFF, 2011).

Nesta vertente, para mudança no cenário socioambiental atual, a enfermagem precisa aproximar-se do que Leff (2011) denomina como um Saber Ambiental, aquele que diz respeito a transformação do conhecimento para construir uma nova ordem social, estruturada na aprendizagem de novas relações com o mundo, sendo a partir da educação que o indivíduo avança em seu desenvolvimento. Contudo, para isso, os docentes, entendidos como os responsáveis por engendrar as reflexões complexas e estreitar os laços entre ambiente e enfermagem, devem também estar sensibilizados com a temática, percebendo-a de maneira crítica, reflexiva e holística.

Assim, o presente estudo tem como questão de pesquisa: como os enfermeiros docentes, de Instituições de Ensino Superior Federais do Rio Grande do Sul, percebem a atual problemática ambiental? Diante disso, este manuscrito tem como objetivo analisar a percepção de enfermeiros docentes sobre a atual problemática ambiental.

MÉTODO

O estudo caracteriza-se como sendo do tipo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, que se realizou nos Cursos de Graduação em Enfermagem das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (Fundação Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte/UFMS-CESNORS; Fundação Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA; Universidade Federal de Pelotas/UFPEL; Universidade

Federal de Rio Grande/FURG; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS), com os enfermeiros docentes.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de janeiro e abril de 2013. Sendo assim, realizou-se uma busca inicial nos endereços eletrônicos das instituições pesquisadas, a fim de levantar o número de docentes que cada instituição possuía, estabelecendo-se, posteriormente, o contato com as instituições visando a atualização dessa informação. Foram considerados critérios de inclusão: ser enfermeiro docente efetivo da instituição pesquisada e estar há mais de um ano no cargo de docente. Como critérios de exclusão utilizaram-se: estar afastado por qualquer tipo de licença ou férias, no período de coleta de dados, e ter algum vínculo com o presente projeto.

Para tanto, a fim de manter o rigor no processo de eleição dos sujeitos, os mesmos foram selecionados aleatoriamente, por sorteio, realizado pelo pesquisador quando de posse da listagem dos docentes de cada instituição. Para seleção do número de participantes por IES, realizou-se uma previsão de três sujeitos em cada instituição, entretanto, a definição obedeceu ao critério de saturação de dados, tendo em vista que eram realizadas transcrição, leitura e análise dos dados concomitantemente a coleta. Dessa forma, foram entrevistados 17 sujeitos, sendo que, em três instituições foram entrevistados três docentes cada e, em outras duas, quatro docentes cada.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, realizada pelo próprio pesquisador, em ambientes reservados, com captura de áudio e seguindo um roteiro com questões que versavam sobre meio ambiente, problemática ambiental e ações de preservação ambiental, dentre outras. Nessa perspectiva, buscou-se resguardar o anonimato dos sujeitos participantes, os quais foram identificados pela letra “E”, correspondente a enfermeiro, e uma numeração para entrevista realizada (E1, E2, E3).

O processo de análise esteve orientado pelas etapas do referencial de análise de conteúdo de Bardin (2011): Pré-análise ou reunião do *corpus* de análise, onde eram transcritos e organizados as falas dos docentes; exploração do material com leitura exaustiva a fim de captar os conteúdos existentes nas falas; tratamento dos resultados obtidos com a categorização das ideias semelhantes; e interpretação com a discussão dos dados à luz da literatura atual.

O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação dos Chefes de Departamento, onde estavam lotados os docentes que participaram do estudo, registrado no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), por meio da Plataforma Brasil, sendo que, posteriormente, foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa

com Seres Humanos (CEP), da UFSM, sendo aprovado sob CAEE N° 12192612.0.0000.5346. Após a tramitação de todos os requisitos exigidos é que se iniciou a coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa evidenciam as distintas percepções dos enfermeiros docentes sobre o meio ambiente e a problemática ambiental vivenciada na atualidade, revelando também os cuidados ambientais adotados pelos participantes. Ressalta-se que as concepções construídas fazem parte das crenças, estudos, experiências, formação, discussões e todas as circunstâncias que interferem em maior ou menor grau, positiva ou negativamente, advindas da vida em sociedade. Destaca-se ainda que, além da historicidade particular de cada ser humano para perceber o ambiente, esse ainda é construído a partir de um espaço determinado no tempo, que sofre constante mutação, sendo, então, o resultado da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio natural e construído, implicando um processo de criação permanente (REIGOTA, 2010).

Considerar o ambiente como um processo complexo, dinâmico, mutante e que é compreendido a partir da particularidade das experiências vividas por cada ser humano, significa, entre outras coisas, abrir-se para a escuta e o entendimento das diferentes percepções sobre o tema. Entretanto, a crise socioambiental contemporânea exige, dos diferentes atores sociais, momentos de reflexão e criticidade sobre como está ocorrendo a relação homem/ambiente, pois, a percepção sobre meio ambiente se reflete nas atitudes, reflexões e diálogos, ou seja, na maneira de viver/conviver. Faz-se esse realce em virtude da posição de destaque que ocupam os enfermeiros docentes na formação profissional e, porque não, na sociedade como um todo, devido ao seu compromisso enquanto instigador de um pensamento ético, político e cidadão frente à sociedade (NUNES; SILVA; PIRES, 2011).

Dando início ao processo de apresentação dos resultados e discussão, destaca-se que esse ocorre em três momentos, com base nas questões levantadas durante a entrevista. Sendo assim, a primeira categoria retrata **as diferentes concepções de Meio Ambiente**. Na sequência, será apresentada a categoria **a problemática ambiental e suas facetas**. Por fim, são apresentadas algumas iniciativas ambientalmente responsáveis realizadas pelos participantes do estudo, através da categoria **o exercício das ações sustentáveis**.

As diferentes concepções de Meio Ambiente

As concepções de meio ambiente que os sujeitos do estudo constroem estão orientadas essencialmente por três eixos, apresentados através de subcategorias: meio ambiente na perspectiva naturalista; recortes/vestígios de antropocentrismo; e concepções integradoras. Nesse sentido, alguns participantes deixam transparecer a preocupação em caracterizar **meio ambiente numa perspectiva naturalista**, ou seja, manifestam uma visão mais restrita à ecologia.

Meio ambiente seria tudo o que nos rodeia, a questão do físico, que é um meio ambiente, um tipo de meio ambiente. No meio ambiente estão também às questões relacionadas ao ambiente das coisas externas, áreas externas, áreas verdes ou não verdes, com infraestrutura ou sem infraestrutura, então eu vejo nesse sentido. (E9)

[...] eu coloco que o meio ambiente é tudo onde um ser vivo está inserido, então é o ar, lixo, esgoto, árvore, sol, chuva, água, esse é o meio ambiente [...] (E14)

Visualiza-se nas falas a citação de elementos que compõem o meio ambiente, principalmente os vinculados aos aspectos físicos, mas também àqueles que são construídos pela ação do homem, como lixo, esgoto e “infraestrutura”. Tal perspectiva correspondeu a uma minoria dos achados, mas merece destaque por apresentar-se como uma visão reducionista da complexidade que envolve o ambiente.

Perceber a perspectiva ecológica do ambiente, através dos elementos que o compõem como ar, terra, água, fauna, flora, entre outros, demonstra-se importante, pois a harmonia desses elementos e dos ecossistemas é essencial à vida na Terra. Entretanto, concebê-lo apenas como o somatório de elementos, sem considerar as suas interações, seu dinamismo, a intervenção humana e as complexidades inerentes ao sentido de ambiente, desconsiderando os aspectos sociais, torna-se, aparentemente, uma percepção fragmentada, insuficiente para a reflexão dos problemas socioambientais enfrentados atualmente.

Tal perspectiva é reforçada pelos meios midiáticos, que ocupam grande parte de sua grade de horários e espaços para reforçar aspectos ecológicos, sob um viés puramente naturalista, quando constroem reportagens sobre o meio ambiente. Não se trata de uma condenação aos meios de comunicação em massa, por exporem as maravilhas que compõem os ecossistemas, mas sim uma ressalva ao exibicionismo desprovido de crítica, reflexão e que, por vezes, ignora as dimensões humana e social que interferem neste meio, multiplicando, assim, percepções estanques em um preservacionismo ingênuo de uma natureza romântica (FREITAS; PORTO, 2010).

Perspectivas semelhantes são encontradas em outros estudos que investigaram a percepção de meio ambiente com trabalhadores da área da saúde (CAMPONOVARA et al., 2013; CAMPONOVARA et al., 2012; SOARES et al., 2012; MENDONÇA; GIATTI; TOLEDO, 2012), discentes de diferentes áreas, inclusive da saúde, (BOER; SCRIBOT, 2011; BRUZOS et al., 2011) e docentes (BEZERRA; GONÇALVES, 2007). A repetida ocorrência desta perspectiva naturalista pode também ser reflexo dos movimentos ambientalistas de cunho conservacionista, que têm sua origem nos primórdios das lutas em prol do meio ambiente, mas que ainda mobilizam atores sociais, principalmente nos países do norte do globo (LEFF, 2011). Assim, torna-se necessário que concepções assim sejam repensadas na busca de um olhar mais reflexivo e crítico para a complexidade que envolve o meio ambiente, entendendo que a natureza integra uma rede de relações, não apenas naturais, mas também sociais e culturais (CARVALHO, 2004).

Noutra perspectiva, alguns participantes construíram percepções de meio ambiente como algo que está disposto ao redor do ser humano, no seu entorno, uma externalidade do ser, possibilitando a inferência de que essas seriam **recortes/vestígios de antropocentrismo**. Complementarmente a isso, nessa subcategoria, percebem-se expressões que caracterizam o meio ambiente como bem de uso, sujeito à intervenção humana como usufruto de algo que lhe pertence.

Meio ambiente é tudo o que está ao meu redor, na minha vida pessoal, na minha casa, na minha comunidade. Então o bairro onde eu moro vem a ser o meu meio ambiente, a casa, como eu cuido a minha casa, como as coisas acontecem ao entorno e a universidade, tudo isso que está na minha volta [...] desde a minha casa, do meu quarto, da minha organização, tendo por meio ambiente até o local de trabalho, a minha cidade. Acho que tudo é o meio ambiente, todos os locais, tudo o que está ao meu entorno. (E3)

[...] acho que envolve questões relacionadas mais a natureza. Mas também envolve as questões relacionadas à ocupação dos espaços, envolve questões de como utilizamos esse espaço e o que a gente adquire, extrai, desse ambiente em que a gente vive [...] então envolve tudo, o que a gente extrai e o que a gente faz com o local em que habita, acho que seria isso, assim, o meu entendimento de meio ambiente. (E17)

Ao longo da história da humanidade, o meio ambiente tem sido percebido como bem de uso do homem, para sua sobrevivência e bem estar. Pode-se imputar a origem dessa percepção aos primórdios da civilização, quando as comunidades passam a se tornar estâncias à espaços restritos, através da agricultura rudimentar e domesticação dos animais, permitindo, ao homem, deixar de ser nômade e passar a usufruir do ambiente ao seu redor.

Sabe-se ainda que, os ecossistemas oferecem inúmeros benefícios para os humanos, como: provisão de água, alimentos, combustíveis, recursos genéticos, regulação do clima, dos ciclos das águas e das doenças, formação dos solos e ciclos de nutrientes, vitais para a produção de alimentos, e, porque não, serviços culturais, como referências para valores espirituais e religiosos, estéticos e educacionais, de lazer e turismo (FREITAS; PORTO, 2010). Entretanto, a tecnologia construída através dos anos possibilitou novos níveis de exploração, de maneira que essa dominação sobre o ambiente revelou-se um processo predatório preocupante, onde a produção para a sobrevivência dá lugar ao consumismo desenfreado, exaurindo, progressivamente, os recursos ambientais e a sustentabilidade do meio.

A visão antropocêntrica restringe-se à representação espacial de ambiente, colocando o ser humano como centro dos cuidados e atenções e destinando, ao ambiente, a condição de servidão para a manutenção da vida desse homem (REIGOTA, 2010). Acrescenta-se ainda, que essa percepção representa grandes riscos ao meio ambiente e a própria condição humana na terra, pois não se preocupa em refletir sobre o potencial reparador do ambiente frente ao comportamento consumista.

Esta perspectiva, centrada na segregação homem/ambiente, entendendo o primeiro como dominador do segundo, também é evidenciada em outro estudo que teve docentes como sujeitos de pesquisa (BEZERRA; GONÇALVES, 2007), de maneira que tal percepção representou 25% de um montante de 40 participantes de uma Escola Agrotécnica. Profissionais de saúde, enfermeiros e médicos, de Unidades Básicas de Saúde de Belo Horizonte, também apresentaram percepções semelhantes, onde o ser humano é visto como o centro de onde o resto dos seres adquire sentido, de maneira que esta posição lhe confere uma autoridade sobre os demais organismos (FONSECA, 2012).

Sendo assim, a presença desta concepção por alguns docentes não significa dizer que a visão antropogênica é majoritária, seja entre os entrevistados, entre docentes ou até mesmos na área da enfermagem. Mas, a exposição da existência dessa visão serve para a reflexão sobre a forma como o ambiente pode estar sendo percebido e abordado no campo da saúde, principalmente quando se sabe que, na saúde, não se deva adotar essa noção, embora, segundo Bruzos et al (2011), ainda se trabalhe muito nessa vertente.

Acrescenta-se ainda que, a própria Constituição Federal do Brasil, de 1988, apresenta resquícios de uma visão antropocêntrica, no momento em que coloca, no seu Art. 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo” (BRASIL, 1988). Entender o ambiente enquanto bem de uso representa andar na

contramão do pensamento ambientalmente responsável e ético, que reitera a necessidade de nos sentirmos inseridos no meio ambiente e não considerar ele como algo externo a nós (BRUZOS et al., 2011).

Dessa maneira, torna-se imperativo repensar a relação hierárquica entre homem/ambiente presente ainda nos dias atuais. Essa perspectiva ganha força devido, principalmente, ao contexto de crise que vivenciamos e que revela o plano falho na construção da sociedade, até então orientada pelo pensamento fragmentado e dissociado do cuidado ambiental, que objetiva, num primeiro momento, o domínio da natureza para uma vida com conforto.

Em contrapartida às percepções com viés naturalistas ou antropocêntricas, emergem dos docentes concepções que refletem a complexidade que envolve o ambiente. Os recortes de falas a seguir, constituintes de nova subcategoria, exemplificam as **concepções integradoras**, que envolvem as questões sociais, econômicas, culturais e outras tantas, para a construção de um ambiente total, dinâmico e mutante.

[...] o meio em que nós estamos inseridos, considerando a inter-relação da organização do homem, do indivíduo, das pessoas e do espaço físico, geográfico [...] nossa inter-relação com o meio em que vivemos. (E1)

Na minha percepção, o meio ambiente engloba tudo, toda a questão de natureza, biológica, assim como tudo o que integra o ser humano a esse próprio ambiente. Então, entendo o ser humano como sendo parte desse ambiente, e esse ambiente em que o ser humano vive, pode ser tanto a questão biológica e a natureza, quanto as relações de trabalho, as relações sociais, as relações econômicas, que se estabelecem dentro desse contexto. Então eu conceituo de uma maneira bem ampla [...] (E11)

Eu entendo que é tudo o que nos cerca, não só o meio ambiente que a gente entende assim, como as árvores, a natureza. Mas eu diria até, que é pra mim essa sala, onde eu estou agora, o meu ambiente de trabalho, onde estou, onde eu circulo o dia todo, dentro da minha casa, também é uma parte do meio ambiente [...] entra também a questão sociológica, das relações das pessoas, acho que tudo isso é o ambiente onde a gente está inserido. (E12)

Meio ambiente, eu acho que é um conceito mais amplo do que realmente a gente utiliza. Acho que hoje em dia se utiliza muito pensando em meio ambiente só nas questões de ecologia, vegetação. Acho que o ambiente é muito mais amplo do que isso propriamente, eu acho que é um conceito muito mais social hoje em dia do que um conceito restrito, com enfoque nessas questões de vegetação, ecologia. Acho que é um conceito bem amplo. (E13)

Bom, penso que meio ambiente é tudo o que nos cerca, engloba uma serie de questões, depende do que tu queres visualizar [...] mas engloba todo o contexto sócio-econômico-cultural [...] há uma interligação entre todas essas questões sociais, econômicas, culturais, desse ambiente, e as relações que estão inseridas nesse. (E16)

Como resposta ao que os docentes entendem por meio ambiente, surgem concepções como sendo esse algo complexo, que não se reduz exatamente a limites físicos, mas que

compreende características territoriais, que se modificam de acordo com aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais. Os respondentes apresentam, ainda, a ideia de redes que se inter-relacionam, onde homem e ambiente são inter-dependentes, modificando-se e sendo modificados.

Esta concepção de complexidade ambiental, ou socioambiental, vai ao encontro de correntes de pensamento contemporâneas, que ganham força frente às incertezas da modernidade, pois a comunidade científica, ao se perceber incapaz de compreender o ambiente através de sua fragmentação e desarticulação, passa a entendê-lo como a integração de processos de ordem natural, técnica e social, cujas causas e objetivos não podem ser absorvidos numa descrição global única, por mais complexa, aberta e holística que possa ser. Dessa maneira, o ambiente passa a ser compreendido como resultado das relações de interesses e racionalidades dos atores sociais e organizações institucionais, que integram uma profunda teia de processos ecológicos, econômicos, tecnológicos e culturais (LEFF, 2011).

A unicidade entre ambiente e sociedade também é percebida nas concepções de profissionais da área da saúde hospitalar e da atenção básica, em outros estudos (SOARES et al., 2012; MENDONÇA; GIATTI; TOLEDO, 2012). Tais achados, somados ao presente, revelam a existência, ainda que incipiente, de uma nova forma de perceber o mundo através da complexidade socioambiental. Pensamentos integradores como esses podem ser prenúncios de novos tempos, onde não cabem mais as atividades de assistência à saúde em um meio onde o usuário é fragmentado, visto como um ser humano divisível em especialidades e que desconsidera o contexto no qual as pessoas vivem, entendendo o ambiente como apenas mais um fator no cotidiano das pessoas e não como um espaço que constitui o próprio sujeito e sua família (SENA; CEZAR-VAZ, 2010).

Contudo, vale destacar ainda, que embora tenham surgido visões integradoras, essas foram construídas com relativa dificuldade, ou seja, quando instigados a refletir sobre sua percepção de meio ambiente, os docentes necessitaram de algum tempo para organizar os significados atribuídos ao conceito em questão. Esse fato pode ser um exemplo de que ainda não estamos acostumados, enquanto atores sociais, a refletir sobre nossas próprias percepções de ambiente. Tal ocorrência pode ser, em última instância, reflexo da própria situação com que nos deparamos, cotidianamente, onde já não paramos mais para pensar, apenas agimos, reféns de certo automatismo intrínseco às demandas de vida e trabalho impostas pelo dia-a-dia.

A reflexão anterior encontra respaldo, por exemplo, nos pensamentos de Leff (2011) quando interpreta a globalização como um poder simbólico de uma razão totalitária, onde

ficamos sem fala para afirmar nosso lugar no mundo, sem palavras para significar e dar sentido à nossa existência e sem um pensamento capaz de orientar a construção de nosso futuro. Dessa maneira, ainda segundo o autor, frente ao processo globalizante encontramos-nos desarmados pela incerteza, impotentes diante de suas estratégias fatais e de uma hiper-realidade inescapável que penetra nosso tecido vital, aniquilando o pensamento crítico e a ação criativa.

Conceber o ambiente, difuso, variado e complexo como o é, torna-se, então, tarefa árdua, propensa à aproximação ou distanciamento de uma concepção integradora das questões socioambientais, de acordo com o empenho reflexivo empregado nessa construção. Entende-se, sob esta ótica, que o docente, desprovido de conhecimentos ou subsídios que justifiquem sua concepção de ambiente, terá dificuldades ou poderá se afastar de discussões sobre o tema, seja na vida particular, no ensino ou na construção de conceitos que irão guiar a formação profissional, pois, para a realização de uma abordagem ambientalmente responsável deve-se preceder a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo (REIGOTA, 2010).

Sari (2012) salienta, com propriedade, a dependência da percepção de ambiente para intervenções educativas quando aponta que, tais concepções são as que movem os indivíduos, particularmente, quando se trata daqueles que pretendem sensibilizar o outro para a construção de uma visão sistêmica de ambiente. A autora complementa ainda que, a forma como os sujeitos agem, enquanto atores sociais de seus processos, não se desvincula de suas concepções, crenças e práticas; pelo contrário, ambas se retroalimentam.

Como exemplo, pode-se inferir que concepções de ambiente naturalizadas, concentrem-se em abordagens preservacionistas, restringindo seu olhar para os aspectos ecológicos. A visão antropocêntrica, possivelmente organizar-se-á nas abordagens de saneamento do meio, limitando-se às modificações das questões estruturais em prol do bem estar humano. Noutra perspectiva, o saber socioambiental poderá engendrar reflexões mais profundas sobre a relação homem e ambiente, pautadas na historicidade, diálogo, reflexão, considerando os aspectos sociais, econômicos, culturais, pensando-se o micro espaço, ao mesmo tempo em que entende a dinâmica do cenário mundial.

Sendo assim, se há um conceito almejado pela sociedade contemporânea sobre meio ambiente, esse, possivelmente, se assenta sob uma nova visão do desenvolvimento humano, vislumbrando novos tempos, que reintegrem os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, aos saberes subjugados e a complexidade do mundo. Tal

conceitualização seria pautada, então, em um novo saber e uma nova ética, que dêem resposta aos problemas ambientais do nosso tempo (LEFF, 2011).

A problemática ambiental e suas facetas

A problemática ambiental não é exclusividade do presente, posto que o ambiente não é estanque, mas sim mutante, fazendo com que ela, a problemática, tenha suas bases arraigadas nos equívocos ou saudosismos do passado e, provavelmente, estenda-se de maneira imprevisível ao futuro, em maior ou menor intensidade. Para somar complexidade ao tema, destaca-se também que essa não se configura em um fato isolado no tecido social, ao contrário, é fruto de uma delicada teia de relações e atores sociais, por consequência, interferindo na sociedade como um todo (CAMPONOGARA, 2008).

O que vivenciamos atualmente é o acirrar das discussões sobre as questões ambientais, resultado direto da contaminação ambiental e os desequilíbrios ecológicos; das crises de alimento, energia, e de recursos naturais gerados pelos padrões dominantes da produção, distribuição e consumo de mercadorias; assim como dos custos ambientais da concentração industrial e da aglomeração urbana. Tais problemas marcam os dias atuais como um ponto de inflexão na história, onde se desvanecem os suportes ideológicos e as certezas subjetivas que construíram os paradigmas de conhecimento e os dogmas do saber no ambivalente progresso da modernidade (LEFF, 2011).

A partir do exposto, os docentes foram questionados sobre a sua percepção em relação a problemática ambiental, dando origem a subcategorias que representam as manifestações atinentes aos problemas atuais, como: as alterações ocorridas no ambiente natural; a culpabilização do ser humano pelos problemas sociais enfrentados atualmente; a crise ambiental e o modelo econômico vigente; o afastamento da reflexão dos problemas ambientais; e a interferência da assistência hospitalar enquanto geradora de resíduos para o ambiente e consumidora de recursos naturais. Assim, alguns participantes percebem a problemática ambiental como sendo **as alterações ocorridas no ambiente natural**, principalmente em função da ação antropogênica predatória, perceptível nos recortes a seguir:

[...] é a problemática que a gente vem vendo nos meios de comunicação, ou seja, o excesso de chuva que causa alagamentos, o excesso de seca que causa danos, danos a saúde [...] (E1)

[...] as catástrofes estão acontecendo [...] essa mudança brusca no clima, tem influência nesse ambiente que, de certa forma, a gente foi deteriorando. Como falei um papel que tu joga e vai entupindo alguma vala. Acho que tudo que está influenciando onde tu está vivendo, vai de certa forma acarretar problemas e como a gente vê, assim, a questão do clima, que se apresenta para a gente, as geleiras vão cada vez derreter mais em função desse clima. **(E5)**

Agora, o que mais tem me preocupado, tem toda aquela questão dos materiais, do espaço, descarte de lixo, utilização de água [...] **(E6)**

[...] é a questão de efeito estufa. É a questão de uso indiscriminado dos recursos naturais. É a preservação do meio ambiente. Acho que é uma questão bastante complexa [...] **(E7)**

Acho que a sociedade ainda não tem uma consciência plena dessa preservação, mas se eu pensar em épocas passadas, se discutia muito pouco, e hoje está muito presente em qualquer espaço onde a gente está. Do cuidado com o meio ambiente, da preservação de plantas, da preservação de rios, do cuidado com o lixo. **(E10)**

Foi a própria produção, produção de alimentos, produção de nutrientes, como o uso descabido por longos e longos anos usando os fertilizantes, usando os herbicidas, que causaram muitos problemas, tanto para o agricultor quanto para aquele homem que faz a produção, pela sua intoxicação, pelos herbicidas e o pelo próprio fertilizante [...] **(E15)**

Como já mencionado anteriormente, é consenso que o pensamento e ação humana, com o passar do tempo, têm causado problemas socioambientais de diferentes formas e que repercutem sobre os diversos aspectos da vida em sociedade. Essa constatação é reforçada pelos docentes, quando se preocupam com as modificações climáticas que vem sendo apontadas por especialistas, como: as tempestades que tem assolado diversas populações, o descarte inadequado do lixo que repercute na sustentabilidade do meio e os demais problemas que afetam, em maior ou menor grau, a saúde ambiental e humana.

Elencar as consequências desastrosas da ação humana sobre o ambiente revela-se uma tarefa árdua e que exige reflexão constante, tendo em vista que não se pode estagnar o pensamento apenas sob os aspectos estéticos que são apreensíveis pela visão, como: chuvas abundantes, erosão de territórios, desflorestamento, construção de represas que alteram os ciclos hidrológicos, atividades de extração e mineração de recursos naturais renováveis e não renováveis, etc (FREITAS; PORTO, 2010). Não se defende, no entanto, que se deva ignorar tais acontecimentos, mas sim, que esses sejam propulsores para a produção de novas inquietações frente ao impacto socioambiental dessas alterações, questionando-se, ao mesmo tempo, a estrutura sob a qual a sociedade está alicerçada, num entendimento de interdependência.

O aumento no consumo de alimentos e produtos, originados pelo crescimento populacional e o modelo econômico vigente em quase totalidade do planeta, também é percebido, pelos docentes, como um contribuinte para a crise ambiental, trazendo

repercussões imediatas à saúde humana, devido à exposição aos agrotóxicos, e em longo prazo pelo consumo desses produtos e contaminação dos solos. Essa reflexão evidencia a multiplicidade de aspectos que compõem a problemática ambiental, resgatando questões como: a lógica produtivista atual a partir do consumismo exacerbado, que impõem pressão para uma produção em massa desvinculada de responsabilidade e respeito ao ambiente; o imprimir de condições desumanas de produção que prejudicam a saúde do trabalhador; e produtos que retornam ao consumidor com baixa qualidade e cuidado (BRUZOS et al., 2011). Em última instância, a percepção dos docentes reflete os problemas do modelo econômico vigente, na medida em que demonstram compreender esse ciclo.

Nessa vertente, existem percepções sobre a problemática ambiental que se concentram em uma espécie de auto-crítica, que coloca o ser humano como causador e mantenedor das situações de degradação vivenciadas hoje. Observa-se também, nas falas a seguir, **a culpabilização do ser humano** pelos problemas sociais enfrentados atualmente, como falta de sensibilidade, cuidado e respeito com o próximo, que resultam num desrespeito ambiental.

Eu acho que esses problemas, grande parte desses problemas é influência da ação do homem [...] porque o homem faz uso do meio ambiente e isso acaba também, após, retornando para a sua saúde. (E2)

[...] a gente vê que o comportamento do homem está alterando o ambiente, então eu acho que isso é um problema. [...] eu acho que se a gente tem que condenar alguém, somos nós, que estamos atacando o ambiente de certa forma, depredando, sujando, maltratando os animais, essas coisas. Isso está causando esse problema no clima, no ambiente. (E5)

[...] eu conversei com meu filho [...] ele sempre dizia que: nós temos que cuidar da terra, alias, nós temos que cuidar da possibilidade de nossa continuidade na terra, pois a terra vai continuar, talvez até melhor sem nós, sem o homem. (E6)

[...] mas se eu entendo o meio ambiente como eu te disse, não só a parte física. Daí a gente tem muitos problemas. Dá para citar a violência como um grande problema ambiental [...] (E12)

[...] o grande vilão da história é o próprio ser humano, na medida em que vai destruindo, matando rios e o acúmulo de resíduos. A tecnologia está aí para ajudar e para massacrar o ser humano também. Então na medida em que tu vais descobrindo mais meios, equipamentos, produtos, que vão facilitando a vida do ser humano, esses mesmos produtos são degradados, são destruídos, e eles não são destruídos totalmente. Então, tem os resíduos que podem vir a prejudicar o próprio ser humano [...] (E14)

[...] porque a gente vai ver assim, os próprios valores morais, as pessoas não se comprometem, não tem uma responsabilidade, ate mesmo a solidariedade. Eu acho que são todas as questões que a gente vê que englobam esse cuidado [...] (E16)

Vivenciamos uma problemática causada pela ação humana, que desde seus primórdios vem empreendendo esforços para o domínio completo sobre a natureza, cada vez mais

potentes, rápidos, devastadores e insuficientes, frente às novas demandas. No entanto, a evolução desse cenário tem provocado resultados catastróficos não só ao ambiente natural, mas também aos valores morais da sociedade que, cada vez mais, se vê assolada pela violência, criminalidade e adoecimento.

Os dados reforçam a preocupação com os valores morais que estão se perdendo na construção de uma sociedade do individualismo, onde o capital acumulado tem maior significado que as relações de solidariedade, compaixão, sensibilidade e respeito com o outro. Essas considerações são observadas em outro estudo, que teve enfermeiros assistencialistas como sujeitos, quando reforçam que vivenciamos uma crise ambiental devido à falta de sensibilidade das pessoas, com seus pares e com o meio em que vivem (SOARES et al., 2012).

Como coloca Sari (2012), não se pode negligenciar o fato de que a economia e a ciência moderna trouxeram progressos relevantes, mas, para além deles, também tem produzido uma multiplicidade de consequências desastrosas. Dentre essas, a destruição de culturas rurais e milenares nas diferentes regiões do mundo (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011), que, por muitos anos, tem tido melhores relações com o ambiente do que a cultura globalizante e capitalista contemporânea.

Está posta a necessidade de mudar, tendo em vista os grandes danos ao ambiente físico e social, causados pelas insustentáveis taxas de consumo decorrentes do processo de globalização. Esses danos têm acarretado, ainda, um abalo considerável na saúde populacional, tornando visível a inviabilidade de um futuro global sem um programa estratégico de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2008) e a reorientação dos pressupostos norteadores da consciência individual e coletiva (SARI, 2012).

Dessa maneira, pensar as soluções para a problemática ambiental é função de todos, de cada um, da coletividade, orientados por uma responsabilidade social com as outras pessoas, com o próprio planeta e consigo mesmo (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011). Isso é ainda mais relevante, em tempos de globalização, onde os territórios culturais se tornam tênues, enfraquecendo a sensação de pertencimento e responsabilidade pelo seu ambiente local e agravando a desintegração social (SILVA, 2008).

Em meio às reflexões sobre a problemática ambiental, emergiram concepções mais críticas especificamente a este contexto socioeconômico vivenciado na atualidade, como já mencionado anteriormente. Nos recortes a seguir, visualizam-se as conexões elaboradas pelos sujeitos entre **a crise ambiental e o modelo econômico vigente**.

[...] o que eu tenho cada vez mais pensado é a questão do consumo [...] de como resistir a toda uma lógica capitalista, onde a lógica do consumo, inclusive, é o que sustenta hoje o modelo econômico da nossa sociedade. E ter uma consciência diferente em relação ao consumo das coisas mais cotidianas, da roupa, o quanto eu estava imbuída da lógica da descartabilidade. Eu estava em um ponto que já não mandava mais consertar nada [...] e nós estamos hoje, a sociedade ainda, a classe média, baixa, todo mundo na lógica da possibilidade de consumo como uma possibilidade de melhora das condições de vida. Eu acho que nós deveríamos investir mais em educação, mais em outras coisas o nosso dinheiro [...] mas ao mesmo tempo, tu vê a sustentabilidade do modelo econômico nessa lógica, quer dizer, se as pessoas não compram carro, como sair de casa?! Como sair disso, entende?! É uma armadilha muito delicada. Hoje, como eu vejo essa questão do meio ambiente, está mais me tocando, instigando e interessando é essa questão [...] **(E6)**

[...] agora a gente está em um momento de desenvolvimento econômico, muita fábrica, muito carro, muito tudo, alguma hora vai ter um colapso [...] **(E8)**

[...] acho que a gente está em um país em desenvolvimento, que antigamente se falava subdesenvolvido. Mas assim, o Brasil ainda não adotou medidas propriamente protetoras em relação ao meio ambiente. Fazem-se, eu acho medidas muito de “apagar incêndio” [...] **(E13)**

[...] então, tentando já retornar as raízes. A produção não precisava nem de fertilizantes, a produção não precisava de herbicidas, porque as pessoas produziam para o seu próprio consumo, para vender um pouquinho para quem não produz. E essa busca desenfreada pelo lucro fez com que o Brasil e o mundo se voltassem para uma forma de produzir mais rápida, e aí tem alterações genéticas, do próprio grão, da própria semente, que eu acho que não é benéfico para a gente [...] **(E15)**

O consumo de produtos e bens, intensificado pelo crescimento populacional e urbanização, tem exposto a fragilidade do pensamento de progresso da civilização moderna. Acreditava-se até então que o alto potencial de consumo poderiam resolver os problemas da sociedade, trazendo qualidade de vida inclusive para as populações mais pobres. Entretanto, essa racionalidade econômica, da produção e consumo a qualquer preço, está legitimada sob uma falsa ideia de progresso para a civilização, tendo em vista que banuiu a natureza da esfera da produção, o que gerou processos de destruição ecológica e degradação ambiental sem precedentes na história (LEFF, 2011).

Dessa forma, mais crescimento econômico, conhecimento científico e difusão de tecnologias sofisticadas não significam, necessariamente, a melhoria das condições de vida das populações atuais, como destacado pelos sujeitos, quando entendem que não se sabe o impacto das alterações genéticas dos alimentos na vida das pessoas, colocando-se em risco as condições de vida das futuras gerações. Acrescenta-se ainda que, a modificação genética, o aumento das áreas de produção, a diminuição dos ciclos produtivos e o crescimento das economias dos países, não acabaram com a fome nem com a miséria em extensas regiões do planeta (FREITAS; PORTO, 2010).

Profissionais da saúde de uma unidade clínico-cirúrgica também demonstraram preocupação com o potencial predatório do sistema econômico global, indo ao encontro das percepções dos docentes participantes desse estudo (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011). Segundo o autor, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, questionaram-se ainda sobre como resolver a inversão dos valores sociais da atualidade, onde prepondera a ganância, motivada por interesses individualistas, em prol de benefícios particulares de poucos.

Leff (2011) explica a fragilização dos princípios éticos na atualidade pela redução dos potenciais da natureza à capital natural; onde também são deturpados o trabalho, os valores culturais, as potencialidades do homem e sua capacidade inventiva através de uma conversão em formas funcionais de um capital humano, onde tudo pode ser reduzido a um valor de mercado, representável nos códigos do capital. Assim, ainda na perspectiva do autor, para solucionar a crise ambiental e sua inversão de valores sociais, não se deve questionar apenas uma melhor gestão dos recursos naturais, mas repensar o projeto epistemológico sob o qual a modernidade está posta, que nega o limite, o tempo, a história, a diferença, a diversidade e a outriedade.

Dessa maneira, alguns sujeitos preocuparam-se em perceber a problemática ambiental através da forma como a sociedade tem encarado o cenário atual, onde as pessoas têm a compreensão de que vivenciamos um momento ambientalmente fragilizado, mas que ao mesmo tempo não se sensibilizam com o que está acontecendo. As manifestações a seguir exemplificam essa percepção de **afastamento da reflexão dos problemas ambientais**.

[...] Uma coisa que eu acho que marcou o ano passado, foi no ano passado, a questão do vazamento no Japão. Da indústria de produtos, não lembro o nome do local, que deu todo o vazamento, contaminou as cidades, quantas reportagens teve sobre o assunto?! [...] Então, eu acho que um dos problemas, como eu vejo o problema do meio ambiente, um problema é a questão da mídia e a negação dos problemas [...] Acho que temos muitos problemas de meio ambiente, acho que tem muitas cidades que tentam fazer algumas coisas sustentáveis, mas ainda são muito poucas [...] eu invisto mais, porque estou vendo o problema, agora em locais onde eu não estou vendo esse problema eu nego, ou senão eu afasto [...] então eu acho que isso é uma das coisas que influencia, o eu não perceber, não enxergar aquilo na minha frente, enquanto não me atinge, eu estou vivendo bem, então eu vou prolongando e pensando bom: “para o futuro, quem sabe, eu começo a reciclar, para o futuro, quem sabe, eu começo a pensar” [...] Mas, infelizmente, eu acho que nós só vamos ter, a gente só tem, consciência, quando a gente se depara com o problema, quando eu sofro, aí eu percebo. [...] acho que a pior coisa é o fato de a gente não se ver, como eu não estou enxergando o problema eu nego, então é a mesma coisa, que a gente faz com a saúde é o que a gente faz com o meio ambiente [...] (E3)

Bom, na minha visão eu incluiria, com certeza, a violência. E a violência de uma forma bem ampla. Ela é, na verdade, um reflexo da forma como as pessoas estão sendo educadas, como as pessoas amadurecem. Na verdade existe no meio ambiente

em que eu vivo [...] muito desrespeito entre as pessoas, e esse desrespeito se estende a parte física também, com os animais, as árvores, a limpeza das nossas ruas, ao desperdício de água, luz e tantas outras coisas. Mas eu prefiro ver de uma forma mais ampla assim, sempre inserindo as pessoas junto. Eu acho que as pessoas, a problemática ecológica, por exemplo, é um reflexo de como as pessoas se comportam entre si. Não existe um respeito entre as pessoas [...] tem algumas pessoas que ainda são educadas sim, mas estão se tornando maioria as pessoas que não ligam para o que está do lado delas, se esta morrendo, se não está, “o que interessa é o que eu quero para mim e eu vou fazer o que eu conseguir para ter aquilo para mim”[...] e eu acho que a grande questão, talvez, seja que as pessoas não consideram o meio ambiente como algo delas, que o meio ambiente é uma coisa fora de mim, o meio ambiente é aquilo que está lá fora, são as árvores, as ruas, o rio. Eu acho que a maioria das pessoas não se vê como uma peça chave, como integrante daquele meio ambiente, o meio ambiente como alguma coisa fora delas e elas não se comportam como se elas estivessem dentro dele [...] (E12)

Alguns sujeitos percebem que, os problemas ambientais estão atrelados ao sentimento de descaso do ser humano frente aos inúmeros acontecimentos, com base na ideia de que até mesmo as catástrofes ambientais não afetam direta e igualmente a todas as pessoas, ocasionando certa indiferença pelos não atingidos diretamente. Outro fator que pode ser pensado como origem do descaso com os problemas ambientais é a divulgação constante das diferentes situações de grande escala que afetam o globo, onde o ser humano é bombardeado, cotidianamente, com informações sob as quais não tem nenhum domínio imediato, levando-o a uma posição de estagnação.

O afastamento do confronto com os problemas ambientais pode ainda ser reflexo da situação relacional do homem contemporâneo, onde o sujeito torna-se individualizado, deixando de ser um repleto de complexidade e características próprias, para cair no anonimato coletivo do sistema econômico padronizado. Esse sujeito torna-se um ser sem referência em meio à crise socioambiental, que não consegue construir estratégias para o embate da problemática, tendo em vista que não se percebe integrante do ambiente ou não compreende o potencial de suas ações frente a uma realidade maior (LEFF, 2011).

Faz-se necessário, então, que o ser assimile a sua inter-relação com o meio em que vive, percebendo-se enquanto parte do ambiente e dotado de singularidade, onde suas ações façam sentido e diferença quando pertencentes ao todo da esfera social. Tal perspectiva tem como base, a ideia defendida por Leff (2011), ao apontar que a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução, que dependem do contexto local, ou seja, automaticamente, do sentimento de pertencimento do ser a um ambiente.

Nesse sentido de pertencimento e de pensar o ambiente local, suas inter-relações e particularidades, os docentes realizaram vínculos entre a problemática ambiental e o ambiente de trabalho em que a enfermagem realiza suas atividades, restringindo-se com maior ênfase

ao âmbito hospitalar. Nos recortes das falas a seguir, é perceptível a preocupação com a **interferência da assistência hospitalar enquanto geradora de resíduos** para o ambiente e consumidora de recursos naturais.

[...] até alguns anos atrás nós tínhamos uma linha de preocupação muito mais na área da biologia. Eu vejo que a área da saúde vem se preocupando com isso em função de que, para desenvolver as intervenções, as práticas assistenciais, práticas de cuidado enfim, independente do conceito, nós também vamos intervir no meio ambiente, seja com resíduos de instrumentos, de materiais, utilizados nessa prática, para essa prática. E no trabalho em equipe, não só a enfermagem em si [...] (E1)

Até no hospital eu acho que existe essa conscientização já, eu sou da área hospitalar, trabalho muito mais na área hospitalar. Vamos trocar a roupa de cama quando ela tiver a necessidade de trocar, está suja ou está molhada. Não tem porque trocar diariamente. Então isso eu acho que também interfere ajudando a preservar o meio ambiente, acho que se pensar na camada de ozônio, os produtos, os aerossóis, e tudo o que tem por aí prejudicando o meio ambiente. (E4)

A reflexão empreendida pelos sujeitos é essencial frente à problemática aqui discutida, pois são conhecidos os efeitos que as instituições de saúde podem ter sobre o ambiente, seja através do alto consumo de materiais e recursos, como no descarte, armazenamento e destino dos resíduos. Com isso, torna-se imprescindível que as instituições de saúde, além de cumprirem as disposições legais sobre resíduos de saúde e adequações da infraestrutura do ambiente de trabalho, estejam compromissadas com a sustentabilidade do meio, por meio da sensibilização dos profissionais, empreendendo esforços para a construção de uma nova forma de trabalhar e perceber a inter-relação saúde e meio ambiente.

Concepções que apontam para a influência dos serviços de saúde no ambiente, também são constatadas em outros estudos, que evidenciam a presença de reflexões iniciais sobre a prática laboral e o impacto ambiental advindo da mesma, entre trabalhadores de enfermagem, tendo como objetivo o desenvolvimento de um cuidado condizente com a sustentabilidade do meio (SOARES et al., 2012). Essa percepção também é enfatizada no âmbito da formação de profissionais enfermeiros, na medida em que se aborda, em alguns semestres da graduação, a assistência de enfermagem e a gerência de recursos e resíduos hospitalares, na perspectiva de uma assistência ambientalmente responsável (BRUZOS et al., 2011).

O comportamento das instituições de saúde faz parte das discussões do cenário de crise ambiental, pois essas sofrem as conseqüências dessa crise, com a superlotação da sua capacidade de atendimento devido, em maior ou menor grau, também a situação socioambiental contemporânea, e ao mesmo tempo podem agravar a problemática ambiental através de práticas insustentáveis. Essa influência do sistema de saúde no ambiente é reiterada

por Sari (2012) ao colocar que essa suga a matéria do meio, provocando-lhe agravos; rompendo e/ou abalando o equilíbrio de uma delicada teia e, com isso, fazendo “adoecer” esse ambiente. Ou seja, o sistema de saúde, composto também por espaços físicos de atenção à saúde, pode ser o mesmo que despeja resíduos contaminantes em um arroio e que atende as pessoas infectadas por esses dejetos, criando um sistema perverso de retroalimentação.

Dessa maneira, entende-se que a situação contemporânea necessita do empreendimento de esforços para a construção de outra racionalidade, que reorienta os sujeitos individuais e coletivos para ações e atitudes sustentáveis, pautadas em uma nova forma de ser e estar no mundo, uma racionalidade ambiental (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011; LEFF, 2011). Com essa perspectiva, os docentes relataram a sua maneira de participar dessa mudança, por meio do desenvolvimento de algumas atitudes, consideradas ambientalmente responsáveis.

O exercício das ações sustentáveis

Na busca de mais subsídios que demonstrassem a percepção dos enfermeiros docentes sobre a problemática ambiental, questionou-se sobre as atividades ou ações de preservação ambiental que eles realizam frente ao atual cenário de crise. A questão levantada revelou então diferentes formas de exercer esse ímpeto de responsabilidade com o ambiente, refletidas nas subcategorias que seguem: A coleta seletiva do lixo; Minimização do uso de fontes de recursos e materiais; Ausência do apoio governamental; e as Ações de preservação ambiental através de valores.

Como resposta às ações de preservação ambiental, os docentes, reiteradas vezes, citaram **a coleta seletiva do lixo** como sendo a principal iniciativa. Os extratos de falas a seguir refletem essa perspectiva:

[...] hoje em dia a gente tem já várias propagandas incentivando, principalmente a questão da coleta seletiva do lixo [...] e eu tento fazer, pelo menos em casa, essa separação, mas as vezes acaba sendo bem difícil, a gente acaba esquecendo por conta do tempo. Mas eu tento fazer essa separação do lixo, orgânico, não orgânico, reciclado [...] (E2)

[...] eu moro em apartamento e eu tento fazer a questão da seleção do lixo [...] Eu tento fazer a minha parte dessa forma que eu falei [...] (E5)

[...] lá no condomínio onde eu moro, nós separamos, na minha casa a gente separou o lixo, pensando em questões domésticas, a gente sempre separou o lixo seco do lixo orgânico [...] (E7)

Assim, com relação a uma coisa bem prática que é a separação do lixo. Eu, em casa, separo o lixo orgânico do lixo seco. (E8)

Sim, desde cuidados com a separação do lixo, por exemplo, que eu acho que isso é preservação do meio ambiente. Então eu trabalho com essas coisas. Assim, na minha casa tem separação de lixo, o cuidado de colocar na lixeira certa, de colocar a disposição do lixeiro no dia em que ele passa. Então esse é um cuidado que eu tenho. (E10)

Na minha vida particular, eu procuro assim, fazer a separação do meu lixo que eu produzo em casa [...] (E15)

Eu tenho, assim, eu tenho alguns hábitos que eu já tinha, que a gente adquire desde a minha formação, da criação, essa coisa do lixo. Eu sempre separo o lixo, daí tem essa coisa de separar o plástico, sempre separo [...] (E17)

Pode ser observada a predominância da coleta seletiva de materiais como a principal atividade, especialmente nas residências dos sujeitos, mas também no convívio social, na rua, ao descartar resíduos nos locais adequados. Entretanto, chama atenção o fato de alguns participantes citarem suas ações como sendo uma tentativa de realização, tornando-se questionável a sua real execução.

A separação do lixo produzido no ambiente domiciliar tem se mostrado a principal atividade realizada pelos sujeitos das pesquisas com viés ambiental, como pode ser observado em estudos realizados com discentes (BRUZOS et al., 2011; PRIEDOLS, E.; PRIEDOLS, H. H.; MESQUITA, M., 2009). Entretanto, tais investigações também reiteram a necessidade de se aprofundar o debate sobre o tema, tendo em vista que somente a separação de resíduos domiciliares não é capaz de movimentar a mudança necessária em tempos de crise.

Realizar a segregação dos materiais recicláveis daqueles não recicláveis constitui-se em atividade essencial para a sustentabilidade do meio, embora seja necessária uma reflexão mais aprofundada para que as mudanças sejam mais significativas. Em conjunto com a atividade de seleção dos materiais, a diminuição do consumo de determinados produtos, recursos ou serviços, também pode se constituir em estratégia de desenvolvimento de ações sustentáveis.

Nessa vertente, os participantes apontaram a **minimização do uso de fontes de recursos** e materiais como sendo outra ação de preservação ambiental.

[...] tentar gastar o mínimo de água [...] não deixar as luzes todas acessas ao mesmo tempo [...] é a questão da energia elétrica e a questão da água, não vejo outras coisas mais assim, acho que é isso. (E3)

[...] acho que eu sou uma pessoa controlada com água, a vida inteira fui, nunca ficou torneira pingando ou em excesso de água ou qualquer coisa disso, desse tipo. A energia elétrica também é uma coisa que, se tem uma lâmpada ligada não precisa de outra [...] (E4)

[...] de economizar no consumo da água, não lavar a calçada que, eu digo com uma mangueira empurrando uma “folhinha” que eu vejo, usar balde. Quer dizer, retomar um pouco as práticas de uso consciente, fora essa questão, eu mudei muito o meu padrão de consumo [...] (E6)

Em relação à aquisição de materiais, o que é mais sustentável ou não, eu procuro estar pensando nisso. Qual o custo benefício das escolhas que eu estou fazendo para o meio ambiente. Então eu acho que nesse sentido eu colaboro. (E9)

Outra questão de economia de água, por exemplo, lavar roupa, acumular roupa e tu economizares, não lavar calçado o tempo todo, tentar utilizar a água da chuva. Então são atitudes que eu penso que contribuem para o meio ambiente. (E14)

A utilização de energias e potenciais naturais tem aumentado, significativamente, com o passar dos anos, principalmente devido ao crescimento tecnológico e de atualização dos produtos e dos meios de extração dessa energia do ambiente, assim como a melhora do poder de consumo da sociedade. Ou seja, produzimos, exploramos e consumimos mais do que em anos atrás, sem lembrar que somos mais, pois a população global também aumentou significativamente nas décadas recentes.

Enquanto sociedade, vivenciamos a luta constante pela redução do consumo dos potenciais energéticos, como bem ressaltado pelos participantes do estudo, esforçando-nos para economizar água, luz, produtos, entre outras atividades que auxiliam, de alguma maneira, o ambiente. Tal perspectiva é corroborada pelo estudo de Priedols E., Priedols H. H. e Mesquita M. (2009), em que a totalidade dos respondentes se preocupava em poupar energia elétrica.

Contudo, percebe-se que ainda não é questionado com maior voracidade, no nível de consciência social, o coração desse sistema consumista que seria o sistema econômico vigente, diga-se capitalismo. Dessa forma, mesmo que existam críticas ao modelo de consumo atual, alguns autores reiteram a necessidade de se extrapolar a economia ambiental que está posta, onde se somam atitudes de diminuição do uso de recursos, mas não se leva em conta as perdas ambientais e culturais advindas do processo de exploração, as chamadas externalidades (FREITAS; PORTO, 2010; LEFF, 2011).

Dessa forma, entende-se ser imprescindível a busca pelo consumo responsável e sustentável, mas se sabe também que medidas governamentais, que fomentem a reflexão e incentivem a mudança desse panorama, são igualmente importantes para um ambiente saudável. A necessidade dessa iniciativa do poder público gestor é percebida pelos enfermeiros docentes quando relatam a **ausência do apoio governamental**, principalmente

no que se refere à coleta de resíduos recicláveis, o que acaba resultando, segundo eles, no abandono de práticas sustentáveis.

[...] a gente acaba esquecendo por conta do tempo, mas eu tento fazer essa separação do lixo, orgânico, não orgânico, reciclado, por que eu sei que aqui no município tem essa coleta. Mas também não são todos municípios que incentivam. Então acho que teria que ter um incentivo maior até do município, da gestão, dos outros municípios [...] (E2)

[...] infelizmente onde eu moro não tem essa seleção, seco, molhado ou orgânico, eu tento separar, daí o que eles fazem depois, eu, a minha parte eu tento fazer [...] (E5)

[...] a gente sempre separou o lixo seco do lixo orgânico e para nossa surpresa, a gente até colocava lá, na frente do condomínio, nos devidos lugares, mas o caminhão da prefeitura, um dia a gente estava olhando, o caminhão da prefeitura simplesmente junta tudo e todo aquele esforço inicial da gente, de fazer uma separação, a gente viu que não estava adiantando absolutamente nada [...] (E7)

[...] aqui, na minha cidade, eu percebo que não tem, pelo menos em alguns bairros não tem a coleta de lixo [...] (E13)

[...] embora eu saiba que aqui na cidade eles não têm muito essa preocupação. Meu marido sempre briga comigo porque diz assim “não adianta tu separar em casa, na hora que vai para o lixo vai tudo para uma vala comum” [...] (E15)

[...] essa coisa do lixo, eu sempre separo o lixo. Tem essa coisa de separar o plástico, sempre separo, apesar de muito tempo ter morado em locais onde não havia coleta seletiva, mas eu faço [...] (E17)

A falta de incentivo dos órgãos públicos pode se configurar em um problema a ser enfrentado, indo na contramão até mesmo da legislação vigente e das deliberativas dos últimos encontros internacionais em prol de um ambiente mais saudável e sustentável, como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, ocorrida em 2012. A participação dos Municípios e Estados, com iniciativas ambientalmente sustentáveis, sensibilização da comunidade, fiscalização e outros empreendimentos, como: saneamento, áreas de lazer, atenção a saúde, entre outras, reforçam o jargão, amplamente divulgado, de pensar o local para atender as demandas globais de atenção socioambiental.

Acrescenta-se, ainda, que o investimento em estrutura sanitária, mesmo que não tenha o viés ecológico como principal foco, constituiu-se em condição essencial à saúde humana, de forma que, segundo Freitas e Porto (2010), ao se pensar através da perspectiva econômica com projeção em grande escala, pode-se verificar a economia de R\$ 4,00 na área da saúde para cada R\$ 1,00 investido em saneamento. O autor justifica tal afirmativa com a ideia de que diversas doenças infecciosas e parasitárias têm suas origens na falta de condições sanitárias adequadas que, se existissem, impediriam o ciclo de transmissão, diminuindo, por exemplo, a mortalidade infantil por diarreia.

Dessa forma, entende-se que não bastam iniciativas desprovidas de reflexão e de sensibilidade, tendo em vista que não é suficiente o compromisso apenas com a vertente econômica dos problemas e, tão pouco, ações individualizadas ou pautadas no simples cumprimento de normativas, para que se efetivem mudanças. Em tempos de crise ambiental, faz-se necessário o resgate de valores humanos, de pertencimento, de pensar para o outro e com o outro, refletir sobre sua responsabilidade em um contexto que clama por mudança. Faz-se imprescindível a busca por uma racionalidade ambiental que resgate o ser com o ambiente (LEFF, 2011).

Neste íterim, alguns enfermeiros docentes apontaram, nessa subcategoria denominada **ações de preservação ambiental através de valores**, que as iniciativas também podem ser traduzidas por meio do respeito e solidariedade, como se visualiza através das falas a seguir:

[...] eu estou me esforçando. As vezes eu sou meio impaciente, assim, estou me esforçando para ser cada vez mais paciente no trânsito, porque faz parte do nosso meio ambiente. Então assim, se eu ficar impaciente, ficar buzinando, ficar em cima do outro, eu estou agitando o ambiente onde estou vivendo, as pessoas que estão em volta, estou perturbando [...] (E12)

[...] acho que em relação ao respeito ao ser humano, eu diria, porque eu também vejo isso como uma questão ambiental muito importante. Então na minha prática profissional, eu sou uma pessoa assim, que toda a família, amigos, quem precisa recorrer a alguma situação, sempre, eu vou lá, vou ajudar, vou resolver, e eu vejo que isso tem se perdido muito na nossa vida. Eu tento ser exemplo para os meus filhos em relação a essas questões, principalmente assim, com as pessoas mais de idade [...] eu acho que assim, na vida, como um todo, eu tento ser esse exemplo de solidariedade, de preocupação com o outro. Porque nós temos uma interdependência. Então assim, a partir do momento que eu ajudo um dia, outro dia eu posso receber essa situação [...] (E16)

A perspectiva dos sujeitos reflete a emergência de um debate sobre as consequências incalculáveis do processo de globalização, pautado em uma racionalidade econômica da exploração em massa, vivenciado até os dias atuais. Essa ideia é construída com base no pensamento de Leff (2011) quando enfatiza, em consonância com os sujeitos do estudo, que o desenvolvimento centralizado, a homogeneização da cultura, a produção e o consumo, assim como os sistemas hierárquicos e autoritários de tomada de decisões, ruíram com os valores da subjetividade, da diversidade cultural, da democracia participativa e da tolerância.

Dessa maneira, demonstra-se necessário repensar as condições que estão postas na sociedade atual, a racionalidade na qual estão alicerçados os valores humanos. Para isso, entende-se que é preciso iniciar pelo ambiente em que se vive, preservando o espaço natural e invertendo na lógica da busca de *status*, de lucro, de prestígio, de poder, em direção ao

sentido de enraizamento, equilíbrio, pertença, coesão social, cooperação, convivência e solidariedade (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011; LEFF, 2011).

Frente a isso, alguns docentes já demonstraram certa sensibilidade com a problemática ambiental, entendendo-se como pertencentes ao ambiente num ideal de inter-dependência, compreendendo a complexidade que envolve a crise ambiental e tendo iniciativas que almejam a mudança deste cenário preocupante. Pode-se acrescentar, ainda, que os participantes, reiteradas vezes, estabeleceram vínculos entre as questões ambientais e a saúde da população, estimulados, provavelmente, pela formação profissional enquanto enfermeiros, o que se traduz como benéfico tendo em vista a relação intrínseca entre ambiente e saúde.

Dessa maneira, o conhecimento das percepções dos enfermeiros docentes de IES federais do RS, sobre a problemática ambiental, permite levantar perspectivas sobre a forma como o tema está sendo percebido no currículo dos diferentes cursos de enfermagem, pois, como exposto neste estudo, as concepções são variadas, multifacetadas e embora discutam um mesmo tema, dependem da perspectiva particular de cada docente, pautada na sua historicidade. Com isso, embora os cursos de enfermagem sejam norteados pelos seus projetos político pedagógicos e os conceitos construídos pelo corpo docente, a perspectiva particular pode preponderar na abordagem de determinadas questões.

Necessita-se então, na sociedade como um todo, de uma nova forma de se relacionar com o ambiente, de compreender-se como parte integrante do meio para a construção de iniciativas que modifiquem o estado atual. Essa mudança perpassa pela formação de profissionais mais comprometidos e sensibilizados com os problemas ambientais, exigindo, para isso, docentes que busquem o conhecimento sobre a complexidade ambiental e percebam-se impulsionadores de novas perspectivas da relação homem/ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu conhecer a percepção dos enfermeiros docentes das IES participantes sobre a problemática ambiental contemporânea, respondendo ao objetivo proposto. Em relação a concepção sobre meio ambiente, evidenciou-se diferentes percepções, sendo uma delas vinculada a uma visão naturalista, que se restringiu a conceber ambiente enquanto estrutura física de ordem ecológica, como: árvores, animais, sol, chuva, água, entre

outros. Outra perspectiva centrou-se num pensamento antropocêntrico, entendendo ambiente como tudo o que está ao redor ou a serviço do homem. Por último, destaca-se a presença de uma visão mais integradora, que reflete as interações entre o natural e o social, percebendo sua relação e dinâmica.

A problemática ambiental foi compreendida sob variados ângulos, revelando as diferentes interferências que acometem o ambiente e ocasionam a crise atual. Dentre os mais relevantes, destaca-se a vinculação da problemática com as catástrofes ambientais e atividades de destruição dos ecossistemas; a culpabilização ou crítica das ações humanas que ocasionam e perpetuam o cenário predatório; a situação socioeconômica e globalizante que se vivencia, com alto consumismo. A problemática ambiental também foi vista como resultado de um afastamento das pessoas frente ao problema, no sentido de desinteresse; e houve percepções que estabeleceram um vínculo entre as questões ambientais e o ambiente de trabalho, no caso, principalmente, o hospital enquanto gerador de resíduos e consumidor de recursos em larga escala.

Algumas ações de preservação ambiental também foram destacadas pelos enfermeiros docentes, como reciclagem de resíduos domésticos e economia de recursos naturais, ressaltando-se, em meio a essas atividades, uma crítica aos serviços públicos que, na percepção dos sujeitos, não participam efetivamente no auxílio e sensibilização para a correta reciclagem e destinação dos resíduos, o que acaba desmotivando algumas iniciativas. Por fim, os participantes relataram ser necessário o resgate de alguns valores pessoais, perdidos em meio à individualidade contemporânea, como o respeito, a solidariedade e o sentimento de inter-dependência, para vislumbrar melhores tempos.

Assim, tendo em vista a responsabilidade do enfermeiro docente no processo de formação profissional e enquanto ator social, entende-se que esse deve estar atento para as mudanças do nosso tempo, buscando conhecimentos mais integradores e sensíveis frente às demandas ambientais. Nessa mesma vertente, eles também devem instigar os futuros enfermeiros a refletir sobre a relação que a sociedade moderna tem tido com o ambiente global, almejando, constantemente, um cuidado socioambiental.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, M. A.; CALLEGARO, G. D.; ERDMANN, A. L. Significando o cuidado ecológico/planetário/coletivo/do ambiente à luz do pensamento complexo. **reme – rev. min. enferm.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan. a mar. 2011. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/site_novo/modules/mastop_publish/files/files_4e1dbbb6670cc.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BEZERRA, T. M. O.; GONÇALVES, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE. **Biotemas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, set. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20679>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BOER, N.; SCRLOT, I. Educação ambiental e formação inicial de professores: ensino e concepções de estudantes de pedagogia. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 26, jan. a jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3345/2001>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRUZOS, G. A. S. et al. Meio Ambiente e Enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/17.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CAMPONOGARA, S. **Um estudo de caso sobre a reflexividade ecológica de trabalhadores hospitalares**, 2008. 277 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMPONOGARA, S. et al. The perception of students of the area of health about the environmental problems: a descriptive study. **Online braz j nurs.**, Niterói, v. 11, n. 2, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3767>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CAMPOGARA, S. et al. Visão de profissionais e estudantes da área de saúde sobre a interface saúde e meio ambiente. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan. a abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a06v11n1.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. 256 p.

FONSECA, A. F. Q. Ambiente e saúde: visão de profissionais da saúde da família. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 2, mai. a ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n2/08.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Reimpressão 2010. 124 p.

GOUVEIA, N.; MIRANDA, A. C. Rio+20: (In)Sustentabilidade e Saúde Coletiva. Editorial. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a01.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 494 p.

MENDONÇA, R. C.; GIATTI, L. L.; TOLEDO, R. F. A temática ambiental em representações e práticas de profissionais de saúde da família no Município de Manaus - AM/Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/21.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

NUNES, E. C. D. A.; SILVA, L. W. S.; PIRES, E. P. O. R. O ensino superior de enfermagem: implicações da formação profissional para o cuidado transpessoal. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, mar. a abr. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421955005>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PRIEDOLS, E.; PRIEDOLS, H. H.; MESQUITA, M. V. Universidade sustentável: proposta para (trans)formação de agentes multiplicadores em educação ambiental. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 23, jul. a dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3968/2365>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010. 93 p.

SARI, V. **A educação ambiental em uma instituição hospitalar: possibilidades e desafios.** 2012. 235 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SENA, J.; CEZAR-VAZ, M. R. A relação saúde/ambiente nos processos de formação do profissional enfermeiro: um ensaio teórico. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 24, jan. a jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3900/2327>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, A. L. A enfermagem na era da globalização: desafios para o século XXI. **Rev Latino-am Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 4, jul. a ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n4/pt_21.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SOARES, S. G. A. et al. O que pensam os enfermeiros sobre a problemática ambiental. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/1154/pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

**ARTIGO 2 - A RELAÇÃO SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM: PERCEPÇÕES DE
ENFERMEIROS DOCENTES**

A RELAÇÃO SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS DOCENTES

RESUMO

Objetivo: conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a interface saúde e meio ambiente e como essa tem sido abordada na formação profissional em enfermagem. **Método:** pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Os sujeitos foram dezessete enfermeiros docentes de cinco Cursos de Graduação em Enfermagem de Universidades Federais do Rio Grande do Sul. A coleta de dados ocorreu por meio de análise dos Projetos Político Pedagógico das Instituições de Ensino Superior selecionadas e entrevista semiestruturada nos meses de janeiro a abril de 2013. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. **Resultados:** a interface saúde e meio ambiente é tida como uma relação intrínseca ou fundamental, estruturada sob três vertentes: sob uma perspectiva de causa-efeito, a partir da preocupação com o uso de agrotóxicos na atualidade e envolvendo os aspectos sociais e os valores humanos. Embora a temática seja abordada em diferentes momentos do processo formativo: por meio de aproximações com a assistência hospitalar, da apreensão do contexto da comunidade e dos cuidados com os resíduos da saúde, os sujeitos reconhecem que existem lacunas sobre o tema na formação. **Considerações finais:** evidencia-se que os sujeitos percebem os entrelaçamentos da questão ambiental com a saúde, utilizando-se desses na formação profissional. Entretanto, ao entenderem que a temática ainda necessita maior problematização na formação, reconhecem que a abordagem ainda é tênue e necessita que se empreendam maiores reflexões sobre ela, visando, assim, um socioambiente mais saudável e sustentável.

Descritores: Enfermagem; Saúde ambiental; Educação superior; Docentes.

INTRODUÇÃO

Entende-se que, das doenças reemergentes, surtos infecciosos e catástrofes ambientais; da escassez de água potável, falta de alimentos e atendimento à saúde ineficiente; das extenuantes horas de trabalho, locais inadequados e adoecimento laboral; até o modelo econômico global, o consumismo e a desvalorização das culturas; todo esse panorama tem, em menor ou maior grau, uma vertente socioambiental, que se instalou progressivamente no decorrer da história humana. Entretanto, esse cenário não se apresenta apenas como um retrato preocupante da atualidade e, possivelmente, do futuro, mas também, como a necessidade imediata de despertar responsabilidades, nos diferentes atores sociais, para o empreendimento de esforços na modificação do panorama atual.

O ímpeto de repensar e agir sobre a forma como o ser humano tem se relacionado com o ambiente deu origem a diferentes encontros que discutiram a sustentabilidade socioambiental nas últimas décadas, culminando, recentemente, na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), na cidade do Rio de Janeiro, em 2012, o que demonstra a atualidade do tema. Entretanto, embora se estejam pensando as alternativas para a sustentabilidade, pelos diferentes governos, o que se verifica é que a pauta de negociações em busca de soluções tem sido dominada por mecanismos econômicos, sem considerar o significado da vida humana (GOUVEIA; MIRANDA, 2012).

Nesta vertente proposta pelos grandes encontros mundiais, do repensar das responsabilidades, os programas educativos, com diferentes formas, estruturas e abordagens, têm apresentado iniciativas e impactos consistentes frente à multiplicação do tema e de sua importância, para que a humanidade assim se mova em direção a uma cultura política e social de sustentabilidade (JACOBI; GUERRA; SULAIMAN, 2011), repensando as relações entre homem e ambiente, a partir da criticidade, reflexão e da perspectiva holística dos problemas. Contudo, a intervenção do setor educacional, inserido nele o da saúde, deve ser realizada com base em conhecimentos complexos de ambiente, utilizando-se dos diferentes vínculos das questões ambientais com a área a ser trabalhada.

Nessa perspectiva, na área da saúde e conseqüentemente na enfermagem, a reflexão sobre os problemas na saúde, advindos da crise ambiental, não podem se restringir às alterações ambientais catastróficas, embora se saiba que essas são extremamente relevantes e necessitam de atenção do poder público para prevenir seus danos potenciais. Mas, a

complexidade do olhar para os problemas socioambientais contemporâneos, deve integrar reflexões sobre o modelo socioeconômico, as discrepâncias da atenção à saúde das populações, o acesso aos alimentos, o cuidado com os direitos ambientais das diferentes culturas, dentre outras situações da atualidade (LEFF, 2011).

Com base no exposto, percebe-se que na enfermagem essa temática ainda ocorre de forma periférica e pouco discutida, sendo incipiente o engajamento desse profissional em ações que visem à saúde ambiental (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011; VARGAS; OLIVEIRA 2007). Outros estudos também tendem a corroborar com a incipiência do tema na atuação do profissional de enfermagem, quando seus sujeitos tecem com dificuldade algumas considerações sobre as questões socioambientais e seu ambiente laboral (SOARES et al., 2012).

Tal afastamento da enfermagem com as demandas que exigem reflexões sobre a relação saúde e meio ambiente, podem ser evidenciadas ainda em algumas ações e responsabilidades do cotidiano da profissão, como é o exemplo dos resíduos sólidos, que embora se demonstre, aparentemente, como um tema abordado na formação, ainda compreende falhas e dúvidas, nos diferentes espaços, sobre sua gestão (GESSNER et al., 2013). Apresenta-se assim, na abordagem da interface saúde e meio ambiente nos cursos de formação profissional em enfermagem, uma lacuna a ser trabalhada, necessitando também da construção de novos conhecimentos sobre o tema.

A realidade descrita anteriormente desperta curiosidade sobre o modo como os enfermeiros docentes percebem a temática. Em vista disso, pode-se inferir, que a partir da percepção desses, sobre a relação saúde e meio ambiente, é que serão expostos ou não os conhecimentos para os discentes. Sem mencionar ainda, que ao educador compete a responsabilidade de ser exemplo na formação de novos profissionais.

Dessa maneira, entende-se que a enfermagem se encontra frente às intempéries dos novos tempos, necessitando empreender esforços para a aquisição de conhecimento e habilidades para o cuidar sob novos paradigmas, que contemplem a totalidade do indivíduo e sua inserção e inseparabilidade com o meio ambiente (KOERICH et al., 2010). Nessa corrente, o presente estudo buscou encontrar resposta para a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção de enfermeiros docentes, de Instituições de Ensino Superior Federais do RS, sobre a interface saúde e meio ambiente, na formação profissional em enfermagem? Configura-se, ainda, como objetivo desse manuscrito: conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a interface saúde e meio ambiente e como essa tem sido abordada na formação profissional em enfermagem.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, que foi realizada em cinco Cursos de Graduação em Enfermagem de Universidades Federais do Rio Grande do Sul (Fundação Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Educação Superior Norte/UFSM-CESNORS; Fundação Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA; Universidade Federal de Pelotas/UFPEL; Universidade Federal de Rio Grande/FURG; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS) entre os meses de janeiro e abril de 2013.

Os sujeitos foram enfermeiros docentes pertencentes as instituições investigadas, que, inicialmente, foram encontrados online, para posteriormente realizar-se o contato com a IES, no intuito de confirmar as informações obtidas. Foram considerados como critérios de inclusão: ser enfermeiro docente efetivo da instituição pesquisada e estar há mais de um ano no cargo de docente. E, como de exclusão: estar afastado por qualquer tipo de licença ou férias, no período de coleta de dados e ter algum vínculo com o presente projeto.

A seleção dos participantes ocorreu por meio de sorteio aleatório, pelo próprio pesquisador, quando obteve a listagem dos docentes, observando-se, no ato, os critérios de inclusão e exclusão. O número de participantes por IES obedeceu ao critério de saturação de dados, sendo que, foi necessária para isso a transcrição, leitura e análise dos dados concomitantemente à coleta. Assim, foram entrevistados 17 enfermeiros docentes nas diferentes IES, de modo que em três instituições participaram três sujeitos cada, e as outras duas quatro, cada uma. Acrescenta-se ainda que, respeitou-se o anonimato dos sujeitos participantes, de forma que esses foram identificados pela letra “E”, correspondente a enfermeiro, e uma numeração para entrevista realizada.

Para a coleta de dados foi utilizada a análise dos Projetos Político Pedagógicos das referidas IES e a entrevista semiestruturada. Com relação aos PPP's selecionados, foram analisados para oferecer suporte durante a entrevista e na etapa de análise dos dados da pesquisa. Esses foram organizados a partir da extração dos seguintes dados: perfil da IES; perfil do curso; conceitos utilizados; disciplinas do curso; ementa das disciplinas que versam sobre a temática; e informações adicionais conforme disponível no modelo de PPP.

Quanto a entrevista, foi do tipo semiestruturada, as quais foram realizadas em locais reservados, respeitando a preferência do sujeito sem por em risco a qualidade da captura do

áudio, assim como interferências e outras intempéries. Para realização da entrevista foi utilizado um roteiro que continha questões sobre a percepção do sujeito frente à relação saúde e meio ambiente, a abordagem da temática na formação do docente e, também, como percepções sobre a inserção da temática ambiental na enfermagem. Vale destacar que a coleta foi realizada pelo próprio pesquisador.

A análise dos dados esteve orientada pelo referencial de análise de conteúdo de Bardin (2011), respeitando as seguintes etapas: Pré-análise ou reunião do *corpus* de análise, onde eram transcritos e organizados as falas dos docentes; exploração do material com leitura exaustiva a fim de captar os conteúdos existentes nas falas; tratamento dos resultados obtidos com a categorização das ideias semelhantes; e interpretação com a discussão dos dados à luz da literatura atual.

O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação dos Chefes de Departamento, onde estavam lotados os enfermeiros docentes que participaram do estudo. Posteriormente, foi registrado no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), por meio da Plataforma Brasil, e na sequência foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da UFSM, obtendo parecer favorável (CAEE Nº 12192612.0.0000.5346).

Os sujeitos da pesquisa somente participaram do estudo quando da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que a coleta de dados teve início após a aprovação de todos os requisitos exigidos e em conformidade com a Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS. Acrescenta-se, ainda, que a pesquisa buscou atender e respeitar o disposto na Resolução Nº 466/12 do CNS, no que tange as diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos do estudo possuem a idade média de 43 anos de idade, sendo todos do sexo feminino, e, em média, 19 anos de formação superior em enfermagem. A média de tempo de atuação profissional na respectiva IES foi de 6 anos, sendo que alguns atuam também na pós-graduação da mesma instituição. Destaca-se que a investigação não teve o intuito de selecionar seus sujeitos por área de conhecimento. Dessa maneira, as disciplinas ou conteúdos

à que os docentes estão vinculados, podendo ser uma ou mais, compuseram diferentes áreas do conhecimento em enfermagem, como: Saúde coletiva (5); Saúde Mental (4); Fundamentos/História/Exercício de Enfermagem (4); Semiologia e Semiotécnica/práticas e técnicas (4); Cuidado ao Adulto (4); Saúde da Mulher (3); Gestão/Sistematização da assistência (3); Situações críticas de vida; adulto ou criança (3); Saúde da Criança e adolescente (3); e Gerontologia (2).

As percepções dos participantes compuseram uma multiplicidade de olhares para a relação saúde e meio ambiente, assim como para a abordagem do tema na formação profissional em enfermagem. Dessa maneira, de acordo com as concepções dos sujeitos, os dados puderam ser organizados em três categorias: **A percepção sobre a interface saúde e meio ambiente; Saúde e meio ambiente na formação do docente; e A abordagem da temática na formação profissional em enfermagem.**

A percepção sobre a interface saúde e meio ambiente

Entendendo que ambiente caracteriza-se como interdependente, mutável, sistêmico, onde as partes unidas não refletem necessariamente o todo, nem esse todo pode ser dividido em partes independentes, é que se percebe, facilmente, a relação entre a saúde dos seres vivos, dentre eles o homem, e o ambiente. São essas relações, de cooperação, interdependência e simbiose, na busca de um todo equilibrado, que, para Sari (2012), evidenciam a impossibilidade de se falar de saúde, sem falar, ao mesmo tempo, de meio ambiente.

A relação entre ambiente e saúde é percebida desde os primórdios da humanidade, onde na ocupação dos espaços o homem foi domesticando diferentes espécies de animais e, conseqüentemente, adquirindo doenças pelo seu manuseio e proximidade, assim como pelo fato de gerar resíduos e dejetos no local onde se instalou. Homem e ambiente evoluíram ao longo dos anos, perpassando por grandes pestes, pela organização dos espaços e saneamento, por guerras, pela ciência microscópica, pela saúde pública, até os dias atuais, onde observamos problemas socioambientais que interferem na saúde das populações (FREITAS, 2011).

Entende-se então que, um ambiente favorável é de suma importância para o “estar saudável”, pois ambas são variáveis interdependentes e inseparáveis; tornando-se responsabilidade de todos agirem para sua criação e promoção (BRASIL, 2002). Em meio às

falas dos sujeitos, percebe-se que alguns enfermeiros docentes corroboram com essa perspectiva, entendendo Ambiente e saúde como uma relação intrínseca.

[...] tem uma forte relação, certamente o que acontece no ambiente impacta na nossa vida e naquilo de intervenções, de identificação das necessidades de saúde da nossa população, também vai ter uma relação direta [...] (E1)

Eu acho que na verdade há uma inter-relação [...] Então a saúde está 100% ligada ao meio ambiente, há todo um estímulo e cultura. Tudo o que se produz ali não tem como separar [...] (E3)

Saúde é um direito de todos, que interfere no meio ambiente e o meio ambiente interfere na saúde. É uma relação extremamente estreita e complexa [...] (E8)

[...] eu acho que saúde e meio ambiente estão intimamente ligadas, interligadas. Tem uma interface muito próxima. Como eu vinha te falando, a saúde dependendo do ambiente em que tu estás inserido [...] (E14)

Fica evidente a percepção dos participantes de que há uma interface entre saúde e meio ambiente, no sentido de interdependência. Estar ciente dessa relação é condição essencial para aqueles que têm sua formação profissional na área da saúde, principalmente na enfermagem, tendo em vista ser essa a que contém o cuidado na sua essência.

Destaca-se esta lógica, pois a própria precursora da Enfermagem Moderna, Florence Nightingale, abarcava em sua compreensão de saúde a importância das variáveis ambientais, entendendo que essas poderiam afetar as condições de saúde e doença. Essa relação, de interdependência saúde e ambiente, também é percebida por outros trabalhadores da saúde, em outros estudos, o que revela, em parte, certo consenso sobre esse aspecto (SARI, 2012; SOARES et al., 2012).

Entretanto, embora os sujeitos compreendam que existe complexidade na relação saúde e ambiente, eles constroem suas concepções através de diferentes olhares para justificar tal interação. As principais perspectivas visualizadas estão estruturadas em subcategorias para melhor apreensão, sendo elas: a interação causa-efeito; os agrotóxicos na produção de alimentos; e a interface numa perspectiva coletiva, ética e de relações.

Sendo assim, alguns participantes entendem a relação saúde e ambiente a partir de uma **perspectiva de causa e efeito**, onde o ambiente é visto como causador de doenças, principalmente quando alterado pela ação humana.

[...] tu não tem saúde se não tiver um meio ambiente também saudável. Então acho que uma coisa está ligada a outra. Então precisamos cuidar do meio ambiente, precisamos cuidar para ter água, para ter saneamento, para ter coleta de lixo, tudo isso para ter saúde. Se a gente não olhar isso, não olhar o meio ambiente, não preservar, a gente também não vai ter saúde. Isso vai interferir diretamente na saúde, poluição, ar, água [...] (E4)

Por exemplo, o sol cada vez mais quente. A gente vê que está mudando essa questão solar, então isso vai afetar na minha saúde. Eu não posso me expor tanto ao sol, se eu vou à praia eu tenho os períodos que eu posso ficar no sol. Isso vai ocasionar problemas de pele, um câncer de pele, tantos problemas que a gente sabe que vão acontecer, manchas, e que vão prejudicar a minha saúde. Então a gente vê assim, que elas estão relacionadas, por isso a gente tem que preservar o ambiente e cuidar de onde estamos inseridos [...] (E5)

As relações do ambiente com o adoecimento humano são inúmeras, refletindo-se no aumento das pesquisas sobre o tema e vinculação, cada vez maior, de notícias sobre o assunto. Entretanto, o que se observa, com maior frequência, é a divulgação de catástrofes ambientais como causadoras de adoecimentos, dentre essas: enchentes, furacões, correntes de intenso calor e frio, degelo dos pólos, infestação de insetos e outros animais. Mas pouco se aborda sobre a participação humana nessas questões, principalmente, devido à sociedade capitalista entender tais acontecimentos como externalidades da economia atual, como se fossem intrínsecos ao desenvolvimento (FREITAS; PORTO, 2010).

Para além das grandes alterações climáticas, as influências do ambiente na saúde do ser humano podem ser percebidas noutros aspectos, como: distúrbios respiratórios causados pela poluição, desnutrição devido à ingestão de alimentos inadequada, uso indiscriminado de pesticidas nos alimentos, entre outros, quando nos referimos aos aspectos/alterações físicas ou visíveis de adoecimento. Acrescenta-se ainda, a esse cenário, causas de adoecimento, muitas vezes, invisíveis ou obscurecidas decorrente do modo de vida contemporâneo, resultado das cargas de trabalho, como estresse, depressão, cansaço, fragilidade das relações familiares, etc.

Dessa maneira, o que se destaca, nesse momento, é a interação percebida pelos participantes, da interface saúde e ambiente, através de determinantes ou condicionantes para o “estar saudável” ou “estar doente”, entendendo que a saúde/doença é consequência das variáveis ambientais (SARI, 2012). A partir disso, interpreta-se que o ambiente pode tanto promover a saúde, como criar condições nocivas para os indivíduos ou agrupamentos humanos (RAMOS et al., 2011).

Esta vinculação entre ambiente e saúde, com base no adoecimento do homem, também é percebida em outras pesquisas que tiveram enfermeiros como sujeitos, de modo que nessas foram destacadas a necessidade do controle das epidemias e dos fatores que proporcionam a ocorrência de câncer (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011; SOARES et al., 2012). Ou seja, tais resultados levam à compreensão de que para um estado de saúde adequado, faz-se necessário a valorização, sustentabilidade e cuidado com o ambiente, pois do contrário esse poderá causar adoecimento.

Nessa vertente, os enfermeiros docentes mostraram preocupação recorrente com o **uso indiscriminado de agrotóxicos** na produção de alimentos, realizando uma aproximação dessa realidade com a interface saúde e ambiente. Os trechos a seguir, evidenciam essa perspectiva:

[...] em uma questão de meio ambiente, plantação de fumo, o fumo, o homem que planta, fica doente por causa do uso do agrotóxico, se ele fumar, ele fica doente por causa do uso do agrotóxico e o fato de fumar. O agrotóxico interfere no ambiente, na terra, na água que cruza ali, e o processo, o meio processado que é o cigarro, faz mal depois. Então é uma coisa super intrínseca, teria que pensar ponto por ponto onde um interfere no outro. Mas que tem uma interferência direta, isso tem, isso é fato. **(E8)**

[...] se eu tenho o meio ambiente preservado. Por exemplo, pensando no uso de agrotóxicos, a diminuição do uso de agrotóxicos pode me promover mais saúde. A gente sabe que muitos agrotóxicos, a gente não tem nem noção do que eles causam no organismo, que não tem estudos ainda suficientes que possam mostrar esses efeitos, mas estão sendo usados [...] tem estudos mostrando em, li faz poucos dias, na região de Santa Cruz, o uso de agrotóxicos, resultando em situações de depressão, porque alteram a produção de serotonina. Então, o que se tem visto, é que a própria não preservação do meio ambiente pode resultar em problemas de saúde, então ele é diretamente proporcional, na medida em que tem uma preservação, um cuidado, eu acho que a gente tem condições de ter mais saúde sim. Então, eu acho que tem relação. No meu entendimento tem. **(E10)**

Os alimentos, se os alimentos têm agrotóxicos, a tua saúde pode vir a se prejudicar. Quantas mutações podem acontecer a partir de uma fruta ou verdura, qualquer alimento que esteja contaminado. Então com certeza o meio ambiente está muito interligado. **(E14)**

A forma de produção alimentícia, para dar suporte à vida humana, tem sido amplamente discutida por especialistas no assunto, tendo em vista o aumento populacional global, o consumo exacerbado, a crescente área de ambientes naturais reduzidos a monoculturas e a utilização de maiores doses de agrotóxicos para combater pragas, cada vez mais resistentes e sem, muitas vezes, a fiscalização adequada. Tal panorama acarreta num preocupante prejuízo socioambiental, cultural e de saúde, que não se enquadra nas contas da economia atual e, por isso, deixa de virar alvo de intervenções mais efetivas por parte dos governantes, para se tornarem externalidade socioambientais (LEFF, 2011), como já mencionado.

A percepção da influência dos agrotóxicos na saúde revela a preocupação dos enfermeiros docentes com a temática, o que pode engendrar reflexões necessárias na formação dos novos profissionais. Entretanto, merece destaque, o fato de que as repercussões do uso dos agrotóxicos, em sua maioria, limitaram-se aos fatores físicos de adoecimento, não havendo reflexões mais abrangentes sobre as consequências sociais, culturais e qual a causa

desse cenário de prejuízo socioambiental. Tão pouco, expuseram-se sugestões de solução para a problemática percebida.

Em outro estudo também foi visualizada a preocupação com os agrotóxicos e o consumo da coletividade, além da poluição das águas, revelando ser esse um tema contundente na atualidade (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011). Os dados a seguir podem esclarecer o motivo dessa preocupação pelos diferentes sujeitos dos estudos, inclusive deste, pois: no Brasil, em relação aos agrotóxicos, do total de 158,7mil toneladas utilizadas em 2001, mais de 100 mil foram nas regiões Sul e Sudeste, sendo o Rio Grande do Sul um dos estados de maior consumo (FREITAS; PORTO, 2010).

A alteração ambiental, somada ao prejuízo cultural e da saúde, advindos do processo de produção contemporâneo, demonstra a responsabilidade que o ser humano tem frente aos danos causados ao ambiente e à própria saúde, entendendo que aquele que contamina também é contaminado. Emerge daí a necessidade de reflexão dos diferentes atores sociais, para que se perceba que o estado de saúde da população não deriva apenas das questões físicas/naturais do ambiente, mas, principalmente, da produção social, com seus consensos, conflitos e contradições frente ao processo de desenvolvimento (BESERRA et al., 2010; VARGAS; OLIVEIRA, 2007).

Esta perspectiva, na qual a sociedade detém responsabilidade frente às alterações ambientais e conseqüentemente de saúde, é também relatada pelos enfermeiros docentes quando extrapolam a ideia das questões mais naturalizadas na relação saúde e ambiente, para reflexões que integram as relações sociais e o comportamento humano consigo e com o meio. Dessa forma, os participantes concebem **a interface numa perspectiva coletiva, ética e de relações**, orientados por atuais perspectivas de saúde, de forma complexa, multifacetada e subjetiva.

Na questão de saúde e meio ambiente, eu acho que dentro do conceito ampliado de saúde, eu acho que a gente tem que poder pensar para além do conceito de doença. Vou falar em uma dimensão talvez mais teórica, mas é o que me ocorre. Hoje no momento em que nós estamos pensando que a saúde não é mais aquele bem estar físico, social, psíquico, aquele velho conceito da OMS, mas tu esta trabalhando mais com qualidade de vida, com conceito ampliado de saúde. Acho que toda essa interação da pessoa com o meio, meio ambiente, acho que pode incluir tanto as questões mais concretas, como as questões subjetivas também, de pensar que fazer determinadas coisas envolve outro olhar ético para a vida, uma coisa assim. Eu, que talvez não venha ao caso para a pesquisa, mas assim, por exemplo, um olhar ético de convivência mesmo, de poder olhar para mim nesse mundo, para além do meu umbigo, inclusive para além da minha geração. Acho que isso, hoje no conceito ampliado de saúde, envolve dimensões que não é só curar a doença, que é de fato constituir cidadania, relações éticas, solidariedade, e isso tudo obvio que vai também influir nas condições de vida de uma população, a forma com que essa população se relaciona com o outro, com o lugar, com as coisas. Então acho que tem hoje tudo a

ver, acho que não tem como separar [...] eu acho que tem muita relação pensando em uma mudança de modelo assistencial, pode não ter, porque não é só aquela coisa do descarte seguro, do uso, porque isso o modelo médico já trazia, hoje eu acho que é pensar meio ambiente para além disso, onde que coloca o lixo hospitalar [...] (E6)

[...] na relação entre as pessoas também, que causam problemas de saúde. Se eu sou uma pessoa mais violenta, se eu bato no meu filho, eu causo problemas de saúde nele. Então eu acho que tudo do ambiente tem reflexos em nós. Assim, se a gente considerar o ambiente como uma coisa bem ampla, aquele meio onde a gente está inserido, se desloca, vive, respira, se relaciona com as pessoas, eu acho que tudo tem um reflexo, e como a gente diz assim, é biopsicosocial. O reflexo pode ser só na minha parte psíquica, às vezes a parte psíquica fica tão comprometida que reflete no físico e eu adoço fisicamente. Então as pessoas, ainda não vêm muito a saúde como um reflexo do todo, elas vêm mais a questão física. Porque tantas pessoas tem hipertensão hoje em dia? Não é só pela alimentação, é pelo estilo de vida também, eu não faço exercício, eu me estresso demais, eu não cuido da minha saúde. Então acho que os dois são extremamente interligados e acho que os profissionais da saúde também não valorizam essa interligação. A gente está muito focado ainda na questão do “o que causa”, por exemplo, o diabetes, são a dieta, o fator hereditário e o sedentarismo, que contribui. Mas a questão do todo, como eu vejo a vida, qual é a percepção, vai além do estilo de vida, como penso que é a vida, como me movimento nesse ambiente onde eu vivo, isso tudo reflete na nossa saúde, acho que é mais ou menos isso. (E12)

[...] vejo que todas essas questões da solidariedade, da preocupação, da responsabilidade, o compromisso, por exemplo, assim, dos trabalhadores como um todo, e aí nós temos uma interdisciplinaridade que a gente tanto busca, e fala, e nem sempre a gente consegue ter ações interdisciplinares, de um modo assim, com respeito, com ética, com todas essas questões que eu digo, mas no sentido de que a gente possa cada um valorizar o fazer do outro [...] Então se a gente vai avaliar a própria situação das questões sociais, moradia, as pessoas precisam do ensino, a própria questão espiritual das pessoas, eu acho que a gente vai falar, “n” questões [...] (E16)

A percepção da interface saúde e ambiente a partir das relações sociais, com base na ética, na valorização do ambiente e dos comportamentos interpessoais são essenciais para a compreensão do fenômeno saúde, que não pode ser reduzido somente à análise das doenças (FREITAS; PORTO, 2010). Tão pouco, essa relação, deve ser apreendida com base na atividade econômica de uma população, onde indicadores de consumo tentem retratar a qualidade de vida, bem-estar, felicidade e relações harmoniosas entre o homem consigo e o ambiente (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Relações éticas, de solidariedade e preocupação com o outro foram dando espaço ao individualismo, à obtenção de *status*, ao lucro e desresponsabilização com o ambiente, durante a construção da sociedade moderna. Toda essa situação é agravada pela negação das causas da crise socioambiental e obsessão pelo crescimento econômico, que não, ou pouco, considera a sustentabilidade do meio (LEFF, 2011).

Dessa maneira, refletir sobre as causas que levam a sociedade a estabelecer relações predatórias, precisa ser o passo inicial para mudança, bem como para o resgate do

pertencimento e responsabilidade. Desse modo, possivelmente, serão sentidos reflexos positivos na atenção à saúde. Engendrar essas discussões necessita ser condição essencial, por exemplo, na enfermagem, almejando a busca da cidadania na constituição do profissional através do resgate de conhecimentos que integrem o homem ao ambiente, com toda a complexidade dessa relação, como destaca E12.

Esta forma de ver a saúde e o ambiente como um pensamento complexo, pautada na relação, interação e inter-relação entre os seres, possibilita desconstruir a maneira fragmentada e isolada de perceber a interface, abrindo caminho para um novo olhar sobre o cuidado. Nessa perspectiva, Backes, Erdmann e Backes (2009) citam, como exemplo, o simples ato da lavagem de mãos, que pode ter repercussões irreparáveis se realizado com imprudência. O recorte a seguir ilustra a reflexão da autora sobre a complexidade:

O que representaria para cada um de nós permanecer hospitalizado por mais dez dias e fazer uma antibióticoterapia em decorrência de uma infecção adquirida no hospital? Estar utilizando um leito hospitalar, sendo que este poderia estar disponível para outros pacientes? Estar consumindo materiais desnecessariamente? Logo, em decorrência de uma atitude mecanizada, as conseqüências se multiplicam, causando danos, muitas vezes incalculáveis, para os diferentes sistemas. (BACKES; ERDMANN; BACKES, 2009; p.189)

Reitera-se então, a importância dos sujeitos refletirem sobre a relação saúde e meio ambiente, buscando o conhecimento da complexidade inerente ao tema, e possibilitando assim, abordagens que instiguem valores socioambientais na formação profissional. Nessa sensibilização, faz-se imprescindível reconhecer que os desdobramentos da atual questão ambiental se entrelaçam com os demais aspectos das crises social, econômica, política e tecnológica, assim como o fato de que há marcante influência das relações homem-natureza nos processo saúde-doença da espécie humana (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Torna-se necessário também questionar os pressupostos objetivista, mecanicista e com ênfase no biologicismo, abrindo-se para a perspectiva da qualidade de vida e promoção da saúde, relacionados ao ambiente (CAMPONOGARA, 2008). Tais perspectivas exigem o romper do pensamento de dominação do homem sobre a natureza, exigindo, dentre outras, a seguinte reflexão: seria o ambiente natural o responsável pelo adoecimento humano ou o modelo socioeconômico cultivado historicamente?

Sendo assim, na busca de uma melhor compreensão sobre as percepções dos sujeitos, questionou-se como foi realizada a abordagem da relação saúde e meio ambiente, na sua formação. Este tópico deu origem aos resultados apresentados a seguir.

Abordagem sobre a relação saúde e meio ambiente na formação profissional do docente

Os sujeitos do estudo foram instigados a refletir sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na sua formação profissional, dando origem as respostas que revelam certa fragilidade do tema na formação, ao menos na época em que os sujeitos estavam na graduação. Assim, podem-se observar três perspectivas sobre a abordagem da temática que constituíram-se em subcategorias, sendo elas: a inexistência da abordagem do tema; um vínculo indireto; e a relação saúde e meio ambiente em uma abordagem disciplinar.

Percebe-se, nas falas a seguir, o fato dos participantes não se lembrarem de alguma abordagem que realizasse o vínculo entre saúde e meio ambiente, reforçando ainda, essa perspectiva, para além da graduação quando colocam **a inexistência da abordagem do tema**, inclusive, nos cursos de pós-graduação.

[...] eu me formei em 2006, eu ingressei na universidade em 2003, durante a graduação eu não me recordo assim, de nenhuma disciplina regular e nem optativa, no mestrado também não [...] durante a graduação não. **(E2)**

[...] na graduação eu não tive nada, assim, relacionada ao meio ambiente, eu não me lembro de ter [...] então foi agora no doutorado, antes na graduação e nem no mestrado, eu não me lembro de ter trabalhado o ambiente, nessa questão do ecossistema, enfim. **(E5)**

Na minha formação como acadêmica, eu não percebi. Na minha formação como mestranda, também não houve essa abordagem, não percebi isso de uma maneira mais forte. **(E11)**

Na minha formação, nesse momento eu não me lembro de nada, na verdade, acho que eu não me lembro de nada assim, na minha formação, enquanto enfermeira, não lembro de nenhum conteúdo na graduação que abordasse isso. Na escola se aborda, mas na graduação muito pouco, ou nada, não estou lembrando de nada nesse momento. **(E13)**

A formação de alguns sujeitos não contemplou reflexões sobre a temática segundo eles, o que se mostra preocupante, tendo em vista que essa situação poderá repercutir na prática profissional desse docente, caso ele não tenha buscado, de outras formas, o conhecimento sobre o tema. Esse cenário também foi encontrado em outro estudo, onde os sujeitos justificaram tal situação devido ao tema ser pouco discutido, na época em que aconteceu o processo formativo (SOARES et al., 2012).

Entretanto, tendo em vista a média do tempo de formação dos sujeitos em 19 anos, caracterizando os anos 90 como década responsável pelo maior número de formações entre os participantes, torna-se válido inferir que os pressupostos da Carta de Otawa, que englobam a

criação de ambientes favoráveis a saúde, deveriam ter sido enfatizados de alguma maneira (BRASIL, 2002). Acrescenta-se a isso, o fato de o Rio de Janeiro ter sido palco de complexas discussões sobre as questões ambientais, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992.

Dessa forma, soa como preocupante o relato dos sujeitos pela não abordagem da temática, principalmente quando se sabe que não há como prevenir e proteger a saúde individual e coletiva sem cuidar também do meio ambiente (SARI, 2012). Soma-se a essa inquietação, a característica essencial que a enfermagem compreende de direcionar a atenção para a perspectiva do cuidado em suas dimensões múltiplas, interativas, integrativas e inter-relacionais, tendo o ambiente como, também, alvo de seu cuidado (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011).

Vale destacar, que embora preocupante, a percepção da inexistência da abordagem não é preponderante, pois também existem sujeitos que mencionam terem sido trabalhados conteúdos sobre a temática, como se percebe a seguir. Reitera-se também que, a não visualização da temática durante a formação, não permite afirmar que esta não tenha sido abordada, mas apenas que os sujeitos não perceberam este vínculo na sua graduação.

Sendo assim, alguns participantes entendem que, de alguma forma, eram trabalhadas as perspectivas ambientais, condizentes com a concepção da relação entre saúde e meio ambiente da época. Os trechos de falas abaixo refletem essa **abordagem de forma indireta**:

Eu não, nunca participei, não tive uma formação específica a não ser saneamento, alguma coisa ligada a saneamento na época da faculdade. A gente tinha uma disciplina até chamada saneamento na época, que já faz bastante tempo, que falava um pouco do ambiente, das condições, mas muito mais voltado ao tratamento de água e lixo do que qualquer outra coisa. (E4)

Teve sim, na parte de saúde pública a gente trabalhou bastante com essas questões voltadas a preservação do meio ambiente, por exemplo, o que eu poderia estar colaborando para não prejudicar mais aquela área, aquela região, mas assim, coisas incipientes que eu tive na graduação [...] que, eu não lembro o nome da disciplina exatamente, mas era as disciplinas voltadas para a saúde pública, a parte de saúde coletiva, eu nunca me esqueço que em uma dessas disciplinas a professora [...] nós viemos para São Paulo visitar um aterro sanitário, ambiente de incineração de lixo hospitalar. Mas eu acho que era em uma disciplina chamada saúde pública, não lembro assim exatamente para te detalhar. Então tinha essa questão bastante voltada para essa parte do ambiente, do sanitarismo. Eu nunca esqueço que eu viajei para ir num lixão. (E9)

[...] a gente tinha saúde pública quando eu me formei e naquela época nem se falava em meio ambiente, assim, era mais saneamento a palavra que se usava, claro, saneamento do ambiente, mas era muito aquela coisa assim “o ambiente insalubre que não tem saneamento causa doenças”, não se via como um todo [...] (E12)

Embora se perceba que houve abordagens na formação dos sujeitos, essas se mostram pautadas sob um viés sanitarista, epidemiológico, tendo, como principal virtude, o tratamento do meio. Mesmo que essa abordagem faça parte do leque de possibilidades que existe, quando se trata da interface saúde e ambiente, restringir-se aos aspectos sanitários ou visualizá-los, unicamente, sob a ótica da modificação do ambiente físico, se traduz em uma percepção fragilizada frente à complexidade da relação em questão.

Por outro lado, alguns participantes relataram a relação entre o saneamento do meio e a avaliação do contexto em que a população está inserida, possivelmente no intuito de captar determinantes e condicionantes do processo saúde-doença. Nessa perspectiva, Souza e Freitas (2008) acrescentam que o saneamento deve ser compreendido na perspectiva da e para a promoção da saúde, através de uma intervenção multidimensional que se dá no ambiente, considerado suas dimensões física, social, econômica, política e cultural, na perspectiva da qualidade de vida, erradicando a doença e somando ações de educação ambiental com a comunidade.

No caso dessa forma de entender o saneamento, de maneira abrangente, percebe-se uma maior aproximação com os ideais da complexidade ambiental, no entanto, ainda parece não refletir com maior profundidade o modelo socioambiental sob o qual a sociedade está alicerçada, na busca de uma mudança da estrutura político-econômica da realidade, embora considere essa conjuntura para intervenção no meio. Destaca-se então, frente às falas, a necessidade do questionamento sobre qual perspectiva foi trabalhada na formação do enfermeiro docente e qual se pretende abordar na formação dos novos profissionais, pois, muitas vezes, o ambiente só é valorizado como determinante do estado de saúde quando esse se encontra abalado por fatores associados à falta de cuidado do próprio homem com o ambiente (FREITAS et al., 2012).

Noutra perspectiva, diferente da não percepção da temática na formação e da abordagem indireta através do saneamento, alguns participantes relatam que tiveram uma aproximação com **a relação saúde e meio ambiente em uma abordagem disciplinar**, comumente chamada de saúde ambiental. Essa disciplina é citada e caracterizada pelos enfermeiros docentes a seguir:

[...] a gente até tinha algumas discussões sobre isso, nas disciplinas bem específicas mesmo, que era saneamento básico e meio ambiente. Então tinha sim, uma discussão sobre a preservação do meio ambiente, cuidado com o lixo, a relação da preservação do meio ambiente com saúde, a questão, desde o lixo, o cuidado com o lixo como um dos cuidados com saúde tinha, mas era assim, mais pontual [...] (E10)

[...] com relação a esse aspecto, na formação, na graduação eu tive disciplina, enfermagem e saúde ambiental, e foi, talvez, uma das poucas vezes. Em termos de capacitação sim, claro que eu li trabalhos depois, fui banca de TCC's que trabalharam a questão de meio ambiente, a questão do trabalho, da enfermagem e o trabalho, dos adoecimentos pela questão ambiental. Mas na formação mesmo, uma disciplina lá na graduação e depois nunca mais, eu não fiz nenhuma atualização, não é a minha área de ação mesmo [...] eu me lembro da questão dos dejetos, da eliminação dos resíduos, sólidos e líquidos, a questão do tratamento de água, me lembro que nós fizemos uma visita à distribuidora de a água [...] (E14)

[...] naquele momento a gente tinha uma disciplina que era Saúde Ambiental, onde a gente discutia essas questões ligadas ao ambiente e a saúde. Então a gente tinha questões relacionadas, por exemplo, a fazer um diagnóstico do território, mas isso de uma forma mais pontual, bem mais teórica do que prática. Então se discutia as questões de esgoto, de água, de lixo, de uma forma teórica, de diagnosticar, por exemplo, no nosso bairro, onde a gente morava, essas questões e trazer para a aula para discussão, de uma forma bem teórica. Eu lembro que isso era feito com o primeiro semestre, e lembro que alguns colegas tinham dificuldade de entender qual era a relação, porque as vezes parecia uma coisa muito distante. Isso eu me formei, não tive mais [...] a não ser só na minha formação nessa disciplina de primeiro semestre que também foi só isso, foi pontual assim, eu me formei, entrei na faculdade, tive no primeiro semestre essa disciplina teórica, que eu gostava bastante, mas vários colegas odiavam, aquela coisa assim. Mas que depois quando me formei não tive nenhuma, mas quando voltei para universidade foram retomadas essas questões [...] (E17)

O relato dos participantes citando a existência de uma disciplina, sobre saúde ambiental, evidencia, a princípio, um avanço quando comparadas essas experiências com as dos outros sujeitos. Entretanto, percebe-se que o enfoque dado, nessa modalidade disciplinar, assemelha-se muito às abordagens indiretas de saúde e meio ambiente, destacadas pelos outros docentes, principalmente quando visualizada a preocupação da abordagem com o saneamento do meio, tratamento da água e cuidado com o lixo.

A abordagem da interface saúde e meio ambiente na modalidade de disciplina curricular não deve ser entendida como errônea, pois estabelece um vínculo, em maior ou menor grau, da temática com a formação dos profissionais. Porém, as falas dos participantes deixam transparecer que não havia continuidade ou vínculo da disciplina com outros conteúdos, tendo em vista que enfatizam terem tido contato com o tema apenas nesse momento em específico.

Nessa perspectiva, entende-se que o ensino por disciplinas pode apresentar algumas limitações, especialmente quando a complexidade ambiental é o alvo do debate. Backes, Erdmann e Backes (2009) acrescentam ainda que, é preciso que se instale um processo ecológico que ultrapasse as diferentes disciplinas e as diferentes formas de ser e pensar, na busca de um todo integrado. Tal perspectiva reitera a impossibilidade de se despertar uma sensibilidade ambiental, por meio de um contato isolado sobre a temática.

Ainda nessa vertente, o estudo de Bruzos et al. (2011) revela que alguns alunos de enfermagem do interior paulista consideram importante para sua formação ter na grade horária a matéria, porém, outros disseram não ser necessária, entendendo não ser importante o tema para sua formação. Esses dados corroboram com o presente estudo através do relato de E17, quando cita que “vários colegas odiavam”, se referindo ao conteúdo da disciplina de saúde ambiental.

Outros relatos evidenciam com maior ênfase a fragilidade da abordagem do tema no formato de disciplina:

Não me lembro de grandes contribuições da disciplina, na verdade assim, acho que era uma disciplina focada em um semestre, ponto, passou, acabou. Não leva, porque daí os professores não mantêm esse olhar, de olhar o meio ambiente, de olhar aonde que esta pessoa esta, de onde vem. Então na verdade eu não me lembro muito de focar isso [...] então da forma que me foi passado não conseguiram atingir o que deveria. Outros colegas já conseguiram assimilar isso de outra forma, se ele já tem uma formação em casa, que já tem outro olhar, conseguiram perceber isso melhor do que eu. Acabava que era aquela disciplina ali. De fato visitava lá onde faz o tratamento de esgoto, onde faz o tratamento de água, fala da importância, mas fica, sabe?! Tu não levas aquilo, não continuava [...] daí no quarto semestre nos inseriam nos campos de prática, que era naquele tempo no nosso currículo na unidade básica. Tu começava a ver o paciente e as técnicas. Se pensasse, deveria começar a ver o ambiente, depois a pessoa que está inserida e depois o que eu preciso fazer com essa pessoa. Hoje eu consigo perceber isso, durante anos de formação e de trajetória, mas no meu ver deixou muito a desejar. Então ficou ali, não se discutia muito isso [...] e eu não lembro de participar, me dar conta, “estão falando sobre isso”, na minha graduação deixou a desejar bastante. Eu vejo que eu reproduzo isso, porque eles tem saúde ambiental e eu não lembro de falar isso quando eles vem para mim no sexto semestre [...] (E3)

[...] então eu tive isso na formação, mas eu percebo que eu não consegui internalizar, que existe essa dificuldade por perceber que todas as pessoas estão nos seus primeiros passos. Não é uma coisa que se vem trabalhando há muito tempo, que se consegue fazer uma relação com a prática. Então eu vejo isso como uma coisa muito incipiente ainda [...] (E11)

Assim como em outra pesquisa (SOARES et al., 2012), os sujeitos entendem que a temática ambiental foi trabalhada de maneira superficial na sua formação. Isso revela a necessidade de intervenção, para que os cursos de graduação em enfermagem objetivem, além do diagnóstico e modificação do meio para o viver saudável, a formação de cidadãos comprometidos com as causas sociais e ambientais da atualidade (KOERICH et al., 2010).

Dessa forma, entende-se que para mudança da maneira como pode estar sendo abordada a relação saúde e ambiente na formação dos enfermeiros docentes, necessita-se também rever a forma como está organizado o conhecimento da ciência moderna, ainda fragmentado em especialidades que pouco se comunicam e constroem juntos. Subverter essa lógica não se constitui em tarefa fácil, pois exige o desenvolvimento de outra forma de

ciência, pautada em abordagens integradas e num saber ambiental (FREITAS; PORTO, 2010; LEFF, 2011).

A interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem

No intuito de encontrar mais subsídios para responder a questão de pesquisa do estudo, os enfermeiros docentes foram questionados sobre como percebem a temática ambiental na atual formação profissional em enfermagem. As respostas deram origem a diferentes subcategorias, como: A aproximação da assistência/gerência hospitalar com o ambiente; A temática no contexto da comunidade; Os resíduos dos serviços de saúde; e Os déficits e a necessidade de avançar.

Dessa forma, **a aproximação da assistência/gerência hospitalar com o ambiente** é um dos principais vínculos construídos pelos enfermeiros docentes, como destacam os recortes a seguir:

[...] trabalho com as disciplinas [...] não trabalho no modelo que eu vejo de meio ambiente hoje, mas a nossa preocupação na organização do nosso processo de trabalho. Eu acho que isso vai retomar muito mais o que eu já te contei, essas questões eu acabo levando para o dia a dia da disciplina, de como que a gente faz o trabalho minimizando o impacto e nos nossos projetos de extensão também. Nós temos um grupo de estudo no hospital, como que a gente da conta de uma serie de necessidades que vêm, que partem da prática, como que a gente pode minimizar. Claro, não é nada específico, mas se fala muito sobre essa questão. **(E1)**

Bom, eu consigo fazer essa inter-relação com a temática ambiental principalmente na disciplina de sistematização da assistência de enfermagem, é uma disciplina teórico-prática, a gente tem as práticas. Então a gente vê todo o processo de enfermagem, desde a entrevista, exame físico, até a avaliação de todo o processo. Então nessa disciplina eu consigo ver mais presente a questão ambiental, essa inter-relação, até porque a gente considera o paciente como um todo, tentando implementar a assistência de um modo integral e eu consigo visualizar mais [...] tem duas atividades práticas, onde uma dupla fica responsável por cada paciente e a gente já faz essa entrevista abordando todas essas inter-relações do paciente em outros contextos, na casa, na escola, na família, relação com amigos, no trabalho, todas essas questões para ver como isso pode influenciar a família, as necessidades desse paciente. **(E2)**

Em termos de conteúdo programático não, não tem, mas a gente acaba discutindo principalmente em campo de prática. Então, como se fala assim, a minha prática é hospitalar. Então desde o cuidado com o dispensar correto do lixo, cuidado com a água, com, enfim [...] mas a gente tem feito, e tem na verdade a partir da prática da gente, porque a gente é modelo de identificação. O enfermeiro é modelo de identificação quando ele coordena uma equipe, ou quando ele é o coordenador de uma atividade prática, a partir do exemplo também é uma forma de tu abordares isso [...] A gente entende que a compreensão ajuda para que a prática seja mais efetiva,

na medida em que eu compreendo o porquê estou fazendo assim, a tendência de eu repetir o meu fazer é muito maior, do que eu só repetir quando me dizem que eu tenho que fazer assim e ninguém me explica como ou o porque que tenho que fazer assim. Então, eu utilizo muito desse jeito de fazer [...] (E10)

Para os participantes, a temática apresenta-se intrínseca ao exercício de enfermagem, estando presente na assistência ao paciente, na coleta dos dados socioeconômicos e também no gerenciamento de enfermagem. Entretanto, embora os docentes reiterem as aproximações do ambiente com a assistência de enfermagem, essa parece não ocorrer de maneira previamente planejada ou programada, deixando transparecer, principalmente no recorte da manifestação de E10, que o vínculo depende muito mais do posicionamento particular do enfermeiro docente no campo de estágio, do que de uma concepção do curso ou do corpo docente para trabalhar o tema.

A ausência ou fragilidade de uma concepção de ambiente construída pelos próprios cursos, que poderiam orientar ou nortear as práticas docentes, é realmente evidenciada quando analisados os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação. Destaca-se também, que embora algumas IES tracem alguma aproximação com a temática, quando reiteram seu compromisso social, essa relação não parece ser suficiente para instigar os docentes a refletirem sobre as questões ambientais.

Acrescenta-se ainda, com base na fala de E1, ao mencionar “não trabalho no modelo que eu vejo de meio ambiente hoje”, a existência de percepções um tanto vagas sobre o tema, permitindo inferir que, por momentos, os sujeitos traçaram aproximações apenas no momento em que foram questionados, como se não houvesse reflexões anteriores à realização da entrevista. Destaca-se essa perspectiva, pois, se os enfermeiros docentes não tiverem clareza das aproximações do tema com a prática, como poderiam os estudantes perceber essa relação? Somado a isso, alguns enfermeiros docentes, embora acreditem que a temática é abordada na assistência hospitalar, remetem essa realização aos colegas, não expondo as suas aproximações com as questões ambientais.

O trabalho no ambiente hospitalar orientado por uma sensibilidade ambiental, que perceba a inter-relação entre ambiente e saúde, mostra-se essencial em tempos de crise, principalmente quando se sabe que os hospitais são grandes produtores de resíduos, consumidores de materiais, fonte de constantes acidentes de trabalho e que, em contrapartida, podem ser disseminadores do conhecimento para diferentes populações através da educação em saúde. Reconhecer essa potencialidade configura-se em um passo importante para práticas que superem aquelas meramente assistencialistas e curativas, levando à construção de equipes sensíveis e atentas às questões ambientais (BRUZOS et al., 2011; SOARES et al., 2012).

Dessa forma, torna-se fundamental inserir os conteúdos referentes à problemática ambiental fazendo com que os futuros enfermeiros sejam estimulados a refletir sobre os problemas da contemporaneidade, na busca de um cuidado mais sensível, crítico, responsável e engajado com as questões socioambientais. Atitudes simples e corriqueiras, evitando contaminações e acidentes através de uma leitura complexa do ambiente, podem permitir compreender a problemática existente, por exemplo, na ocorrência de um erro e, assim, auxiliar para que se impeçam não somente os danos físicos, mas também danos morais e psíquicos, além das implicações econômicas, jurídicas e outras na saúde e no ambiente como um todo (BACKES; ERDMANN; BACKES, 2009).

Noutra perspectiva, os sujeitos do estudo teceram ligações entre as atividades da atenção básica com a questão ambiental, dando origem a subcategoria **o ambiente no contexto da comunidade**.

[...] a gente trabalha algumas coisas, mesmo assim, o aluno vai conhecer onde o enfermeiro está inserido, o ambiente em que ele está inserido, é relacionado ao fazer da enfermagem e na enfermagem, no cuidado ao idoso, a gente está trabalhando. Agora, como tem a teórica e a prática, a gente está fazendo algumas práticas na unidade de saúde aqui, uma das unidades, tem visita domiciliar, mas assim, não é específico ao ambiente [...] (E5)

A gente tem discutido bastante com os alunos essas questões nesse novo formato de currículo, porque eles vão, no primeiro semestre, em uma unidade básica de saúde e fazem o diagnóstico de situação daquela comunidade, tanto em termos de infraestrutura dos domicílios, destinação de lixo, abastecimento de água, tratamento de esgoto. Acho que a gente tem chamado bastante a atenção deles nessa determinação social do processo saúde-doença, onde inclui o meio ambiente, e depois já nos semestres mais avançados [...] a gente observa o seguinte, muito daquelas coisas que foram discutidas lá nos semestres iniciais eles já acham que superaram, mas eles, às vezes, não incorporaram isso na prática, então tu precisa fazer uma retomada lá no sétimo semestre para eles resgatarem aqueles conteúdos dos primeiros semestres. Porque depois que eles passam pelo hospital, parece que a cabeça deles está mais para a doença e não para a saúde, para prevenção, para promoção da saúde. Então eu acho que essas questões ainda não estão introjetadas nas pessoas, como um todo e isso se reflete na prática [...] mas enfim, a gente tem tentado trabalhar isso com os alunos, mas não são questões fáceis. Acho que a gente ainda precisa incorporar isso no dia a dia da prática, porque a gente observa, também, que os próprios profissionais que estão trabalhando na unidade básica, eles não estão muito atentos para essas questões. Acho que a gente tem mais é mostrado, talvez, e sensibilizado os alunos de que isso é um problema e tem tentado mostrar que isso está, tem essa relação forte com o processo saúde-doença [...] Acho que ela passa, ela não é aprofundada, ela é uma coisa bastante superficial assim. Em termos, ela perpassa os semestres eu acho [...] (E7)

[...] a gente vai, na disciplina do terceiro semestre, a gente faz uma prática disciplinar pequena, mas a gente vai com os alunos para o campo, para as unidades básicas ou ESF e vai conhecer a área adstrita, a população adscrita, um pouco dos recursos que aquela comunidade tem. Então a gente conversa, faz visitas e vê muitas questões do meio ambiente, onde está inserida aquela comunidade e que tipo de ações a gente poderia, e projetos, que a gente poderia desenvolver [...] (E8)

[...] então a gente trabalha nesse sentido, do cuidado, do preservar a condição de saúde ou diminuir o fator de risco que aquele ambiente esteja apresentando para aquele indivíduo, mas a gente não tem uma coisa direcionada, é individualizada, de acordo com as coisas que vão aparecendo e a gente vai trabalhando, e conforme as possibilidades. Pois às vezes não adianta a gente querer mudar, se não tem condições, ainda mais que tem pessoas que criam determinados meios, determinados ambientes que, para mim, no meu ponto de vista, aquilo é uma coisa horrível mas para ela é uma coisa normal, porque ela sempre conviveu com naquele meio, então esse é um problema. Às vezes a gente enfrenta, na hora de dar certos tipos de orientação, prestar um tipo de ajuda ou consultoria para esse tipo de comunidade, de indivíduo, mas é dessa forma que está inserida dentro da minha atuação, disciplina [...] (E9)

A aproximação da temática ambiental com a atenção básica é, reconhecidamente, de mais fácil apreensão, tendo em vista os problemas ambientais de ordem física ou visíveis aos quais as comunidades estão expostas, através do acúmulo de resíduos, falta de infraestrutura, agressões ao ambiente natural, alterações climáticas, etc. Assim como, nesse cuidado primário, são trabalhados mais intensamente os aspectos socioeconômicos do adoecimento, pois se torna possível conhecer o contexto em que o sujeito está inserido, bem como as condições que envolvem o referido contexto, como crenças, valores, trabalho, moradia, e não somente a percepção da doença (LIMA et al., 2012).

O trabalho dos condicionantes e determinantes da saúde a partir da perspectiva ambiental, aprofundando esse olhar na análise do contexto do indivíduo, família e comunidade, é condição fundamental para o avanço e valorização dos cuidados socioambientais, principalmente quando se sabe da relação intrínseca entre a saúde dos indivíduos e o ambiente. Entretanto, para isso, é necessário que o profissional esteja imbuído de um saber ambiental, onde o ambiente seja visualizado como o ponto de partida, na sua totalidade e complexidade (LEFF, 2011). Essa concepção torna questionável o entendimento de E5 sobre o que é abordar o ambiente, pois o desvincula da ideia de saúde quando coloca que embora aborde a temática na comunidade, essa “não é específico ao ambiente”.

Dessa forma, torna-se necessária uma abordagem que instigue os graduandos a também empregarem cuidado ao ambiente, pois cuidando do ambiente, naturalmente, estarão cuidando da saúde. Tal perspectiva encontra respaldo, principalmente, quando se observa na comunidade crianças com problemas respiratórios decorrentes de poluição, manifestação de doenças provenientes do tratamento inadequado da água, infestações de insetos com conseqüente disseminação de doenças, etc., além de outros tantos problemas socioambientais, já citados nesse manuscrito, que não se restringem à modificação do espaço físico (FREITAS et al., 2012).

A falta de atenção para os problemas ambientais na comunidade centra-se na dificuldade de articulação entre os setores responsáveis pelo cuidado ao ambiente, saneamento, infraestrutura e saúde, que poderiam unir saberes e trabalhar em prol da população de maneira mais eficaz (SOUZA; FREITAS, 2008). Entretanto, tal inabilidade devido ao jogo de interesses políticos, institucionais e comerciais, é colocada acima do interesse da sociedade, indo ao encontro do pensamento de Leff (2011), quando reitera que a organização socioeconômica não privilegia nem população nem governo, ficando as decisões nas mãos do poder privado, onde a maior preocupação é o lucro.

Mais uma vez, torna-se importante que os futuros enfermeiros estejam preparados e atentos a esses jogos de poder presentes em todos os lugares, inclusive na comunidade. Faz-se necessário, para isso, estimular essa reflexão por parte dos enfermeiros docentes, cursos, programas, disciplinas, enfim, aprimorando as iniciativas já presentes. Embora se entenda, que apenas sensibilizar os docentes pode não ser medida suficiente para engendrar mudanças, pois se as políticas públicas mantiverem a concepção de ambiente como, prioritariamente, agravante das condições de saúde, manter-se-á uma visão reducionista de ambiente, onde esse é entendido como responsável pelos problemas de saúde sem empreender-se reflexões mais complexas sobre o modelo socioeconômico vivenciado atualmente.

Dentre outras iniciativas, encontra-se, nas falas dos sujeitos, o vínculo realizado com as questões ambientais e os resíduos dos serviços de saúde (RSS). Tal abordagem é fundamental frente à constatação de Gessner et al. (2013) quando percebem que, existem dificuldades para o gerenciamento dos RSS tanto no serviço de alta complexidade tecnológica quanto nos serviços de atenção básica. Destaca-se ainda que, na atenção básica essa situação é mais negligenciada, devido, possivelmente, ao entendimento dos profissionais da saúde de que os resíduos, por serem produzidos em menor quantidade, não são tidos como impactantes para a saúde ambiental e coletiva (GESSNER et al., 2013).

Nessa vertente, os sujeitos expuseram que realizam abordagens sobre **os resíduos dos serviços de saúde**, seja nas aulas práticas ou teóricas, instigando reflexões sobre o cuidado com o ambiente a partir do correto manuseio e segregação dos materiais.

Na disciplina, a gente parte do principio da organização, disciplina básica, da disciplina de semiologia e semiotécnica, nós trabalhamos com a organização do ambiente de trabalho. Dentro disso, entra a organização dos resíduos de saúde, onde que se, os locais adequados de disponibilizar o material, como que se pode fazer isso, quando não se tem, quando que se discute que um material é apropriado para por em um lugar ou em outro quando há duvida. Porque, por vezes, há esse material que pode ser reciclável, mas ele está contaminado, quando que ele pode e quando ele não pode. A questão dos perfurocortantes que é uma, que é muito comum a gente conversar sobre isso na enfermagem, mas que ainda, por incrível que possa parecer,

há muitas dúvidas dos profissionais, dos nossos estudantes. Então se procura dar mais clareza. **(E1)**

A gente aborda assim, de formal, de disciplina, no terceiro semestre eles tem toda a parte de saneamento e de tratamento de água e esgotos, e de reciclagem de lixo, é isso que formal na disciplina tem. Mas a gente está sempre abordando, tem a parte de biosegurança. Então o destino dos perfurocortantes, o destino do lixo hospitalar, é isso que a gente aborda, na prática e na teoria. **(E8)**

[...] na medida em que você trabalha com os alunos e vai orientando para os aspectos da segurança, para os aspectos da separação, separa perfurocortante, separa material contaminado, separa material limpo. Talvez não seja diretamente trabalhado assim, isso é trabalhar meio ambiente, os aspectos de biosegurança. Agora lembrei, lá no hospital, abre janela, vamos fazer circular esse ar [...] mas que a gente diz para os alunos, quando trabalha, como eu que estou vinculada ao hospital, e mesmo no asilo, a questão de segurança, a utilização de proteção, a questão de ventilação, a questão do conforto do paciente. Então o ambiente, a questão de diminuir ruído, “o paciente está repousando”, o tom de voz. Nós chamamos a atenção de uma aluna aqui, “o teu tom de voz de manhã cedo, isso é ruim”, então também o ambiente influenciando na tranquilidade, na segurança do paciente. Então, não é trabalhar o ambiente do jeito, meio ambiente especificamente, mas são formas de trabalhar indiretamente a questão do ambiente influenciando na saúde das pessoas. **(E14)**

O grande volume de resíduos produzidos, na atualidade, e seu destino incorreto configuram-se como alguns dos principais problemas do modelo socioeconômico atual. As instituições de saúde, por sua vez, não se encontram imunes a essa realidade, pois compreendem grande potencial de produção de resíduos, assim como materiais de alta periculosidade para o ambiente e, conseqüentemente, à saúde humana.

Tal perspectiva reforça a necessidade de a formação profissional instigar os conhecimentos sobre gerenciamento dos RSS, vinculando-os ao cuidado ambiental, pois realizar o correto gerenciamento é apenas o ponto de partida para a busca da efetiva sustentabilidade do meio. Nesse ínterim, Ramos et al. (2011), em estudo realizado no município de João Pessoa, na Paraíba, aponta uma realidade preocupante que pode se assemelhar a outros locais do país, onde em dezenove estabelecimentos de serviços da saúde contendo a atenção primária, secundária e terciária; 21,05% não realizam a segregação dos RSS na fonte; 26,34% não possuem padronização dos sacos plásticos para o acondicionamento do resíduo infectante; e 47,37% não possuem caminho pré-determinado para a coleta dos seus resíduos, nem trabalhadores treinados para o manuseio dos RSS.

Como resposta às situações semelhantes a essa, muitos pesquisadores tem se dedicado a apreender a percepção de trabalhadores e estudantes da saúde, na busca de respostas para a fragilidade da gestão dos resíduos nos diferentes locais onde se encontram os serviços de saúde. Assim, percebe-se na literatura que, o desconhecimento, a falta de debates sobre o assunto, a necessidade de desenvolvimento de estratégias, a abordagem frágil durante a formação e a responsabilização de outros serviços para o trato dos RSS, tem se mostrado

como os principais problemas a serem enfrentados para reverter das situações de prejuízo ambiental com respeito aos resíduos (CAMPONOGARA et al., 2012; GESSNER et al., 2013; BRUZOS et al., 2011).

A partir dessa situação, reforça-se a necessidade de abordagens instigadoras, críticas e que estimulem o sentido de pertencimento do futuro enfermeiro no seu cenário de atuação. A separação, reciclagem, destino adequado do lixo e o acondicionamento correto dos objetos perfuro-cortantes se apresentam como atitudes básicas, mas ao mesmo tempo elementares, sem mencionar a importância de outras medidas, como o cuidado com o desperdício da água, com o uso desnecessário da energia elétrica, lavagem das mãos, sensibilização de colegas e pacientes para o cuidado socioambiental e outras (BACKES; ERDMANN; BACKES, 2009).

Dessa maneira, entende-se que os enfermeiros docentes apresentam-se sensibilizados com a educação sobre os RSS, trabalhando a questão na formação profissional. Entretanto, podem ainda acrescentar novas perspectivas para um cuidado mais abrangente ao ambiente, a partir do conhecimento e análise das crenças, valores e atitudes dos graduandos, sobre o surgimento do modo de produção e consumo capitalista, pois apreender e discutir essas concepções é essencial para formar profissionais críticos e reflexivos, capazes de compreender as relações entre esse modo de produção e os problemas ambientais e de saúde que a humanidade hoje enfrenta (SIQUEIRA-BATISTA et al., 2009).

Embora os sujeitos tenham retratado as diferentes formas de abordagens sobre o ambiente na formação profissional em enfermagem, seja na área hospitalar, saúde pública ou por meio da sensibilização para a correta gestão dos resíduos de saúde, esses destacam também algumas **fragilidades da formação**. Essas fragilidades são evidenciadas a seguir:

Na semiologia e semiotécnica, como é uma disciplina mais prática, a gente fica mais ligada à técnica, eu já não consigo, embora a gente tenha estágio prático, atividade prática no hospital, eu não consigo ver tanto essa relação, até por conta do tempo também. Eles estão nas séries iniciais, então é a primeira disciplina que eles têm atividade prática. Então eu não consigo ver muita relação [...] (E2)

Agora tu falando, eu não me lembro de falar sobre questões de meio ambiente, eu falo por um aspecto, questão de meio ambiente muito pouco dentro da disciplina [...] Acho que nós enquanto formadores, estamos deixando, pelo menos eu, não posso falar pelos colegas, deixando a desejar nessa parte, acho [...] E na universidade é uma coisa que eu acho, eu deixo bastante a desejar, eu sei que lá eu falo algumas coisas, mas daí a gente não tenta achar soluções, a gente só diz, “bom, esses e esses problemas”, e aí, o que a gente pode fazer para melhorar? Muito pouco a gente escuta sobre isso [...] Então eu acho que é um problema bem grave e que a gente poderia estar de repente trazendo, tentar organizar uma forma de trazer para a sala de aula. Eu não tenho visto, mas eu não ando por todos os semestres, não converso com todos os professores, mas eu vejo assim, tem alguns que a gente percebe que tem uma consciência bem mais ecológica, pelos emails, pela conversa, pelo trabalho, mas é um a cada trinta eu acho. Então é uma coisa muito pouca, eu tenho

consciência que me falta muito, nessa parte [...] Então, assim, tem discussão, mas ainda está incipiente, acho que dá para melhorar bastante, dava para ter uma coisa organizada, já vir com uma linha lá desde o segundo, do primeiro, quando eles têm saúde ambiental, todos os professores virem trabalhando, mas não é assim que acontece. Então tem uns lá no sétimo, os do PET, um lá do segundo, mas não faz uma linguagem conjunta. **(E3)**

[...] acho que de repente, agora tu me fez pensar que de alguma forma eu realmente posso, tem condições de eu colocar, inserir o ambiente dentro das minhas disciplinas, sem dúvida. Eu acho que sim, não caberia só a saúde do trabalhador que tem aqui, que é o professor “X”, mas eu acho que todas as disciplinas poderiam trabalhar de alguma forma o ambiente, inserir dentro das suas disciplinas alguma coisa relacionada ao ambiente, mas no momento não, nada específico mesmo. **(E5)**

[...] acho que a gente ainda tem muito que avançar com relação a nossas práticas. Eu acho que ela passa, ela não é aprofundada, ela é uma coisa bastante superficial assim. Em termos, ela perpassa os semestres eu acho, mas a minha, na minha prática, no sétimo semestre onde eu estou com os alunos lá, por exemplo, isso parece que não choca mais, isso é natural, eles percebem isso como uma coisa natural, está o lixo acumulado lá na esquina, o esgoto está a céu aberto, aquilo já faz parte, “não me parece que isso seja um problema”, que eles encarem isso como um problema e o reflexo disso na saúde da população que eles estão atendendo, tanto para exposições a riscos de acidentes com material que está disponibilizado na rua, quanto com relação à falta de acesso a serviços públicos, digamos assim, que o gestor público deveria estar oferecendo para a população. Eu acho que essa questão mais política do debate, da determinação social do processo saúde-doença ainda é bastante incipiente, a gente não tem [...] Não sei se a gente cansa, se os alunos, à medida que vão avançando nos semestres, depois daquele choque de realidade dos primeiros três semestres, eles se afastam três semestres e vão para dentro do hospital. Eu acho que ficam coisas estanques sem essa continuidade do pensamento, então agora é isso, depois é outra coisa, e depois lá no sétimo semestre eu volto para juntar hospital e saúde coletiva. Daí tem o discurso que não ajuda muito entre saúde coletiva e saúde pública e tem esse ranço entre a área hospitalar e a área da saúde pública, como se a saúde pública não englobasse todos os níveis de atenção e como se as pessoas que estão lá no hospital não fossem voltar para o seu local de domicílio, e nesse local de domicílio ele estaria exposto à atenção primária à saúde, se a gente não fizer um trabalho bem feito lá essa pessoa vai acabar voltando para o hospital [...] a pessoa é uma só, ela vai circular em todos os espaços, mas parece que a gente segrega, o hospital é uma coisa e a dita saúde pública, que eles não incluem a questão hospitalar, seria outra. A saúde é um processo, o processo saúde-doença [...] então são vários professores, vários semestres, cada um faz a sua parte e a gente acaba não juntando tudo, nem o próprio grupo de professores que estão no mesmo campo de estágio param para discutir o que cada um de nós está fazendo com cada grupo de estágio dos diferentes semestres que passam. Eu acho que não há também, para nós, uma homogeneidade, digamos assim, e um plano estratégico de trabalho, que eu acho que é isso que está faltando [...] **(E7)**

[...] percebo que na graduação ela tem tido mais, que os estudantes tem tido mais contato, agora tem uma disciplina específica, eles tem uma disciplina de saúde ambiental específica, mas não existe essa transversalidade. Então acaba ficando aquela disciplina pontual ali no meio, mas que o estudante por si só tem dificuldade de fazer essa conexão, e se os próprios docentes, o próprio currículo não fornece essa conexão, é um conhecimento que pode se perder, porque ele vai ficar solto, ele não vai ter o reflexo sobre as outras atividades que ele faz. Então eu percebo isso, na graduação ele acaba sendo bem fragmentado, desconectado, na pós-graduação ela acaba tendo um aprofundamento teórico, mas com dificuldade de conexão com a prática, isso eu vejo como docente, e os próprios, e isso não os estudantes, não só os estudantes, mas os próprios docentes, é o reflexo na verdade na tua própria formação [...] esse é o tipo de temática que pode estar conectada em todos os espaços, só que a gente só consegue conectar quando a gente não sabe agir [...] Pela falta de preparo,

talvez, dos próprios professores em relação a isso, pois a sua formação não trouxe isso, ainda existe essa dificuldade de fazer, de deixar, ou até de deixar isso mais claro, porque apesar de tentar fazer de alguma forma isso dentro da minha disciplina, eu não consigo deixar isso claro ou visível, não está lá no meu plano de ensino, é uma coisa que eu tento fazer durante a prática, que eu tento esclarecer, conversar, promover discussões em relação a isso, para fazer os estudantes refletirem em relação a isso, mas é uma coisa que não se torna visível[...] (E11)

Percebo que está muito fraca, está muito fraca. Porque, por exemplo, se eu, enquanto docente formador de futuros enfermeiros, estou te relatando aqui que na minha graduação eu não tive nada, ou tive muito pouco, como é que eu vou formar enfermeiros nessa linha?! (E13)

[...] eu vejo assim, que tem colegas que tentam forçar uma situação, até mesmo para dar conta dessa situação, e que a gente não consegue, porque faltam subsídios e faltam leituras. Então o que eu penso em relação a isso, eu acho que a gente tem que inserir as questões do ambiente, ou a questão da educação em relação às preocupações com o ambiente aos poucos, e a gente vai, exatamente nessas discussões a gente participando, a gente se capacitando para atuar, até mesmo através de leituras, através de discussões entre os colegas, a troca. Quando tu trazes um professor lá de educação ambiental é muito rico pra nós, porque nos instiga também a leitura. Então eu penso assim, que eu ainda preciso discutir mais, por mais que eu já tenha alguma coisa na disciplina, por mais que eu faça essas relações com o ambiente da terapia intensiva, com o aluno, com a família, com os trabalhadores. Então vendo assim, até mesmo a importância desse trabalho. Então em relação aos próprios trabalhadores, participo as vezes por exemplo no HU de cursos de capacitação então, quer dizer, a gente faz para universidade, ele é para, eu vejo assim que é um modo também da gente estabelecer uma relação de parceria com eles, e também de trocas, eu acho isso, e a gente consegue talvez trabalhar essas questões mais. (E16)

Os déficits e a necessidade de avançar estão expostos nos recortes de falas dos enfermeiros docentes, onde se visualiza que os principais empecilhos para uma abordagem mais contundente na formação são: a falta de preparo, as muitas incumbências, a pouca comunicação entre docentes, as escassas parcerias com outras instâncias da própria universidade e do poder público, assim como a descontinuidade do processo reflexivo nas diferentes disciplinas e semestres. Mesmo assim, as percepções dos sujeitos vão ao encontro da ideia de Siqueira-Batista et al. (2009), quando enfatiza que a formação de profissionais de saúde precisa reavivar e aprofundar o debate sobre o pensar e o agir frente à temática ambiental, observando avanços e retrocessos.

A visão de E7, ao colocar que “eles (os discentes) se afastam três semestres e vão para dentro do hospital, e eu acho que ficam coisas estanques sem essa continuidade do pensamento”, pode ser esclarecedora quando se pensa na (des)continuidade da temática durante todo curso e na interdisciplinaridade que se almeja para superação da modernidade que fragmenta os conhecimentos. Frente a isso, entende-se que os cursos necessitam encontrar uma alternativa para a compartimentalização atual do saber, pois, como se pôde evidenciar nos PPPs, as disciplinas que abordam algum conteúdo ambiental, comumente, estão alocadas

nos primeiros semestres, sem que haja maiores vínculos com os estágios finais dos cursos, com raras exceções.

A necessidade de discussão mais contundente sobre a interface entre saúde e ambiente na formação, encontra respaldo, inclusive, na percepção de graduandos de enfermagem, que no estudo de Bruzos et al. (2011), apresentaram conceituações superficiais do tema, não remetendo a discussões mais críticas ou intervenções profissionais futuras efetivas, mesmo nos anos mais avançados do curso. Nessa perspectiva, reafirma-se a importância de propostas pedagógicas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, orientadas para ações cuja essência está na melhoria da qualidade de vida e do ambiente (BESERRA et al., 2010).

Para que existam mudanças, faz-se igualmente importante que o corpo docente organize-se de modo a discutir as concepções de saúde e ambiente, traçando novas perspectivas e vínculos com a estrutura de disciplinas já existente nos currículos, também com o intuito de não fragmentar o conhecimento, tornando-o transversal, complexo e sensível às novas demandas. Em outras palavras, na perspectiva de Backes, Erdmann e Backes (2009), é importante que a enfermagem desenvolva práticas educativas que possibilitem repensar o cuidado de si, do outro e das múltiplas interações que estes abarcam, pertencendo e responsabilizando-se pelo ambiente, a fim de que o indivíduo se perceba no cuidado e, orientado pelo cuidado, em suas diferentes dimensões.

Dessa forma, o educador, no caso o enfermeiro docente, apresenta-se como aquele capaz de desenvolver e exercer papel ativo na construção de novas relações no mundo e inter-relações da sociedade com o meio ambiente (BESERRA et al., 2010). Porém, tão importante quanto o exercício de tal responsabilidade pelo docente, faz-se imprescindível que esse seja capacitado e instigado a refletir sobre o tema, construindo a partir daí concepções mais sólidas e abrangentes da perspectiva ambiental. Nesse caminho, que pode ser realizado através de seminários, cursos, leituras, trocas entre os próprios docentes, entre outras, poder-se-á vislumbrar uma formação profissional assentada sob novas perspectivas, talvez um novo paradigma, com base nas premissas ambientais dando resposta à precariedade de condições socioambientais vivida nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas dos participantes do estudo sobre a relação saúde e meio ambiente, assim como, a percepção da abordagem desse tema na formação profissional em enfermagem, trouxeram resposta ao objetivo da pesquisa.

Percebe-se, a partir do estudo, que a percepção dos sujeitos sobre a interface saúde e meio ambiente é tida como uma relação intrínseca ou fundamental, tornando-se difícil imaginá-los segregados. Entretanto, as falas demonstraram-se estruturados sob três vertentes, quais sejam: uma inter-relação entre ambiente e saúde na perspectiva de causa-efeito, onde ambiente pode ser entendido como fonte de adoecimento ou qualidade de vida; a preocupação com o uso de agrotóxicos na atualidade, prejudicando a saúde socioambiental em diferentes esferas; e a complexidade que envolve a interface saúde-ambiente sob os aspectos sociais e dos valores humanos.

Os sujeitos, ao serem questionados sobre a abordagem do tema na sua formação profissional, relataram experiências que oscilaram entre a inexistência do contato com a interface saúde-ambiente na graduação; a construção de aproximações do tema com diferentes disciplinas, como saneamento e epidemiologia, resgatando iniciativas de cunho preservacionista; e ainda, disciplinas que trataram dos aspectos ambientais, mas demonstraram-se inexpressivas, por vezes causando, até mesmo, desinteresse dos graduandos. Tal dado revela a necessidade de aproximar o tema não só da formação profissional atual, mas também de construir junto aos docentes uma sensibilização frente às questões ambientais.

O ambiente, na formação profissional em enfermagem, demonstrou-se ser abordado em diferentes momentos, embora, por vezes, pareça desprovido de reflexões mais abrangentes. Dessa forma, os sujeitos realizaram aproximações do tema com a assistência hospitalar, principalmente durante as aulas práticas; relataram também se utilizarem da apreensão do contexto da comunidade, em práticas realizadas na atenção básica, para enfatizar as questões socioambientais; os resíduos da saúde estiveram presentes em grande parte das falas como uma aproximação do cuidado de enfermagem e o ambiente; e, ainda, visualizou-se o reconhecimento de que existem lacunas na abordagem da interface saúde-ambiente, ressaltando-se o ímpeto e a necessidade de avançar na comunicação do corpo docente e nos conhecimentos sobre o tema.

Frente ao exposto, entende-se que o estudo trouxe subsídios e, ao mesmo tempo, colaborações para novas reflexões/investigações sobre a abordagem das questões ambientais nos cursos de graduação em enfermagem. Sendo assim, embora apresente as limitações dos estudos de natureza qualitativa, a pesquisa pôde desvendar concepções até então, segundo os sujeitos, raramente construídas de maneira formal pelo enfermeiro docente consigo mesmo e no âmbito laboral, evidenciando a necessidade de os docentes empreenderem maiores reflexões sobre o tema, assim como atividades interdisciplinares, para um socioambiente mais saudável.

REFERÊNCIAS

BACKES, M. T. S.; ERDMANN, A. L.; BACKES, D. S. Cuidado ecológico: o significado para profissionais de um hospital geral. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307023834011>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BAGGIO, M. A.; CALLEGARO, G. D.; ERDMANN, A. L. Significando o cuidado ecológico/planetário/coletivo/do ambiente à luz do pensamento complexo. **reme – rev. min. enferm.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan. a mar. 2011. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/site_novo/modules/mastop_publish/files/files_4e1dbbb6670cc.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BESERRA, E. P. et al. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 5, set. a out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/26.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde. **Textos Básicos em Saúde**, Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRUZOS, G. A. S. et al. Meio Ambiente e Enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/17.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CAMPONOGARA, S. **Um estudo de caso sobre a reflexividade ecológica de trabalhadores hospitalares**, 2008. 277 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMPONOGARA, S. et al. Nurses involved in management of hospital residues: a descriptive study. . **Online braz j nurs.**, Niterói, v.11, n. 2, aug. 2012. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3621>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FREITAS, C. M. **Um equilíbrio delicado: crise ambiental e a saúde no planeta**. Rio de Janeiro: Garamont, 2011. 152 p.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Reimpressão 2010. 124 p.

FREITAS, L. V. et al. A ética do cuidado de enfermagem diante da crise ambiental. **Online braz j nurs.**, Niterói, v. 11, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3833>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

GESSNER, R. et al. O manejo dos resíduos dos serviços de saúde: um problema a ser enfrentado. **Cogitare Enferm.**, Curitiba, v. 18, n. 1, jan. a mar. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/31316/20023>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

GOUVEIA, N.; MIRANDA, A. C. Rio+20: (In)Sustentabilidade e Saúde Coletiva. Editorial. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a01.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

JACOBI, P. R.; GUERRA, A. F. S.; SULAIMAN, S. N.; Nepomuceno, T. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, jan. a abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a08.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

KOERICH, M. S. et al. O significado do cuidado ecológico para estudantes e professores da área da saúde: estudo qualitativo. **Online braz. j. nurs.**, Niterói, v. 9, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2010.2781>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 494 p.

LIMA, M. M. et al. Concepções de estudantes de enfermagem sobre a integralidade do cuidado à saúde. **Cienc Cuid Saude.**, Maringá, v.11, n. 2, abr. a jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/12822/pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

RAMOS, Y. S. et al. Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviços de saúde de João Pessoa (PB, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n8/a23v16n8.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SARI, V. **A educação ambiental em uma instituição hospitalar: possibilidades e desafios.** 2012. 235 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SIQUEIRA-BATISTA, R. et al. Ecologia na formação do profissional de saúde: promoção do exercício da cidadania e reflexão crítica comprometida com a existência. **Revista brasileira de educação médica**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33n2/15.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SOARES, S. G. A. et al. O que pensam os enfermeiros sobre a problemática ambiental. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/1154/pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SOUZA, C. M. N.; FREITAS, C. M.. O saneamento na ótica de profissionais de saneamento-saúde-ambiente: promoção da saúde ou prevenção de doenças? **Eng. sanit. ambient.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan. a mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v13n1/a07v13n1.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

VARGAS, L. A.; OLIVEIRA, T. F. V. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr. a jun. 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n3/v15n3a21.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

**ARTIGO 3 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM**

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM

RESUMO

Objetivo: descrever a percepção de educação ambiental e sua relação com a formação profissional em enfermagem, para os enfermeiros docentes. **Método:** estudo exploratório-descritivo, de natureza qualitativa, realizado nos Cursos de Graduação em Enfermagem de algumas Instituições de Ensino Superior Federais do Rio Grande do Sul. A pesquisa ocorreu entre os meses de janeiro e abril de 2013. Como técnicas de coleta de dados, analisaram-se os Projetos Pedagógico dos Cursos de Enfermagem das IES e realizaram-se 17 entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados esteve orientada pelo referencial de análise de conteúdo. **Resultados:** as concepções de educação ambiental apresentaram-se complementares, sendo essa entendida como intrínseca às relações homem/ambiente, embora, por momentos, tenham emergido perspectivas mais naturalistas. Visualizou-se também a necessidade da temática ser abordada com base no contexto e/ou cultura de determinada população. Assim, entende-se que a educação ambiental é abordada na formação profissional em enfermagem, embora seja incipiente. Essa constatação foi reforçada pela análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, onde as questões ambientais compreendem pouco espaço na estrutura curricular. **Considerações:** para que existam aproximações entre a EA e a formação em enfermagem, necessita-se construir um pensamento ambiental interdisciplinar, pois, caso contrário, se estará incorrendo no risco de abordagens fragmentadas, desarticuladas e que não estimulem a reflexão da problemática na sua complexidade.

Descritores: Enfermagem; Educação Ambiental; Educação Superior; Docentes.

INTRODUÇÃO

Frente às mudanças socioambientais ocorridas desde os primórdios da civilização, mas percebidas e estudadas com maior intensidade a partir do século XX, percebe-se a necessidade de sensibilização dos diferentes atores sociais para a construção de mudanças na relação homem/ambiente. Objetivando, justamente, a alteração da relação citada, surge a Educação Ambiental (EA), originalmente pensada em meados dos anos 70 como ferramenta capaz de construir um novo paradigma social pautado na sustentabilidade ambiental.

A EA, segundo Leff (2011), é então compreendida como uma educação voltada para a edificação de um saber ambiental diferenciado, que problematiza o conhecimento fragmentado, excedendo as limitações das ciências naturais, e que seja, ainda, capaz de construir um campo teórico-prático orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza. Essa educação deve também, formar valores, habilidades e capacidades para construir o caminho para a sustentabilidade, através de um processo dinâmico, integrativo, transformador, participativo, abrangente, permanente e contextualizado.

Dessa forma, EA poderia se constituir na forma como, a problemática ambiental e seus desdobramentos complexos, se organizariam em temas de discussão nos diferentes setores da sociedade e no meio educacional, de maneira formal ou informal. Entretanto, alguns estudos evidenciam que a temática não tem encontrado consenso quanto a sua abordagem e seus fundamentos básicos nos diferentes níveis educacionais, evidenciando-se como lacuna na formação profissional no ensino superior ou, quando está presente, mostra-se pautada em concepções reducionistas (MANEIA; CUZZUOL; KROHLING, 2013; MORALES, 2010; SCHULZ et al., 2012).

Nessa vertente, torna-se preocupante a atenção destinada, pelo ensino superior, à EA, principalmente naqueles cursos que compreendem uma estreita relação com o tema, como por exemplo, a enfermagem. Tal profissional, que tem como objeto de trabalho o cuidado nas suas diferentes dimensões, carrega consigo a responsabilidade de refletir e agir em prol de um ambiente sustentável, tendo em vista que cotidianamente encontra-se impactado, no seu labor, pelas alterações globalizantes no campo político, econômico, social, cultural e ambiental, através dos efeitos drásticos na saúde humana individual e coletiva (SILVA, 2008).

Dessa maneira, fica evidente a necessidade de articular conhecimentos interdisciplinares, na busca de uma formação profissional em enfermagem ambientalmente

sensível, agregando à temática, valores de criticidade e reflexão já previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Enfermagem quando descreve o perfil profissional almejado (BRASIL, 2001). Contudo, para isso, faz-se necessário que os educadores estejam engajados com a temática, pois são esses os responsáveis pelas propostas, mudanças e transformações curriculares e educativas na graduação (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

A partir do exposto, algumas dúvidas instigam o imaginário sobre a temática, como por exemplo, a forma com a qual tem sido abordada a educação ambiental na formação profissional em enfermagem e como os enfermeiros docentes percebem a EA e suas interfaces com a formação. Aproximar os educadores da discussão constitui-se em condição essencial para o potencializar de sua ação educativa, expondo-os ao diálogo e à participação, ao mesmo tempo em que reafirmam seu compromisso perante ao futuro enfermeiro e à sociedade (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009; MANEIA; CUZZUOL; KROHLING, 2013).

Tem-se então, como questão de pesquisa do presente estudo: qual a percepção de educação ambiental e sua relação com a formação profissional em enfermagem, para os enfermeiros docentes dos Cursos de Enfermagem de Universidades Federais do Rio Grande do Sul. Assim, apresenta-se como objetivo desse manuscrito: descrever a percepção de educação ambiental e sua relação com a formação profissional em enfermagem, para os enfermeiros docentes.

MÉTODO

Este estudo, exploratório-descritivo e de abordagem qualitativa, realizado em 5 Cursos de Graduação em Enfermagem de IES Federais do RS (Fundação Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte/UFMS-CESNORS; Fundação Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA; Universidade Federal de Pelotas/UFPEL; Universidade Federal de Rio Grande/FURG; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS), com enfermeiros docentes.

O período de realização da pesquisa ocorreu entre os meses de janeiro e abril de 2013. Para dar início a coleta de dados foi realizada uma busca do número de docentes que cada IES possui, nos seus respectivos endereços eletrônicos, estabelecendo-se, após, o contato com as

diferentes IES para atualização das informações. Para inclusão dos sujeitos na pesquisa foram considerados os seguintes critérios: ser enfermeiro docente efetivo da instituição pesquisada e estar há mais de um ano no cargo de docente. Os critérios de exclusão foram: estar afastado por qualquer tipo de licença ou férias e ter algum vínculo com o presente projeto, no período de coleta de dados.

Foi realizado um sorteio, pelo próprio pesquisador, para seleção dos sujeitos, quando de posse da listagem dos enfermeiros docentes de cada IES. Essa operação permitiu a manutenção do rigor no processo de eleição dos participantes, considerando a aleatoriedade com que eram selecionados, aplicando-se também, posteriormente, os critérios de inclusão e exclusão. O número de participantes por IES foi pensado a partir de uma previsão de três sujeitos em cada instituição, entretanto, a definição obedeceu ao critério de saturação de dados, tendo em vista que eram realizadas transcrição, leitura e análise dos dados concomitantemente a coleta. Sendo assim, entrevistou-se, ao todo, 17 sujeitos, sendo que três instituições participaram com três enfermeiros docentes, cada uma, e as outras duas tiveram quatro integrantes cada.

Anteriormente à entrevista, foram analisados os Projetos Pedagógico dos Cursos selecionados, no intuito de dar suporte para possíveis questionamentos e observações durante a entrevista e, posteriormente, na análise dos dados. Dessa maneira, foram extraídos os seguintes dados dos documentos: perfil da IES; perfil do curso; conceitos utilizados; disciplinas do curso; ementa das disciplinas que versam sobre a temática; e informações adicionais conforme disponível no modelo de PPC.

Utilizou-se a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas: em locais livres de interferências; pelo próprio pesquisador; com captura somente de áudio; e através de um roteiro pré-definido com tópicos/questões que tratavam sobre a concepção de educação ambiental do sujeito e a visão do mesmo sobre a abordagem do tema na formação profissional em enfermagem, dentre outras que compõem manuscritos diferentes.

Com o intuito de resguardar o anonimato dos participantes, as entrevistas foram identificadas pela letra “E”, correspondente a enfermeiro, seguida de um número aleatório. O tratamento dos dados esteve referenciado pela análise de conteúdo de Bardin (2011), resguardando-se a seguinte estrutura: Pré-análise ou reunião do *corpus* de análise, onde eram transcritas e organizadas as falas dos docentes; exploração do material com leitura exaustiva a fim de captar os conteúdos existentes nas falas; tratamento dos resultados obtidos com a

categorização das ideias semelhantes; e interpretação com a discussão dos dados à luz da literatura atual.

A pesquisa foi submetida à aprovação dos Chefes de Departamento dos possíveis cursos participantes do estudo. Foi ainda, registrada no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), através da Plataforma Brasil e, posteriormente, avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da UFSM, de modo que essa somente teve início após a obtenção do parecer favorável (CAEE Nº 12192612.0.0000.5346).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva de que vivenciamos um momento de transição é fato ilustrado por diferentes autores da atualidade, dentre eles Leff (2011), quando ressalta que o desenvolvimento da sociedade adquiriu características, que extrapolam as possibilidades de compreensão e resolução da visão disciplinar e setorial de mundo. Deste ponto na história, também chamado de crise (do ambiente, do pensamento, da economia, da política, da cultura), surge a necessidade de revisão das posturas e valores construídos, até então, pela sociedade, que, na busca do desenvolvimento, acabou fragmentando o conhecimento, andando na contramão do enfoque sistêmico e do saber holístico, tão necessários para superação das problemáticas atuais (LEFF, 2011).

Dessa forma, para que haja uma reorientação ou transformação do que está posto, torna-se necessária a mudança das consciências e dos comportamentos humanos em direção a um cuidado socioambiental que perceba homem e ambiente como apenas um. Para a reconstrução dessa forma de perceber, sentir, olhar, ser, surge a educação ambiental, enquanto processo estratégico sensibilizador de uma nova ética, que oriente os valores e comportamentos sociais no caminho da sustentabilidade (LEFF, 2011).

Contudo, a EA aparece em uma realidade marcada pela tradição naturalista, o que evidencia a necessidade de empreender esforços na busca da superação dessa condição, libertando-a de uma concepção estritamente ecológica para uma condição que entenda a vida social e ambiental como sendo uma interação permanente, complexa e mutável (CARVALHO, 2004). Assim, para que a educação ambiental esteja estruturada na busca de

uma nova compreensão de mundo e mudanças de comportamentos, necessita-se, inicialmente, conhecer sob qual perspectiva está assentado o conhecimento de EA daqueles que, enquanto atores sociais, se utilizam dela de uma forma ou de outra, formal ou informalmente. Tal perspectiva ganha maior envergadura quando esses atores são educadores, tendo em vista sua responsabilidade não só frente ao educando, mas sim à sociedade, onde é visto como exemplo a ser seguido e fonte de conhecimento.

Com base no exposto, os sujeitos da pesquisa foram instigados a refletir sobre suas perspectivas e conhecimentos da educação ambiental, analisando, ainda, os vínculos que a mesma tem com a formação profissional em enfermagem. A partir dos resultados dessas questões, organizou-se duas categorias: **a multiplicidade de concepções sobre a educação ambiental**; e **a educação ambiental na formação profissional em enfermagem**.

A multiplicidade de concepções sobre a educação ambiental

No intuito de organizar a apresentação dos resultados e discussão, conforme a construção do pensamento desenvolvida pelos sujeitos, a presente categoria foi diluída em subcategorias, quais sejam: educação ambiental nas relações homem/ambiente; o preservacionismo na educação ambiental; a educação ambiental a partir do contexto e cultura; e a educação ambiental que movimentava valores.

Os sujeitos do estudo concebem a EA como sendo a forma de o ser humano se relacionar com o ambiente, de modo que esse relacionamento pode gerar mudanças nas condições de saúde. O vínculo estabelecido também é compreendido como a reflexão que as pessoas fazem de si em relação ao ambiente, ou seja, como elas se percebem no ambiente, como analisam o ambiente a sua volta e se entendem nele. Dessa maneira, **a Educação ambiental nas relações homem/ambiente** pode ser evidenciada nos trechos a seguir:

[...] Então, a relação que a pessoa tem como o meio ambiente e como essas relações podem intervir na sua saúde, o que pode influenciar ou estar mais afetado e o que não. (E2)

[...] a forma como eu me relaciono com o meio ambiente em termos de natureza [...] o investimento que tu faz para pensar na tua relação entre tu, pessoa física, e tudo o que te cerca, sejam elas coisas vivas, tipo plantas, animais ou a água, enfim, terra. Acho que inclui tudo, inclui também as questões de ambiente, organização das cidades, pensando nas barreiras arquitetônicas agora. Então as questões de educação ambiental também estão nas edificações, para facilitar o acesso das pessoas com problemas, para facilitar a vida das pessoas ao atravessar uma rua, ou circular em

uma calçada. As barreiras que tu encontra de uma pessoa que tenha dificuldade, cega que tenha um poste no meio [...] mas eu acho que a educação ambiental mais proximal da gente é tu pensares essas questões de como tu te relacionas com o mundo que te cerca, eu acho que é isso. (E7)

Educação ambiental, eu entendo como o que a gente pode estar fazendo para manter ou melhorar o ambiente ou espaço, de modo que ele favoreça a saúde das pessoas [...] Então eu acho que a parte de educação é no sentido de a gente estar estudando, estar discutindo e de estar trazendo as orientações, naquele espaço, que seria o melhor para aquela população, ou que afetaria menos aquela população. Eu vejo nesse sentido, de discussão, de análise, de reflexão e de orientação, um conjunto mesmo de coisas relacionadas ao termo específico, que no caso aqui é o ambiente que a gente está falando. (E9)

Acho que é, mais ou menos, a gente poder trabalhar as questões do ambiente e como essas questões se relacionam com a vida das pessoas [...] (E17)

A educação ambiental emerge justamente da necessidade de uma nova maneira de se relacionar com o mundo, perspectiva corroborada pelas concepções dos docentes. Destaca-se, ainda, que os sujeitos não limitam essa inter-relação, unicamente, aos aspectos naturalísticos de ambiente, concebendo suas ideias de relacionamento a partir de uma perspectiva socioambiental, pensando a organização das cidades, a construção do conhecimento pela discussão, análise e reflexão, e o vínculo com a saúde.

Entender a EA a partir do relacionamento homem/ambiente, permite que se explorem campos de conhecimento, muitas vezes, obscurecidos pelo modelo socioeconômico contemporâneo, em que não é instigada a crítica ao potencial destrutivo da produção em massa e do consumismo, por exemplo. Nesse panorama social, o que se verifica são estratégias de manutenção da lógica de dominação do homem sobre a natureza, com ideais de sustentabilidade que não movimentam efetivas mudanças, mas apenas mascaram a real vertente dos problemas, onde as alternativas sociais já não dão mais conta dos desafios postos pelo tempo (CRUZ; BIGLIARDI, 2012).

Por isto, como estabelecido nas Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, a EA deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho e o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista (BRASIL, 2012). Assim, pensar a EA como os sujeitos propõem, entendendo-a numa rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais (CARVALHO, 2004), mostra-se como resposta profícua às demandas atuais.

A incorporação dessa perspectiva crítica da problemática ambiental, através da educação ambiental, na enfermagem, pode proporcionar justamente o que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem prevêm em seu ideal do perfil profissional, quando colocam a necessidade de formar um enfermeiro crítico e reflexivo (BRASIL, 2001). Dessa

forma, proporciona-se à enfermagem a possibilidade de ampliar seu objeto, tornando-o mais abrangente e integrador, além de desenvolver no graduando a compreensão das relações vitais do complexo ser humano/ambiente, capacitando-o para melhor atuar na busca da qualidade de vida dos seres humanos e sustentabilidade de biotas naturais e sociais (LOPES; XIMENES, 2011).

Esta proposta é compreendida, por Jacobi, Tristão e Franco (2009), como uma educação reflexiva e engajada, que deve estar centrada nos *saberes e fazeres* construídos *com* e não *para* os sujeitos aprendentes e ensinantes, onde a educação ambiental difere substancialmente da informação ambiental. Tal perspectiva tem ainda como foco o instaurar de mudanças efetivas na realidade, através, justamente, da tessitura de um conhecimento crítico e intencionalmente engajado.

Entretanto, o viés mais potencialmente ecológico também é visualizado nas concepções docentes, evidenciando alguns pensamentos onde prepondera o **preservacionismo na educação ambiental**. Salienta-se que, frente a essa perspectiva, de certa forma, qualquer iniciativa ética e coerente com os pressupostos ambientalmente responsáveis é válida, embora seja importante a contextualização situacional do contexto ecológico na atualidade (MANEIA; CUZZUOL; KROHLING, 2013). Com isso, os recortes abaixo exemplificam essa subcategoria.

[...] eu acho que é uma educação voltada para preservar o ambiente, de não destruir [...] que tu tenhas verde, acho que ter grama, eu falo grama porque me lembro sempre do “acimentado”, separar o lixo, cuidado com a água [...] tem que correr atrás sempre, e acho que ter a preocupação em preservar, não destruir, não deixar lixo nas praias, onde você andar, onde tu estiveres, ou qualquer coisa desse tipo [...] (E4)

[...] respeitar tudo aquilo que tu tens de graça, digamos assim, em termos de ar, solo, água, até quando tu pensas em como tu vai circular por uma determinada cidade, e o que tu vai deixar para trás quando tu vai fazer um acampamento, tu vai deixar tuas coisas lá, então acho que é uma questão de respeito e modo de vida com a natureza, nesse sentido de natureza água, ar e enfim solo. E na educação ambiental também essa questão de responsabilização por aquilo que tu produz em termos de lixo [...] e como é que isso vai impactar na vida de outros, não só de outras pessoas, mas dos seres do planeta, aí pensa aquele exemplo da pontinha de uma garrafa que tu vai jogar na água, que a baleia ou a tartaruga vão achar que é comida e que vão. Sai de uma pequena coisa que tu atira aqui hoje pode parar na barriga de alguém [...] (E7)

Acho que tem que ter, tem que ter esse componente assim, ecológico, dos recursos naturais que a gente tem que preservar, não só para a geração futura, mas para o nosso bem estar agora. Se eu vivo em uma cidade com poucas árvores eu sinto falta [...] e se eu vou para uma cidade que as árvores foram cortadas eu sinto falta daquilo, o ambiente não é tão agradável como aqui, então a questão ecológica, a questão do uso dos recursos naturais [...] (E12)

As perspectivas de educação ambiental encontram-se mais vinculadas, nesse momento, às ações preservacionistas, de fundamental importância no contexto de crise socioambiental em que nos encontramos, mas que não podem ser o ponto final das reflexões sobre a relação homem/ambiente. A responsabilidade quanto à preservação dos espaços naturais é intrínseca a toda sociedade, pois este valor representa não somente a manutenção da natureza intocada, mas também a condição de existência na terra, de saúde, de cultura, de respeito ao próximo e tantos outros entrelaçamentos que provem do cuidado com o ambiente.

As expressões utilizadas pelas pessoas, nesse caso os participantes, podem, por vezes, demonstrar o quão enraizado está o viés econômico que o ambiente detém para a sociedade moderna. A representação dessa perspectiva é encontrada na manifestação de E7, que ao conceituar a EA, expressa que é também “respeitar tudo aquilo que tu tens de graça”. Embora se perceba que a ideia central do recorte é a manutenção do ambiente natural equilibrado, eximindo-se a análise de qualquer forma pejorativa de olhar os dados, destaca-se que as terminologias econômicas adentram no mundo ambiental, empregando-lhe valor financeiro mesmo quando o objetivo é defendê-lo.

Estudos recentes também têm evidenciado que as concepções de EA encontram-se, majoritariamente, embasadas por perspectivas naturalísticas por outros atores sociais, como por exemplo, licenciados e professores de ensino fundamental e superior das ciências biológicas, assim como discentes de pedagogia (BOER; SCRIOT, 2011; SCHULZ et al., 2012). Nesses estudos, os sujeitos direcionavam a EA para os aspectos físicos do ambiente, enfatizando a necessidade de conservação da quantidade e da qualidade dos recursos naturais como a água, o solo, a energia, as plantas, os animais e tudo o que pode ser obtido deles.

Outro problema, que pode influenciar a forma como as pessoas apreendem a EA, pode estar relacionado aos documentos que tratam da temática, onde, segundo Cruz e Bigliardi (2012), comumente reforça-se a perspectiva do aspecto biológico ou ecológico do ambiente, representando um entrave, até mesmo, para o alcance dos objetivos da própria Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999). Essa visão naturalizada e com certo viés antropocêntrico, pode ser facilmente apreendida, por exemplo, nas próprias DCN da enfermagem e na Lei Nº 8.080 que regulamenta as ações e serviços da saúde no âmbito nacional e direciona as atividades educacionais na saúde, pois ambos os documentos comumente referem-se ao ambiente como algo a ser tratado para a garantia da saúde humana, o que dificulta ainda mais a possibilidade da área da saúde, inclusive enfermagem, de direcionar um olhar mais complexo para a questão (BRASIL, 1990, 2001). Tal constatação é corroborada por Leff (2011), ao apontar que, dessa maneira, restringindo o ambiente ao

natural, se está engessando o conceito de ambiente e o pensamento da complexidade para a formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos.

Noutra vertente, alguns enfermeiros docentes realizaram conexões entre a atenção para o contexto, a cultura de um determinado local e a EA. Tais sujeitos resgataram, de algum modo, a ideia de pertencimento ao espaço onde se vive, responsabilizando-se por ele e cuidando-o. Essa subcategoria pode então ser denominada como **a educação ambiental a partir do contexto e cultura**.

[...] seja nas questões de saúde e ambiente, ou nas questões de cidadania e ambiente. Então a promoção da saúde voltada para a saúde do próprio indivíduo e a promoção da saúde em que o indivíduo se responsabiliza pelo próprio ambiente em que ele vive. Então eu percebo dessas duas maneiras, que pode existir educação ambiental tanto nesse sentido, o foco no indivíduo como sujeito e o foco no indivíduo como aquele que é o agente. Então, pode ser trabalhada em todos os espaços. Eu acredito que não só na área de saúde, mas em todos os espaços, desde a pré-escola, desde o núcleo familiar, desde as relações da sociedade e o enfermeiro. Nesse contexto, têm essa conexão com a sociedade de uma maneira muito forte, tanto, todos os espaços, na unidade básica, no hospital, nas próprias escolas quando ele atua junto com a educação ambiental com a criança, fazendo a relação entre saúde e ambiente. Então ele pode tanto agir no sentido de “educar as pessoas” como formar multiplicadores. (E11)

Educação ambiental para mim significa trabalhar com a comunidade para cuidar do ambiente onde ela vive. Então é olhar para aquela comunidade, conhecer o contexto, como que ela vive, e trabalhar com ela no sentido de que as práticas que ela está fazendo e não insiram o ambiente, sejam modificadas por práticas mais saudáveis de cuidado com o ambiente. (E15)

As concepções incluem a necessidade que a EA tem de conhecer e trabalhar o contexto em que determinada pessoa, família, comunidade, população, reside e interage, embora considerar as interfaces com o âmbito global também sejam fundamentais. Os docentes acrescentam ainda, especialmente E11, embora de maneira pouco explícita, a ideia de que o enfermeiro deve se utilizar dos espaços de saúde para propiciar a reflexão sobre as questões ambientais, utilizando a EA como ferramenta estratégica para isso.

O vínculo entre EA e a educação em saúde, percebida pelos docentes, mostra-se enriquecedor, tendo em vista a interdependência saúde e ambiente. Embora, para isso, se necessite da construção de abordagens educacionais, na formação profissional em enfermagem, que instiguem o educando a pensar essas questões.

A visão do contexto como parte integrante da EA também é percebida no estudo com licenciandos e professores das áreas biológicas, onde é dado enfoque no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades sobre a ciência ambiental, sendo o ambiente o objeto de conhecimento (SCHULZ et al., 2012). Tal concepção, que é apresentada pelos enfermeiros docentes e os sujeitos do estudo de Schulz et al. (2012), surge como uma forma de

intervenção pela busca de soluções para problemas socioambientais locais, onde a comunidade, ao perceber-se responsável pelo meio em que vive, assume o papel de ator principal do processo de mudança, tornando-se possível multiplicadora dessa relação com o mundo para os outros.

Na visão de Jacobi, Tristão e Franco (2009), a intenção da EA, na comunidade, pode ser entendida como um estímulo para *sonhar* o bairro onde se vive e constroem os planos de ação coletivos, fomentando práticas associativas de cooperação, mobilização e participação, em processos capazes de instaurar pactos entre os protagonistas locais e desenvolver relações de confiança mais solidárias e horizontalizadas. Assim, a questão ambiental configura-se em um fator mobilizador da solidariedade planetária, criando uma simbiose entre local/global pelo seu poder de partilhar com diferentes sujeitos, coletivos e contextos, ações com princípios éticos e humanistas, numa perspectiva que transcende fronteiras (TRISTÃO, 2012).

Dessa forma, torna-se necessário que o enfermeiro busque um caminho para a estruturação das ações coletivas, identificando a realidade com base, também, no bem-estar ecológico (BESERRA et al., 2010). Tal perspectiva poderá ainda fornecer, ao enfermeiro, um meio de aproximação com a comunidade, no intuito do cuidado com o espaço e a saúde socioambiental, reforçando o sentido de pertencimento e valores de solidariedade.

Os participantes, ainda tecendo concepções sobre a EA, expõem que também pode ser entendida como uma mudança nas relações sociais, onde a valorização do outro, a solidariedade, o compartilhamento e a interdependência assumem papel central para o cuidado com o ambiente. Ou seja, em uma sociedade na qual o homem não respeita a si mesmo, possivelmente, não respeitará o ambiente ao qual pertence. Essa perspectiva caracteriza-se como a subcategoria denominada **a educação ambiental que movimenta valores**, como demonstram as seguintes falas:

Eu não sei se é possível falar em educação ambiental fora da educação de uma forma geral. Eu vejo educação ambiental muito ligado à organização social de uma forma geral, eu acho que a educação ambiental, com práticas mais organizadas, mais voltadas para esse movimento tanto da sociedade como das instâncias de formação propriamente ditas, ela tem o potencial de gerar mudanças e transformações sociais [...] criar uma sociedade mais solidária, com ética da solidariedade, do compartilhamento, do uso consciente de recursos. A questão não é se eu tenho dinheiro ou não tenho dinheiro, a questão é realmente o que se precisa, o que a gente precisa?! [...] Então eu acho que a educação ambiental pode contaminar para a gente ser melhor mesmo, assim, eu acho isso, eu acho que é muito importante na verdade [...] (E6)

[...] eu acho que ela inclui certamente a educação das crianças também, que a gente tem que educar as crianças para preservarem o seu ambiente, mas para elas também se darem conta de outras dimensões desse ambiente. Não só ver o ambiente como a questão ecológica, do lixo, da água, do controle da água, da luz, mas também assim,

como eu te disse antes, do respeito entre as pessoas, de eu ter paciência, de ser justa com os outros. Se eu tenho o direito a uma coisa o outro também tem, o direito não é só meu. Então essas coisas, as crianças não estão mais sendo educadas assim, e isso já está se refletindo, e vai se refletir cada vez mais, no ambiente físico, porque se a gente não se respeita entre si, entre as pessoas, a gente não respeita mais nada. “Tudo está a nosso serviço, eu sou o centro do mundo, o resto que gire em volta de mim”, então a educação ambiental, ela é um conceito, ao meu ver, assim, um conceito muito amplo, muito abrangente, ela perpassa muitas áreas, não é só esse ambiente físico que a gente está acostumado a ver, assim, a identificar como ambiente mesmo, aquela coisa visível. O ambiente tem muitas coisas que tem redes invisíveis também, e a educação deveria contemplar essa parte também [...] (E12)

[...] vou dizer assim, nossos valores morais, a responsabilidade, compromisso, a solidariedade, até mesmo, a própria interdependência, eu acho entre os seres humanos, os seres vivos, acho que seria assim [...] tenha um compromisso com o planeta, que eu seja responsável, eu não vou fazer coisas que vão me trazer prejuízos, pelo contrário, para o futuro, eu vou ter uma consciência. Então eu acho que em relação a isso, a questão da ética, como eu disse. Veja assim, para mim, eu uso muito a questão do modo como a gente vai se posicionar em relação a isso, de um conceito [...] e que eu possa não ferir aquilo que eu penso, então que eu possa exercer a minha autonomia, não é fazer o que eu quero e só, é levando em consideração essa interdependência dos outros também, então considerar os outros. Eu acho que então, quando a gente pensa assim, o próprio livro da “teia da vida” diz assim “que nós vivemos em uma rede, em uma teia de relações entre as pessoas”, e eu diria que seria toda essa preocupação. Então para que as coisas fluíssem melhor, para que desse certo, para que a gente pudesse cuidar do planeta, para que a gente cuidasse um dos outros. Então, enquanto seres humanos, não só no cuidado da saúde, da assistência lá da enfermagem, mas cuidado no sentido do respeito ao outro, da solidariedade, do modo de ser [...] (E16)

Os docentes concebem, reiteradas vezes, a EA como um conjunto de valores que a sociedade deve construir ou reconstruir, para que seja superada a crise ambiental. A partir das falas, entende-se que, para além, das ações de preservação ambiental, do conhecimento da problemática e do cuidado com o contexto local e global, é necessária a educação pautada na superação da sociedade individualista, consumista, corrompida pelo valor financeiro e pelo poder, que segrega o homem do outro e do ambiente.

A construção de valores que integrem o ser humano e o sensibilizem para relações mais cuidadoras e amistosas com o meio, está entre os objetivos da educação ambiental. Seu grande desafio é engajar os diferentes sujeitos na construção de uma cultura cidadã, ética e socialmente responsável, que pense a solidariedade e a justiça ambiental como faces de um mesmo ideal da sociedade, amadurecendo valores e visões de mundo que instiguem as responsabilidades individuais e coletivas (CARVALHO, 2004).

Para isso, a EA deve ser a propulsora do que Leff (2011) denomina por Saber ambiental, ou seja, aquele que excede as “ciências ambientais”, enquanto conjunto de especializações que incorporam enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais, para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais, como observado pelos sujeitos do estudo. Tal concepção é reforçada pelas Diretrizes Nacionais para

EA, ao entender que a EA visa à construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído (BRASIL, 2012).

Dessa maneira, despertar valores de responsabilidade, na formação em enfermagem, torna-se condição fundamental para que esses profissionais sensibilizem-se com as demandas sociais que se apresentarão no decorrer de suas carreiras. Essa formação deve ainda ser empregada como um processo permanente e contínuo, que possibilite, aos sujeitos, a construção de valores políticos, de criticidade, de reflexão e compromisso com a transformação do atual cenário de crise socioambiental. Nesse sentido, é imprescindível, ainda, nessa estrutura, a constituição do próprio educador, que para despertar tais valores necessita estar sensibilizado com o tema (MORALES, 2010).

Entendendo-se a EA como processo de educação permanente e contínuo pautado na construção de valores, destacam-se algumas concepções dos enfermeiros docentes, em que os mesmos não entendem que seja na formação profissional o principal momento de se empregar a EA. Os recortes de falas a seguir ressaltam a ideia de que a EA deve ser algo inerente do indivíduo, necessitando, primeiramente, “vir de casa”.

Acho que educação ambiental é uma coisa que deveria vir de casa, de criança, não deveria ser, chegar aqui na universidade e fazer uma disciplina de educação ambiental [...] (E3)

[...] acho que é uma coisa que vem lá de berço, a questão da, dessa educação ambiental. Então eu acho que para mim é isso, é uma coisa que vem de berço e que, não que as pessoas não possam aprender, elas podem aprender, e eu estou aprendendo, mas é uma coisa assim, a educação não pode ser imposta, tu colocas para a pessoa e ela vai ver o que é certo e o que é errado, a decisão é dela. Então eu acho que é uma coisa que vem assim, é de uma vida, tudo bem que tu podes mudar, “eu não fiz e posso fazer”, mas eu acho que é uma coisa da vida toda, tu és educado ou tu não é educado, e não só educado na questão do ambiente, educado em todos os sentidos, com uma pessoa, como tu se porta com uma pessoa, a maneira como tu trata uma pessoa, então é a mesma coisa que está relacionada com a questão do ambiente. (E5)

[...] entendo que a gente tem coisas que iniciam, se forem trabalhadas com a criança, elas vão modificar o comportamento da criança e também influenciar o comportamento dos pais. Então acho que a educação deveria ser não só abordada, acho que, na área da enfermagem, da saúde, mas ela tem um papel importante de ser abordada lá, no ensino fundamental, no médio, porque isso faz, independente da profissão, essa relação com o ambiente vai estar sempre estabelecida [...] então várias profissões, elas são intimamente afetadas e ligadas, mesmo que as pessoas pensem “ah, para que precisar saber disso?!”, mas se a gente pensar na questão da engenharia, “ah, construir um prédio” bem, mas se ele não estiver pensando em uma energia limpa, se ele não estiver pensando em um descarte, em um aproveitamento de água [...] a gente tem que pensar nisso, na questão da estrutura, várias profissões são afetadas pela questão do ambiente. Então acho que isso teria que ser uma

discussão também dentro da formação de várias profissões que permeasse, para que as pessoas possam discutir, e isso através da educação ambiental, no meu entendimento tem que começar no ensino fundamental e médio e depois dentro da formação profissional ela também tem que permear [...] (E17)

A partir do exposto, visualiza-se que alguns docentes acreditam que a EA deve ter seu princípio nos estágios escolares anteriores ao ensino superior. Por vezes eles deixam transparecer também, que seria na educação fundamental e média que se dá a constituição do sujeito ambientalmente sensibilizado.

Outra perspectiva, exposta pelos participantes, está na ideia de que a EA precisa estar presente em outros cursos de formação profissional. Tal visão é entendida como fundamental, pois, segundo Leff (2011), a EA é justamente concebida no processo interdisciplinar e na construção de novos saberes holísticos para a compreensão da realidade. Ou seja, o enfrentamento da problemática ambiental pressupõe uma intervenção interdisciplinar e intersetorial, sendo, dessa forma, todos os setores da sociedade corresponsáveis no processo, na tomada de decisões e nos resultados da dita intervenção (VARGAS; OLIVEIRA, 2007). Assim, pensar a EA na formação de alguns atores sociais e outros não, seria reduzi-la à fragmentação do conhecimento.

Sendo assim, Morales (2010) corrobora com a perspectiva levantada pelos sujeitos do estudo, ao entender que a EA realmente tem sua origem na educação familiar, pois, muitos que tiveram a sua infância aberta para as discussões ambientais, poderão estar envolvidos ou mais sensíveis, afetivamente, à causa socioambiental. Entretanto, o autor ressalta que, essa educação deve estar presente em toda a vida, pois dizer que ela inicia na educação familiar ou escolar primária, não significa entender que deva limitar-se a esse momento da vida, mas sim que seja o ponto de partida, devendo, então, ser contínua e permanente nos diferentes espaços e estágios da educação formal e informal.

A continuidade da EA na formação profissional, para além da sua presença na educação básica, foi também resultado das percepções de alguns sujeitos, conforme evidenciam as falas a seguir:

Acho que a educação ambiental ela passa em todas as fases da vida, a vida inteira, não é só para criança, acho que todas as fases, na escola, se tu pensar em primeiro, segundo e terceiro grau e resto da vida [...] (E4)

Educação ambiental é isso, acho que é tu investir na formação das pessoas, desde as crianças, até os mais idosos, em todo o teu processo de vida [...] (E7)

Eu acho que educação ambiental é uma educação da vida e é uma responsabilidade de todos, é uma mudança de comportamento [...] acho que parte da família, parte da escola. Acho que todo o momento é o momento em que se pode fazer a educação

ambiental, com mudança de comportamento, com dicas, com responsabilidade de todos [...] (E8)

O momento, lugar, dedicação, amplitude, enfim, as condições para a realização da EA, poderiam ser resumidas ao que os sujeitos do estudo expõem nas manifestações anteriores, entendendo que a educação aqui discutida deve ser uma educação para a vida. Com isso, a EA ganha o *status* de educação intrínseca ao viver humano, mas que pode ser despertada com requintes de responsabilidade, pertencimento e sensibilidade, ao invés de cuidados pontuais que objetivem apenas a manutenção de recursos naturais, numa perspectiva econômica.

As concepções dos enfermeiros docentes mostram-se complementares, tendo em vista a amplitude e complexidade existente no sentido da expressão EA. Pode-se dizer então, que a EA reivindica todas as propostas de conceito estabelecidas pelos docentes, no sentido de resgatar no ser humano a inter-relação com o ambiente, de preservação do ambiente, de visualizar o contexto local e global, assim como a perspectiva de que a EA responsabiliza-se com a construção de valores, devendo estar presente tanto na educação informal como formal, sendo uma educação para a vida.

Dessa maneira, frente a complexidade que envolve o tema e a limitação que, por vezes, é empreendida à EA, como educação para conservação da natureza, torna-se importante conhecer como os enfermeiros docentes percebem a questão na formação profissional em enfermagem, alvo de discussão da categoria a seguir.

A educação ambiental na formação profissional em enfermagem

Os sujeitos do estudo foram questionados sobre como percebem a educação ambiental na formação profissional em enfermagem. Essa questão deu margem para a obtenção de diferentes respostas, mas que, ao mesmo tempo, mostraram-se complementares, entendendo que as percepções construídas moldam, dentro das possibilidades do estudo, um panorama da temática na formação em enfermagem.

Sendo assim, a categoria foi dividida em subcategorias que retratam os achados do estudo, nesse momento: uma temática incipiente; a necessária discussão sobre o tema entre os docentes; e repensando a formação do enfermeiro na perspectiva ambiental.

A EA, segundo Carvalho (2004), é compreendida como uma prática educativa, que se assenta sob o fazer histórico-social, no intuito de produzir valores, atitudes, sensibilidades e,

principalmente, transformar a realidade de crise ambiental contemporânea. Tendo em vista que, os problemas ambientais tornam-se o centro das discussões mundiais, aproximadamente nos anos 70, com a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano em 1972, entende-se então, também, que o processo de construção da educação ambiental é recente, podendo ser considerado uma nova forma de educar, devido à sua historicidade e a inovação da forma de perceber o ambiente.

Dessa maneira, os docentes do estudo percebem a EA na formação profissional em enfermagem como sendo **uma temática incipiente**, quando refletem sobre a sua inserção no ensino de enfermagem.

[...] eu entendo como uma temática ainda jovem, nem todas as pessoas estão sensibilizadas, ainda precisaremos ter um tempo maior, como tudo, nosso processo de formação, de vida [...] sem dúvida será muito importante o desenvolvimento de ações, estratégias, não sei se vai se pensar em disciplinas para essa área, muito provavelmente, outras disciplinas também podem agregar a temática, certamente o estudo estará contribuindo para isso. **(E1)**

Acho que a gente ainda está caminhando nesse aspecto [...] eu não sei te dizer exatamente quando foi inserida no currículo essa disciplina, saúde ambiental, mas eu acho ainda que a gente está caminhando nesse sentido. Então acho que as questões devem ser mais trabalhadas [...] eu acho que ainda é um pouco incipiente essa questão. **(E2)**

[...] acho que aqui na formação talvez se esteja deixando muito a desejar, eu acho que dá para melhorar, penso que com o currículo novo isso vai melhorar [...] então eu acho que eles têm melhorado a formação pela bagagem que já vêm trazendo de casa. Mas ainda penso que os professores tem muito a melhorar nesse caminho, da formação [...] é uma temática que fazia tempo que eu não sentava para conversar, já mostra o quanto ela é ou não valorizada. A não valorização, pois uma coisa que é valorizada está sempre se falando aqui, se falando, tu vais em uma reunião, toda vez que se juntam, se fala tantas coisas, e nós então, enfermeiros, você sabe, só falamos sobre saúde, é uma coisa, ou saúde ou doença. Então o tempo inteiro que a gente se reúne, faz uma janta, faz alguma coisa, discute, faz uma reunião de colegiado, uma reunião de departamento, e sempre tem alguns assuntos que estão sempre lá. Já outros não me lembro de ter sentado, desde que estou aqui [...] não lembro de sentar e a gente discutir essas situações, lembro de ouvir o colega contar lá “que os alunos viram isso, da questão do lixo”, e o lixo é a coisa mais forte, é a que vem sendo mais trabalhado, tem tantas outras e a gente acaba olhando para o mínimo dos mínimos. **(E3)**

[...] acho que ela está muito no início, não sei te dizer, não sei se em outros lugares existe alguma disciplina, alguma coisa que te de mais enfoque. Devem ser poucos eu acho, devem existir, mas devem ser poucos. Eu acho que ela ainda passa meio que, se faz o mínimo necessário em que é te cobrado. Não sei, não posso dizer, mas acho que a preocupação existe, só acho que ela é muito tenra ainda, muito no início. **(E4)**

Eu acredito que hoje é uma prática que está pouco inserida dentro dos currículos, e que precisaria de uma maneira geral estar mais inserida. Porque a questão do meio é que comanda tudo, pois se a gente não tem um meio ambiente, seja ele qual for, que nos de um suporte, ele vai travar varias outras coisas. Então eu acho que ele é pouco inserido [...] **(E9)**

[...] eu acho que a gente tem que fortalecer ainda mais. Então estudos como os teus, que vão discutir esses aspectos, eu acho que são importantes nesse sentido, porque vão reforçando a inserção da enfermagem nessa discussão. Porque parece que meio ambiente não tem a ver com a enfermagem, parece que tem a ver com agronomia, biologia, com quem se envolve mais com isso, mas na verdade é uma discussão que tem que envolver a sociedade e a gente tem um papel social importante. (E10)

[...] não penso assim, que nós tenhamos uma solução disso, que está tudo maravilhoso na academia em relação a essas questões, não. Acho que a gente tem que discutir mais, melhorar mais e, até mesmo, se preparar mais em relação a isso. Eu mesma, eu não sou uma pessoa que eu me sinto preparada para discutir essas questões, não sei, eu acho que eu tenho um preparo, claro, tenho um estudo, mas eu gostaria de saber muito mais [...] (E16)

Como pode ser observado, existe a percepção de que a EA, assim como a temática ambiental, é ainda muito incipiente nos cursos de enfermagem, necessitando de mais discussões sobre o tema para modificar esse distanciamento. Entretanto, eles acreditam que as questões ambientais têm ganhado espaço, com o passar dos anos, nos currículos da graduação.

Sobre isso, a análise do projeto pedagógico dos cursos de enfermagem das IES participantes da pesquisa, mostra que as aproximações com o tema ainda são frágeis, havendo discrepâncias significativas entre as diferentes IES. De maneira que, apenas um curso cita a educação ambiental como conteúdo a ser trabalhado por uma disciplina e, na maioria das graduações, as questões ambientais aparecem, prioritariamente, vinculadas a disciplinas específicas, voltadas para o saneamento ambiental, quando aparecem.

Outro aspecto, que pode estar proporcionando o distanciamento da perspectiva ambiental dos cursos, está representado na fala de E3, quando entende que a temática não é alvo de discussões entre os docentes, caracterizando-a, ainda, como “não valorizada”. Tal constatação mostra-se preocupante, principalmente quando se sabe que a enfermagem, frente às demandas socioambientais atuais, é desafiada constantemente a buscar caminhos que respondam de forma crítica e efetiva às questões de saúde (SILVA, 2008).

A partir da análise das diferentes perspectivas, verifica-se que as falas dos docentes encontram-se, em maior ou menor grau, encadeados por uma série de empecilhos para a aproximação das questões ambientais na formação profissional. Essa análise é percebida quando se visualiza, nos recortes de falas, que: a temática é incipiente (E1; E2); pouco discutida e valorizada pelos enfermeiros docentes (E3); os sujeitos consideram-se despreparados para trabalhar sob a perspectiva ambiental (E16); a responsabilidade pelo compromisso com o ambiente, por vezes, é delegada a outros profissionais (E10); e os sujeitos pouco conhecem sobre a abordagem do tema nos PPP e noutras IES (E2; E4; E9).

Embora a temática aqui abordada mostre-se incipiente, torna-se necessário destacar também que, segundo Erdmann, Fernandes e Teixeira (2011), a educação em enfermagem é

apreendida como o produto de uma multiplicidade de processos sociais que resultam, historicamente, da prática da categoria e dos conjuntos sociais onde essa prática se desenvolve, modificando-se dinamicamente e ajustando-se à evolução da sociedade. Tal possibilidade de adaptação da prática do enfermeiro e da construção de seus conhecimentos propicia o questionamento sobre, como a enfermagem tem se comportado frente às novas demandas socioambientais, pois essa é uma demanda atual e que convida as diferentes profissões a repensar seus compromissos e responsabilidades.

Dessa forma, entende-se ser primordial empreender esforços que aproximem a educação ambiental dos enfermeiros docentes, no intuito de instigar a reflexão para o tema, incentivar a discussão, construir métodos de abordar a perspectiva ambiental, com base em experiências de outros semelhantes (cursos), entre outros, sensibilizando-os, para assim poderem instigar reflexões sobre o cuidado com o ambiente na formação profissional. Outra questão que merece atenção está atrelada ao planejamento dessa aproximação com o tema, pois, conforme destacam Cestari e Amoriom (2012), sabe-se que toda e qualquer mudança é consequência de um determinado tempo de amadurecimento e, sobretudo, de aceitação das novas ideias, das novas realidades, que sacodem e ameaçam as velhas e pesadas estruturas historicamente consolidadas.

A necessária discussão sobre o tema entre os docentes, para a construção de um posicionamento sobre a EA, conseqüentemente sobre o ambiente, emergiu de forma contundente entre os sujeitos do estudo, configurando-se em uma subcategoria do estudo.

[...] acho que, não sei se deveria ter uma discussão entre nós mesmos, até para a gente contemplar esses aspectos em toda a graduação, não só nessas duas disciplinas mais em específico [...] só que eu acho que para isso, como eu já disse, a gente deveria sentar, enquanto grupo, conversar, discutir sobre essas questões e como passar para os estudantes, porque as vezes o que eu vejo é que cada um passa a sua percepção. Não que todos devam pensar de forma igual, mas é que, às vezes, cada um passa a sua percepção e são até contraditórias. Então eu acho que deveria ter uma discussão no grupo maior, já que a gente tem pessoas que trabalham especificamente nessa área, tem essa formação [...] então é um grupo forte, que poderia até encabeçar as discussões para que a gente consiga passar para os nossos estudantes, contemplando em todas as disciplinas [...] (E2)

[...] não adianta mudar o currículo se a consciência continua a mesma, ai a gente só muda as figuras de lugar. Então vamos ver se as pessoas vão criando consciência [...] mas ainda a gente vê que as pessoas estão muito fechadas, cada um nas suas práticas, nas suas atividades, nos seus conteúdos, e isso é uma coisa a parte que “eu posso pensar depois quando ficar mais velho e não tiver nada o que fazer então eu começo a pensar no meio ambiente”. Então assim, a gente vê que está meio assim, alguns professores fazem, a maioria não faz, e pode até fazer no seu domicílio, mas não é uma coisa que tu traga no teu cotidiano de estar estimulando, de estar falando, “não vamos imprimir, vamos trazer, vamos fazer”, porque não o material por e-mail?! [...] A gente, eu acho que tem muita coisa mais a melhorar e a gente tem uma grande responsabilidade com certeza. (E3)

[...] às vezes a gente acaba sendo tão absorvido pelo “fazer, fazer, fazer” que esse é o tipo de coisa que a gente precisa de tempo para pensar. Então trazer uma abordagem ambiental dentro do trabalho, ela te demanda tempo e ela te demanda discussão, porque só tu não consegue fazer, então teria que ser o tipo de atividade, teria que ser feita em conjunto por todos os docentes e de alguma maneira para mim fica muito confortável eu não fazer porque os outros não fazem. Então eu posso dizer que eu não me responsabilizo tanto quanto eu deveria em relação a isso [...] a gente acaba, às vezes, tendo tantas atribuições como docente, que o próprio corpo docente não se reúne para discutir sobre temas que são relevantes para as questões pedagógicas da graduação. Então isso acaba sendo deixado, tu te envolve com a pesquisa, com a extensão, com os artigos que tu tens que publicar, com as cobranças que tu tens como docente, e as questões de reflexão pedagógica para contribuição que vão fazer diferença na formação do enfermeiro, ficam de lado [...] (E11)

[...] mas a questão assim, de que eu sou um educador, pelo que eu falo, pelo que eu faço, pelo o modo como eu me comporto, pelas ideias que eu defendo. Muitas pessoas não se dão conta disso, dessa responsabilidade, eu acho que não, e o aluno exposto a professores que pensam de forma tão diferente assim, durante quatro ou cinco anos, ele se educa, mas não se educa de uma forma positiva para ter uma educação ambiental, porque as coisas são muito dispersas, não existe uma unidade entre os docentes [...] já não existe uma, nem sei que palavra usar assim, uniformidade não, mas um consenso, e eu pego [...] os alunos que já passaram por saúde coletiva [...] mas eu não percebo na conversa deles assim uma visão. Eles incluem o ambiente, mas não é, por exemplo, como eu percebo. Mas eles incluem já varias coisas do ambiente na questão, na inter-relação com a saúde. Então talvez, eu acredito que o pessoal da área de coletiva já deva abordar isso mais profundamente. Espera-se. Mas daí são disciplinas, não é uma concepção da escola toda. Só em algumas disciplinas os alunos ouvem falar sobre isso, na minha própria disciplina, a gente é muito focado na patologia, quais são as causas, fatores predisponentes, tratamento, complicações, aparece claro, alguma coisa do meio ambiente, tabagismo, alcoolismo, está associado, mas assim, de ver a pessoa como um todo. Onde que ela trabalha, quais são as relações familiares, essas coisas mais amplas assim, a gente não, os professores da disciplina não pensam assim [...] (E12)

Os participantes apontam algumas questões que dificultam, em maior ou menor grau, a comunicação entre eles e os colegas nas diferentes IES. Entendendo a complexidade que envolve o tema, logo, percebe-se que pode ser realmente difícil estruturar um pensamento unificador, que reúna as especificidades que cada profissional abarca sobre o mesmo, principalmente quando os educadores não costumam se reunir ou discutir a temática.

Os enfermeiros docentes, como perceptível na fala de E12, observam um aspecto que também pode dificultar a aproximação entre a enfermagem e as questões ambientais, como por exemplo, o fato de o processo de ensinar e aprender em enfermagem, de modo geral, ainda apresenta uma supervalorização da técnica, num paradigma biologicista e intervencionista, segundo Gubert e Prado (2011). Os autores acreditam ainda que, muito da manutenção desse paradigma, pode ser respondida pela dificuldade do desafio interdisciplinar. Isso significa que, como já abordado anteriormente, os educadores, em sua maioria, foram formados numa perspectiva tradicional, onde as disciplinas eram organizadas, mas não interagiam ou se comunicavam entre si, sendo obrigados a estabelecer um vínculo

entre os fragmentos de conhecimento e torná-los significativos, acarretando uma compreensão bastante limitada do todo, onde não havia integração de saberes e de pessoas.

Outra constatação que emerge dos recortes de fala é o fato de que, apenas acrescentar no currículo da formação em enfermagem aspectos que se referem às questões ambientais, não é suficiente para despertar mudanças na formação. Como bem observado pelos sujeitos, caso não haja sensibilização, criticidade, interesse e, conseqüente, aproximação com o tema, os conteúdos, possivelmente, se tornarão apenas mais um a ser ministrado e vencido dentro da carga horária já densa das disciplinas, ou de uma disciplina em específico.

A ideia anterior é reforçada por Tristão (2012), quando defende que um dos maiores riscos da EA, no cenário da globalização, é refugiar-se em um discurso e numa prática moralizadora. Assumir valores proambientalistas não deriva simplesmente da adoção de práticas ambientais coerentes com o cotidiano, com uma visão ingênua de que, se cada um fizer a sua parte, o planeta será salvo. Mas sim, de práticas educativas contextualizadoras e problematizadoras que, pautadas no paradigma da complexidade, apóiem para a universidade e para outros ambientes pedagógicos uma atitude de ação-reflexão-ação em torno da problemática ambiental (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Dessa maneira, percebe-se que ainda se vivencia, na atualidade, em uma análise mais aprofundada, os resquícios da modernização, onde os conhecimentos encontram-se dissociados e distantes do ideal de interdisciplinaridade, tão almejada e necessária para o trabalho na perspectiva ambiental. Entretanto, pode ser justamente a partir da inclusão da racionalidade ambiental no processo formativo, que o conhecimento comece a se totalizar/unificar novamente, traçando aproximações com base no viés ambiental (LEFF, 2011).

Torna-se necessário, então, que os educadores estejam abertos para novas maneiras de conceber o conhecimento, por exemplo, a partir da perspectiva ambiental, reorientando a fragmentação disciplinar atual em direção à interdisciplinaridade. Uma possibilidade de mudança é sugerida por um dos próprios sujeitos, que, em determinado momento, coloca ser interessante se aproveitar o conhecimento daquele educador que, dentre os outros do corpo docente, tem maior afinidade e conhecimento sobre a temática, dando assim início às discussões sobre o ambiente.

Ainda nessa perspectiva, Gubert e Prado (2011), a partir de seu estudo com enfermeiros educadores, acredita que ser educador na perspectiva da interdisciplinaridade é ter competência técnica e fundamentação nos saberes, mas acima de tudo atitudes como: de flexibilidade e humildade, construindo com o outro a base do conhecimento; interagir com o

outro; ir além do espaço da sala de aula, superando os limites do saber escolar; estimular a crítica e a reflexão; mostrar o caminho para o educando construir os saberes; e propiciar condições para uma aprendizagem significativa e que efetivamente possa ser útil para a realidade. Sendo assim, entende-se como o compartilhar de conhecimentos, as ações e projetos baseados no diálogo, que podem se tornar uma resposta à formação profissional em enfermagem frente à fragmentação ainda presente na atualidade.

A falta de uma articulação mais efetiva para a construção de práticas interdisciplinares não é exclusividade dos participantes desse estudo, tão pouco da graduação em enfermagem, o que evidencia ser o reflexo de algo amplo e complexo, como o processo de desenvolvimento social na modernidade. Essa análise encontra respaldo na percepção de Cestari e Amorim (2012), ao entenderem que, muitas vezes, pesquisadores de diferentes áreas formam programas de pós-graduação ditos interdisciplinares onde todos compõem um programa na área ambiental. Entretanto, as práticas pedagógicas e de pesquisa são sedimentadas pela própria desunião, uma vez que a prática mais corriqueira é o isolamento dos pesquisadores em seus laboratórios e dos professores em suas salas de aula.

Faz-se necessária a observância desse contexto, tendo em vista que a Educação Ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar. Ressalta-se, ainda, que essa não se configura em atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica (BRASIL, 2012), o que pode representar em desafios complexos para o conjunto de educadores que resolvam articular tais conhecimentos.

Desse modo, para mudanças na forma de perceber e abordar as questões ambientais na formação, Leff (2011) acredita que se deve ter consciência de que não há um saber ambiental feito e acabado, que se transmite e se insere nas mentes dos educandos, mas sim, o que deve existir, é um processo educativo que fomente a capacidade de construção de conceitos pelos alunos a partir de suas “significações primárias”. Com base nisso, destaca-se também, frente às dúvidas que os sujeitos poderão enfrentar na aproximação da perspectiva ambiental com seus currículos, que, reconhecidamente, não é fácil definir um método. Tal dificuldade é vista como um dos motivos pelo qual o autor supracitado entende que exista uma multiplicidade de projetos educacionais e estratégias de formação, acrescentando-se também a diversidade inerente à temática e os interesses teóricos e disciplinares daqueles que lideram e se responsabilizam pelo processo de condução dos projetos.

Nesse ínterim, instigados à refletir sobre a educação ambiental na formação profissional em enfermagem, os sujeitos do estudo ainda teceram mais algumas considerações que evidenciam a realidade que está posta e acenam para novas possibilidades. Dessa maneira, emergiu a subcategoria: **repensando a formação do enfermeiro na perspectiva ambiental**.

Acho que educação ambiental talvez fosse pensar, não sei de que forma, nem sei qual a proposta que esta posta por quem esta, mas seria pensar em fortalecer esse enfermeiro, que possa de fato estar indo e ocupando esse lugar dum outro jeito, de um jeito mais transformador eu diria, não só da vida das pessoas como dos locais onde as pessoas vivem [...] eu acho que a questão não é só saber sanitaria assim, mas de pensar mesmo isso que eu falei, que hoje tu vai trabalhar muito na possibilidade de qualidade de vida das pessoas, qualidade de vida é “um saco sem fundo”, mas enfim, vou me atrever a falar. Mas ai tu tem que olhar para essas coisas que hoje fazem parte de problemas contemporâneos na nossa sociedade [...] (E6)

[...] a gente tem chamado geralmente a atenção dessas questões com o adoecimento. Então, a minha responsabilidade enquanto docente é mostrar para os alunos que há essa estreita relação, das exposições. Por onde a gente circula, até aquilo que a gente vive, daquilo que a gente respira, daquilo que a gente come, daquilo que a gente faz na vida e isso pode proteger a gente, ou pode fazer com que isso seja fator de risco e aparecimento de doença [...] (E7)

[...] acho que hoje, isso tem perpassado, é um eixo, acaba sendo um eixo meio que norteador. Até porque, as diretrizes curriculares também falam algumas coisas nesse sentido [...] então eu acho que hoje essa discussão tem perpassado a formação e ela não está centrado em uma disciplina, acho que hoje tem disciplinas que discutem, mas tem aquelas que a centralidade não é discussão do meio ambiente, mas que tem essa prática que eu te digo, essa preocupação na preservação. Eu não vejo só eu fazendo isso, o cuidado na discussão, da preservação [...] eu acho que hoje a discussão do meio ambiente é um dos eixos que perpassa a formação do enfermeiro, pelo menos é o que eu tenho visto aqui, e via isso na outra instituição que eu trabalhava também, de ser um dos eixos que norteia essa discussão. Então eu acho que hoje é uma discussão forte no meu entendimento [...] (E10)

Eu procuro fazer, principalmente na parte prática quando a gente atua dentro do hospital, com que os estudantes tenham essa percepção de que o paciente, ele não é o paciente que está ali hospitalizado unicamente, mas ele é um paciente que faz uma conexão de ambiente, tanto no ambiente interno, dentro da instituição hospitalar, como todo o ambiente externo que ele tem [...] eles tem que incluir nas relações que eles vão ter na prestação de cuidados. Então isso para mim são as relações que eles vão fazer com o ambiente, ainda que eles estejam cuidando do seu “fulano” ali dentro do hospital, eles têm que ter essa concepção de ambiente ampliado, e nesse cuidado, eles também agem como educadores junto desse paciente, porque ele pode ser um multiplicador lá fora, no meio em que ele vive. (E11)

Uma preocupação assim, de alguns aspectos do ambiente e a relação com a saúde, eu acho que existe, mas uma preocupação em educar os futuros, educar ambientalmente os futuros enfermeiros eu acho que não existe, eu posso estar enganada, mas eu não percebo isso, não percebo. Na literatura de Enfermagem Americana a gente percebe essas questões assim, de preocupação, com a formação do futuro profissional [...] então os enfermeiros americanos se preocupam muito que o enfermeiro tem que valorizar essas informações e levar isso para o cuidado que ele tem com as pessoas, de maneiras de diminuir a concentração de poluente dentro das casas, é uma coisa um pouco mais palpável. Mas, só para te mostrar que, a enfermagem Americana já está assim, expandido esse conceito de meio ambiente,

ela já vê de uma forma diferente. Acho que é isso. Para os futuros profissionais não é só abordar isso nas disciplinas, não é só assim “hoje a gente vai estudar tal coisa”, como eu te disse antes. Eu acho que é só em algumas disciplinas aqui que é abordada a questão do ambiente, têm outras que ela passa longe assim, nem chega. Eu acho que entra a questão que tu falaste antes da educação ambiental, a gente deveria ter no nosso projeto pedagógico alguma temática que fosse, assim, como posso te dizer, transdisciplinar, que ela circulasse em todo o curso, em todo o currículo, que os alunos ficassem expostos a isso. Porque assim, que tu faz uma educação, não é só chegar na sala de aula “hoje a gente vai falar sobre isso, vocês tem que ter atenção para tais e tais coisas”. A educação é uma coisa que tu vai aos pouquinhos. Então desde o primeiro dia em que eles põem o pé lá, “eu sou o bixo hoje” até o dia em que eles ganham o canudo na mão, eu acho que a gente não faz essa educação e eu acho que essa é uma coisa muito difícil [...] (E12)

Eu entendo que ela é vista nos cursos de enfermagem ainda como uma disciplina, um apêndice, não tem a importância que ela deveria ter, eu vejo hoje a disciplina de enfermagem e saúde ambiental, enfermagem, saúde e ambiente, ela não tem, ela é importante para a formação, e para a condução, para a saúde da população e do próprio enfermeiro, mas ela ainda não tem o respaldo, a devida valorização, tanto por parte dos professores, como por parte dos alunos ou dos profissionais que estão aí. Não tem mesmo. (E14)

Eu estou pensando, porque quando nós estamos nos semestres mais avançados é difícil você ver muito isso [...] e eu lá dentro, eu trabalho com os alunos intra-hospitalar, é mais difícil você ver essa prática de cuidado ao ambiente, mais difícil porque é dentro do hospital, mas mesmo dentro do hospital a gente trabalha com o ambiente hospitalar. Eu acho que o teu estudo é mais focado mais ao meio ambiente mesmo, não é intra hospitalar [...] (E15)

[...] acho que a gente precisa tencionar que ele enxergue de outra maneira aquele espaço, porque às vezes a gente vem com o nosso pré-conceito, a gente vem com a nossa formação, e acho que o papel do professor é de facilitar o aprendizado. Então tencionar, fazer o aluno pensar sobre o que ele está fazendo, como ele está fazendo e como ele está enxergando isso e fazer com que essas questões surjam de uma forma que o aluno consiga identificar e consiga fazer uma boa discussão sobre isso e ter outro olhar. Então acho que o nosso papel enquanto professor, em relação ao meio ambiente, é isso, facilitar um pouco essa discussão, essa integração de ambiente e saúde, de varias formas, suscitando a discussão, levantando questionamentos, fornecendo que ele possa ter experiência prática e experiência teórica. Acho que dentro da própria faculdade fazer essas discussões desse espaço da universidade também é importante para que ele entenda que, “bem, eu faço parte disso, não é uma coisa que está longe de mim”, tentar vincular [...] (E17)

Fica perceptível nos relatos dos participantes, que a presença da temática ambiental, na formação profissional, ainda não é unânime, pois, como já mencionado em outra subcategoria, alguns enfermeiros docentes acreditam que os aspectos ambientais ainda não são trabalhados em toda sua complexidade na formação, embora se perceba que a minoria dos entrevistados acredita que já há algum vínculo com a temática nos cursos. Com relação a isso, também, pode-se visualizar que a abordagem sobre o ambiente, nas diferentes disciplinas, fica a cargo de cada educador, como evidenciado na manifestação de E12, ao afirmar que, a partir de suas representações de ambiente, consegue construir ou não aproximações com o tema.

Referente à inclusão ou não de conteúdos de cunho ambiental nos PPP dos cursos, entende-se que as DCN para Enfermagem não pré-estabelecem qualquer obrigatoriedade de

tal aproximação, entretanto, o que se verifica, é que o perfil do egresso deve ser de um enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo (BRASIL, 2001). Ao se compreender que o profissional necessita empregar seus conhecimentos com base na criticidade e reflexividade da realidade social contemporânea, entende-se que as questões ambientais também devam estar no centro das discussões, ou seja, o curso de graduação que não provê a abordagem das questões ambientais na formação de seus profissionais, de alguma maneira, está fragilizando a concretização do que prevê as DCN (BRASIL, 2001).

Tal perspectiva pode ser acrescida ainda da necessidade de o profissional de enfermagem estar dotado de certas competências e habilidades, previstas nas DCN, como: de estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões (BRASIL, 2001). Nesse ínterim, o enfermeiro precisa ser estimulado a refletir sobre o modelo socioeconômico, sob o qual a sociedade está estruturada, repensando essa organização social e intervindo de maneira que privilegie a saúde humana e ambiental.

Sobre essa questão, entende-se que a formação profissional em Enfermagem, no Brasil, passou recentemente, últimos 10 anos, por mudanças pontuais quanto aos PP dos cursos. Tal perspectiva é visualizada no estudo de Fernandes e Rebouças (2013), onde se evidencia que as escolas/cursos de enfermagem se mobilizaram quanto ao processo de formação das(os) enfermeiras(os), de modo que houveram incorporações de conceitos provenientes da pedagogia crítica, dentre eles, a autonomia, a problematização da realidade, e a necessidade de formar profissionais aptos a aprender a aprender e comprometidos com o enfrentamento dos problemas de saúde da nossa sociedade.

Entretanto, a análise realizada nos projetos pedagógicos permite perceber que não é, explicitamente, caracterizado como se dá o vínculo entre as questões ambientais e as diferentes disciplinas dos cursos, mesmo que quase totalidade dos PP exprima, em maior ou menor grau, de uma forma ou outra, a necessidade de se atentar para as questões ambientais contemporâneas. Tal aproximação dos PP com a atenção ao ambiente encontra-se no fato de que alguns cursos: conceituam ambiente direta ou indiretamente ou referem-se ao ambiente quando conceituam o processo saúde-doença, entendendo-o como determinante/condicionante; exprimem a ideia de que seguem as políticas institucionais quanto à sustentabilidade do meio; inserem conteúdos de caráter ambiental em disciplinas; e utilizam critérios de avaliação do aluno pela construção que ele faz do ambiente em determinada disciplina.

A partir dessa aproximação não específica dos cursos, pode-se inferir que talvez esteja nessa questão a liberdade de o enfermeiro docente traçar aproximações com a temática, conforme suas experiências passadas e visão particular, embora não se sinta, por vezes, preparado ou capacitado para tal responsabilidade, como já evidenciado em outros momentos desse estudo. Tal perspectiva é reforçada por Fernandes e Rebouças (2013), ao apontarem que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as DCN para o Curso de Enfermagem, apresentam certa subjetividade, favorecendo múltiplas interpretações.

Outra realidade enfatizada pelos participantes, diz respeito à educação ambiental na modalidade de disciplina, evidenciando-se que essa não é concepção uníssona entre os participantes do estudo, sendo alvo, inclusive, de críticas. Como resposta contrária ao formato de disciplina, percebe-se a ideia de que o tema deve perpassar por todo o currículo, realizando aproximações com os diferentes períodos, disciplinas, conteúdos. Tal modelo de abordagem pode ser mais qualificado frente à abordagem fragmentada disciplinar, principalmente quando o objetivo é a formação em enfermagem com suas particularidades profissionais, pois, como apreendido nos currículos estudados, alguns cursos oferecem de modo disciplinar a temática ambiental, estando essa vinculada, por vezes, a outros departamentos que não o de enfermagem, podendo assim tornar difícil o vínculo com a profissão.

Ainda sobre a inclusão ou não da temática ambiental como disciplina, Boer e Scriot (2011) entendem que essa forma de disciplina optativa poderá levar muitos estudantes a saírem da universidade sem terem visto, em sua formação inicial, a educação ambiental como tema de estudo sistematizado. O autor acrescenta, com base no estudo realizado num curso de Pedagogia que, embora algumas disciplinas do curso abordem questões relativas à temática ambiental, não há um estudo dos fundamentos históricos e epistemológicos da educação ambiental, podendo prejudicar, assim, a formação de multiplicadores, educadores, sensibilizadores de novos olhares da relação homem/ambiente.

Os enfermeiros docentes reiteram, ainda, a necessidade de os conhecimentos ambientais fortalecerem o enfermeiro, para que esse se constitua, enquanto profissional e pessoa, com uma visão integradora, holística e que perceba crítica e reflexivamente os problemas socioambientais. Tais perspectivas devem proporcionar conhecimento para que o acadêmico analise a temática ambiental como uma possibilidade de saúde, e não apenas de adoecimento do ser humano, trabalhando com a ideia de qualidade de vida quando do cuidado com o ambiente e reforçando isso nos diferentes espaços em que está inserido.

Nesse sentido, destaca-se, em acordo com a percepção de Coberllini et al. (2010), que existe um grande desafio para o ensino de Graduação em Enfermagem, pois se necessita

formar um profissional generalista, levando-se em conta as questões políticas e econômicas, e atendendo, com competência e visibilidade, as várias especializações que surgem, continuamente, no cenário da atenção à saúde sem desconsiderar a preocupação com o todo, o ambiente.

Leff (2011) reitera ser necessário entender o ambiente como potencial para a saúde, e não com o foco apenas na doença, ao perceber que a incorporação do meio ambiente na educação limitou-se a internalizar os valores de conservação da natureza, apenas destacando alguns dos problemas mais visíveis da degradação ambiental, como a contaminação dos recursos naturais, o manejo de lixo e a deposição de dejetos industriais. Assim, ao abordar sobre o surgimento da discussão sobre o ambiente nos currículos, que o saber ambiental não deve ser visto como um conteúdo incluso nas disciplinas a ser trabalhado, mas sim como o fomentador das disciplinas, reorganizando a forma de ver o mundo, o ponto de partida dos conhecimentos.

Sendo assim, com base nas percepções sobre educação ambiental e o vínculo dessas com os cursos de formação profissional em enfermagem, evidenciou-se que o enfermeiro precisa ser estimulado a refletir sobre as questões socioambientais que estão postas atualmente, em uma perspectiva crítica e propositiva, seja por meio de disciplinas curriculares ou por uma aproximação dos diferentes conteúdos com a temática. Independentemente da forma como o conhecimento será apresentado, este deve ser pensado e construído com a complexidade que lhe é inerente, capacitando o ator social enfermeiro para perceber, atuar e educar em perspectiva socioambiental do cuidado a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos achados da pesquisa, entende-se que essa cumpriu com seu objetivo, trazendo resposta à questão de pesquisa ao desvelar as percepções dos sujeitos sobre a educação ambiental e a abordagem dessa na formação profissional em enfermagem. Os dados evidenciaram a multiplicidade de percepções entre pessoas que detêm a mesma formação profissional, nesse caso entre enfermeiros docentes.

Frente ao questionamento sobre a concepção de educação ambiental, os participantes apresentaram ideias complementares, entendendo a EA como aquela intrínseca nas relações

homem/ambiente, embora, por momentos, tenham vinculado-a com um viés mais restritivo ao naturalismo. Apreendeu-se, também, que a EA é entendida como uma educação que deve ser abordada com base no contexto e ou cultura de determinada população, devendo dar atenção aos valores que tal educação pode mobilizar como o despertar da sensibilidade, responsabilidade, pertencimento e outros tantos que podem contribuir para relações mais solidárias entre os atores sociais com o ambiente e consigo mesmos.

As percepções de como a EA é abordada na formação profissional em enfermagem trouxeram resultados reveladores, onde a temática é entendida como incipiente no cenário formativo. Esta perspectiva foi reforçada a partir da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, onde visualiza-se que as questões ambientais compreendem pouco espaço na estrutura curricular, sendo que, quando aparecem, normalmente encontram-se vinculadas às disciplinas iniciais e à perspectiva de saneamento do meio.

Houve ideias congruentes entre os participantes quanto às dificuldades sobre a organização do corpo docente das IES, pois os sujeitos reiteraram a necessidade de a temática, assim como outras, ser mais discutida, refletida e pactuada entre os colegas, demonstrando a imprescindibilidade de se reforçar a interdisciplinaridade nos cursos. Repensar a abordagem da perspectiva ambiental na formação em enfermagem demonstrou-se condição essencial, não só nos cursos, entre os docentes e nos PPC's, mas também nas DCN da enfermagem, onde o tema tem apresentado pouco espaço.

Acredita-se que o estudo pode fornecer subsídios para novas reflexões sobre a temática, mesmo sabendo de suas limitações, inerentes à pesquisa qualitativa, onde não se pretende estabelecer generalizações sobre docentes, cursos e processo formativo em enfermagem no Brasil. Entretanto, destaca-se que, para que existam aproximações entre a EA e a formação em enfermagem, faz-se necessário o pensamento interdisciplinar da temática, pois caso contrário, se estará incorrendo no risco de abordagens fragmentadas, desarticuladas e que não estimulem a reflexão da problemática na sua complexidade, enfraquecendo assim as mudanças e responsabilidades tão importantes em tempos de crise socioambiental.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BESERRA, E. P. et al. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 5, set. a out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/26.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BOER, N.; SCRITOT, I. Educação ambiental e formação inicial de professores: ensino e concepções de estudantes de pedagogia. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 26, jan. a jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3345/2001>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 3, de 7 de Novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de nov. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>>. Acesso em: 14. jan. 2014.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. 256 p.

CESTARI, L. A. S.; AMORIM, C. D.; Problemas de apropriação dos saberes ambientais no campo educacional: as IES' e a formação do educador ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 29, jul. a dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/2869/1897>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CORBELLINI, V. L. et al. Nexos e desafios na formação profissional do enfermeiro. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 4, jul a ago 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/09.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CRUZ, R. G.; BIGLIARDI, R. V.; Uma abordagem exploratória ao conteúdo epistemológico das diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 29, jul. a dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2845/1896>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ERDMANN, A. L.; FERNANDES, J. D.; TEIXEIRA, G. A. Panorama da educação em enfermagem no Brasil: graduação e pós-graduação. **Enfermagem em Foco**, Salvador, v. 2, n. suplementar, 2011. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/91/76>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FERNANDES, J. D.; REBOUÇAS, L. C. Uma década de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Enfermagem: avanços e desafios. **Rev Bras Enferm.**, Brasília, v. 66, n. especial, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267028669013>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

GUBERT, E.; PRADO, M. L. Desafios na prática pedagógica na educação profissional em enfermagem. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiânia, v. 13, n. 2, abr. a jun. 2011. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v13/n2/pdf/v13n2a15.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, jan. a abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n77/a05v2977.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 494 p.

LOPES, M. S. V.; XIMENES, L. B. Enfermagem e saúde ambiental: possibilidades de atuação para a promoção da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 64, n. 1, jan. a fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n1/v64n1a11.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MANEIA, A.; CUZZUOL, V.; KROHLING, A. A educação ambiental e a responsabilidade socioambiental nas práticas ambientais em instituições de ensino superior no Brasil. **REGET**, Santa Maria, v. 13, n. 13, ago. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/view/8786/pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MORALES, A. G. Diversidade de olhares e sentidos na formação do profissional em educação ambiental. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. especial, set. 2010. Disponível em: <www.seer.furg.br/remea/article/download/3401/2059>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SCHULZ, M. S. et al. Educação ambiental na educação básica e superior segundo licenciandos de ciências biológicas e professores em exercício. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 29, jul. a dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2956/1913>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, A. L. A enfermagem na era da globalização: desafios para o século XXI. **Rev Latino-am Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 4, jul. a ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n4/pt_21.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

TRISTÃO, M. A educação ambiental e a emergência de uma cultura sustentável no cenário da globalização. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, jan. a jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p207/22511>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

VARGAS, L. A.; OLIVEIRA, T. F. V. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr. a jun. 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n3/v15n3a21.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

4 DISCUSSÃO

Vivenciamos atualmente um momento de crise, que já não pode mais ser entendido como apenas ambiental, mas sim, como uma crise social, onde foram deturpados valores de responsabilidade e respeito, e enfraquecidas as relações interpessoais, culturais e de pertencimento. Tal panorama é compreendido como reflexo da modernidade e do modelo socioeconômico, que na visão de Leff (2011), fragmentou o pensamento complexo, desvalorizou as diferentes culturas e individualizou o ser humano, afastando-o de seu ambiente.

Perceber a complexidade que envolve a dinâmica ambiental, a partir da problemática contemporânea, passa a ser condição essencial para mudar tal situação. Dessa forma, ao se compreender as situações que ocasionam o desgaste socioambiental, e quais seus motivos, pode-se empreender esforços na busca de uma nova realidade, que valorize o ambiente e o ser humano, resgatando valores e visões a muito esquecidas. Tal perspectiva foi visualizada pelos enfermeiros docentes nesse estudo, onde embora por momentos entendam o ambiente a partir de aspectos naturalistas, ou com visões antropocêntricas, também o concebem de forma integradora, onde homem e ambiente estabelecem inter-relações.

Dessa maneira, observar como está estruturada a concepção de ambiente para aqueles que são educadores e podem instigar uma nova forma de apreender as relações e o mundo, faz-se importante frente à necessidade de mudança. Do mesmo modo, conhecer qual o entendimento dos docentes sobre a problemática ambiental mostrou-se fundamental, pois a partir de suas perspectivas é que poderão ser trabalhadas as interfaces do ambiente com a saúde, na construção de identidades profissionais dos novos enfermeiros.

Percebe-se, então, a partir dos resultados do estudo e da literatura científica, que a crise socioambiental apresenta inúmeras situações, que levam ao seu estado atual, exigindo, segundo Koerich et al (2010), a busca de uma consciência ambiental que, primeiramente, passa pelo cuidado de si, expandindo-se até o outro e, posteriormente, ao meio. Assim, faz-se importante que se reflita sobre os diferentes determinantes da problemática, sem que, por mais complexos que possam parecer, afastem-se as responsabilidades, caia-se num ponto de vista catastrofista de imobilismo ou, em contrapartida, numa visão simplista a respeito de uma questão tão importante e crucial (JACOBI; GUERRA; SULAIMAN, 2011).

A perspectiva de co-responsabilidade e compromisso com as demandas ambientais foi emergente nas falas dos docentes, evidenciando-se as suas atitudes sustentáveis frente à crise. Sobre isso, Backes, Erdmann e Backes (2009) reafirma o compromisso que, enquanto atores sociais, temos perante as situações do nosso tempo, destacando que é preciso começar pelas práticas cotidianas de cuidado, sejam elas no ambiente de trabalho, no domicílio, no convívio com as pessoas e, até mesmo, no modo de nos relacionar com as coisas.

O cuidado socioambiental, nas ações do dia a dia, como destacado anteriormente, também pode ser estendido para o cuidado de enfermagem, pois, segundo Baggio (2011), os problemas ambientais são potenciais problemas de saúde. Tal perspectiva exige ainda, para uma atuação pautada nos princípios de ética, conforme o autor, uma visão integradora entre homem-natureza e saúde-ambiente.

Para que ocorra o cuidado de enfermagem atento ao socioambiente, faz-se imprescindível que não só os educadores estejam sensibilizados com a perspectiva complexa do ambiente, mas também que as políticas públicas corroborem com tal necessidade. Destaca-se essa visão com base na leitura e análise das DCN para enfermagem e dos PP dos Cursos participantes, que em restritos momentos tecem considerações sobre as questões ambientais, sendo que, quando as fazem, normalmente as correlacionam ao saneamento do meio, muito também sob a influência da Lei 8080 do SUS, que também norteia a formação profissional em saúde.

Faz necessário destacar que a reflexão empreendida não tem por objetivo desvalorizar ou denegrir a história ou valor, assim como as conquistas e evoluções que as DCN ou o SUS proporcionaram para a formação em enfermagem. O que se sugere, como necessidade de reflexão, é rever a concepção sob a qual o ambiente é abordado nos documentos, quando se restringe esse ao seu saneamento e tratamento, sem empreender maiores considerações sobre a ação humana e econômica sob o meio. Tal perspectiva torna-se relevante, principalmente, quando se sabe que dentre os fatores socioambientais que afetam a saúde estão o emprego e a distribuição de renda, as condições de vida e trabalho, a qualidade e a sustentabilidade do ambiente, as redes sociais e de suporte social, e a participação nos processos decisórios locais, bem como outros que afetam o bem-estar coletivo e pessoal, como o ecossistema (FREITAS, 2010).

Dessa forma, o estudo revelou as diferentes associações que os educadores realizaram sobre a interface saúde e meio ambiente, perpassando por perspectivas mais centradas no adoecimento e tratamento, correlacionando também os aspectos socioeconômicos nessa discussão e, ainda, resgatando os valores éticos e as relações interpessoais como pertencentes

à interface. Essa multiplicidade de perspectivas é corroborada por Leff (2011) quando entende que não se podem restringir as questões ambientais complexas a bases meramente ecológicas, pois se faz necessário o valorizar de outros aspectos, como os citados pelos participantes do estudo quando construída a relação saúde e ambiente.

As percepções docentes foram elaboradas, principalmente, em função das suas particularidades, ou seja, na graduação pouco ou nada se abordou sobre as questões que envolvem o tema. Evidencia-se, a partir disso, um cenário preocupante que pode ser resposta às dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros docentes para a construção de suas percepções e, ainda, para a abordagem do tema na formação profissional em enfermagem. Embora tenham traçado aproximações com a assistência hospitalar, com o contexto da comunidade na atenção básica e com os resíduos de saúde, evidenciaram também fragilidades na formação atual.

Dessa forma, torna-se difícil para os docentes engendramos conhecimentos com os quais não tiveram contato na sua formação, principalmente frente à temática ambiental, que além de estar pouco presente nos currículos, ainda exige uma atitude pedagógica centrada na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes, ao desenvolvimento da organização social e da participação coletiva (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009). Entretanto, mesmo com as dificuldades mencionadas, os participantes manifestaram concepções abrangentes de educação ambiental, vinculando-a com as inter-relações entre homem/ambiente e com os aspectos ecológicos, através do contexto em que vive determinada população, visando a construção de novos valores e relações com o ambiente.

Perceber a importância da educação ambiental na formação permite que se construam conhecimentos que auxiliarão o enfermeiro na sua trajetória profissional, pois, segundo Jacobi, Tristão e Franco (2009), a própria educação ambiental elimina as fronteiras com a comunidade, podendo-se entender que o mesmo ocorre com o ser humano e a família no cuidado à saúde empreendido pelo enfermeiro. Dessa maneira, através da promoção da saúde, o cuidado de enfermagem torna-se capaz de direcionar intervenções educativas sobre as vulnerabilidades ambientais, a fim de diminuir a possibilidade dos danos ecológicos e, conseqüentemente, humanos (BESERRA et al., 2010).

A EA, entendida como resposta à crise ambiental, foi compreendida pelos sujeitos como um tema incipiente na formação em enfermagem, emergindo ainda percepções que trouxeram as dificuldades do corpo docente em construir conhecimentos a partir da interdisciplinaridade. Tal achado é justamente entendido por Jacobi, Raufflet e Arruda (2011)

como um desafio para os cursos e universidades, pois a promoção da interdisciplinaridade, enquanto uma condição para a educação da sustentabilidade, tem encontrado muita resistência nas instituições, devendo-se isso tanto a razões administrativas, como pela relutância dos docentes, que formados em uma visão disciplinar, não se aproximam dessa nova proposta de construção do conhecimento.

Entendendo as dificuldades existentes na reorganização da forma de perceber o conhecimento, ao se desvincular da visão moderna e fragmentadora, é que a EA pode atuar como orientadora na construção de novos saberes. Segundo Leff (2011), a mesma carrega consigo uma nova pedagogia que, justamente, orienta a educação, proporcionando transformações no conhecimento a partir de uma nova percepção das relações entre processos ecológicos, econômicos e sociais, assim como a internalização dos princípios e valores ambientais nos conteúdos, tão almejada em tempos de crise.

Logo, utilizar-se da EA para reorientar as práticas docentes, proporcionando um maior vínculo entre às disciplinas e um saber em enfermagem atento às questões ambientais, pode ser resposta às fragilidades apontadas pelos sujeitos. Mesmo que se entenda que as mudanças devem atingir também outros espaços, onde as questões ambientais, como já abordado nessa pesquisa, ainda podem ser mais bem trabalhadas sob a perspectiva da complexidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a forma sob a qual está alicerçado o conhecimento contemporâneo constitui-se em desafio, principalmente quando os saberes encontram-se tão fragmentados, impondo a necessidade de se empreender reflexões profundas para que se perceba o que está contido no não dito, o que rege as percepções, as atitudes e os conhecimentos sociais, que estão construídos com base na historicidade e na teia de relações que permeia o viver humano. Esta profundidade e complexidade foram empreendidas, nesta pesquisa, para que se pudessem desvelar as concepções dos enfermeiros docentes sobre a temática ambiental e, ao mesmo tempo, perceber como essa tem se relacionado com a formação profissional em enfermagem.

Dessa maneira, os sujeitos foram instigados a refletir sobre conhecimentos, perceptivelmente durante as entrevistas e nas falas, por vezes, ainda não construídos ou discutidos em profundidade. Tal perspectiva é reforçada pela dificuldade que alguns docentes apresentaram em emitir suas concepções sobre a temática, revelando, a partir disso, uma consideração primeira sobre os resultados da pesquisa: a necessidade urgente de, nos diferentes espaços e com os diversos atores sociais, se empreender criticidade, educação, discussão, inter-relações e a problematização do conhecimento, convidando, não só os docentes, mas todos os cidadãos para pensar as questões do nosso tempo.

As concepções dos educadores sobre meio ambiente e problemática ambiental, assim como suas ações sustentáveis, reveladas pelo estudo, permitiram perceber que a questão ambiental reconhece múltiplas formas, características, perspectivas e experiências, que não são redutíveis ou passíveis de um conhecimento fragmentador. Assim, a pesquisa permite constatar que não existe um “fio condutor” que auxilie a conceituação do ambiente entre os diferentes docentes dos cursos de enfermagem, pois as entrevistas evidenciaram que as percepções partem principalmente da particularidade do docente, ou seja, não é algo construído nos cursos, colegiados, ou até mesmo nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Assim, a ausência de discussão e conceitos construídos pelos corpos docentes, permite o emergir de visões reducionistas de ambiente, pautadas essencialmente em uma visão naturalista, que embora seja parte de um todo ambiental, não propicia reflexões mais complexas sobre o estado socioambiental contemporâneo. Noutra vertente, o estudo evidenciou que alguns docentes apresentam certa proximidade com a temática, conseguindo

perceber situações e relações complexas que determinam, em maior ou menor grau, o estado atual da problemática ambiental.

Entende-se que o educador, ao perceber a complexidade existente na relação homem/ambiente, assumindo na sua concepção determinantes sociais, econômicos, culturais, políticos e espaciais, poderá construir junto aos discentes reflexões mais abrangentes, autênticas, profundas e complexas, possibilitando o engendrar de mudanças, ao menos na forma de entender os processos ambientais. Soma-se a isso, a capacidade que alguns docentes demonstraram de perceber o ambiente como algo em constante e permanente mutação, ou seja, o ambiente se modifica a partir de suas inter-relações. Dessa forma, torna-se facilitada a capacidade de discentes apreenderem erros e acertos no trato das pessoas com o ambiente, assim como avanços e retrocessos históricos da construção social.

Desvelar tais perspectivas sobre a problemática ambiental permite inferir que alguns docentes encontram-se mais afetados sobre as questões contemporâneas, ou seja, sobre os problemas do nosso tempo. Tais dados instigam considerações diversas, mas permitem destacar, principalmente, a necessidade do empreendimento de maiores esforços, por parte de alguns enfermeiros docentes, na direção de reflexões mais abrangentes, em que esses almejem maiores conhecimentos sobre a temática, propiciando assim, possivelmente, abordagens na formação profissional em enfermagem e na sua vida particular, mais consistentes, críticas e sensibilizadoras.

Com base no que os enfermeiros docentes expuseram sobre a relação saúde e meio ambiente, pode-se inferir que co-habitam, nos Cursos de Enfermagem, os conhecimentos de ambiente e saúde voltados para a causalidade do processo saúde-doença e aqueles que compreendem essa interface a partir de macro determinantes, considerando as questões socioeconômicas, políticas, entre outras. Faz-se importante apreender essas concepções para que os docentes encontrem harmonia nos seus fazeres pedagógicos, de maneira que as perspectivas possam ser complementares ou norteadas a partir de um saber construído pelo corpo docente, pois percepções destoantes poderiam dificultar o processo de aprendizagem entre os discentes.

Outro achado do estudo trouxe resposta à aparente dificuldade dos sujeitos em construir concepções sobre as questões ambientais e sobre o sentirem-se despreparados para abordar a temática na formação. Tal perspectiva faz referência ao fato de serem poucos os educadores que tiveram, em sua formação, alguma disciplina que abordasse a temática ambiental, ou quando houve a aproximação do tema com a formação dos docentes, essa foi

entendida como frágil, sem empreender reflexões contextualizadoras e criticidade nas relações entre o homem e o ambiente, normalmente voltando-se para aspectos sanitários e biológicos.

O enfermeiro docente, ao não ter sido instigado a refletir sobre a complexidade ambiental em sua formação, aparentemente torna-se refém da dificuldade de construir mudanças nesse cenário, pois não estaria sensibilizado para tal. Isso se evidencia a partir da manutenção da abordagem das questões ambientais nas disciplinas voltadas para saneamento nos cursos de enfermagem, como demonstram os PPC.

Além dos vínculos citados anteriormente, as falas dos sujeitos permitem sugerir que, até mesmo algumas formas de abordar o conhecimento ambiental, encontram-se mantidas na formação atual desde a formação dos sujeitos do estudo. Isso é perceptível, e evidencia a necessidade de aprimoramentos, quando alguns participantes colocam terem realizado visitas em espaços como lixões e unidades de tratamento de água, ao mesmo tempo em que citam essas atividades na formação atual. Tal similaridade na abordagem das questões ambientais coloca em xeque a evolução dos conhecimentos ou, pelo menos, o método utilizado, pois a abordagem que perdura de modo tão semelhante durante tanto tempo poderia estar incorrendo no risco de ser obsoleta ou desatualizada. Avaliar essa situação pode ser outro problema a ser enfrentado, pois se visualizou que algumas disciplinas não estão sob o domínio dos cursos de enfermagem, ou seja, encontram-se sob a responsabilidade de outros departamentos das IES.

Torna-se fundamental, então, para abordagens mais críticas, integradoras, reflexivas e contextualizadas, superar as dificuldades citadas pelos sujeitos do estudo, que percebem, nos diferentes afazeres, na falta de preparo, na comunicação diminuta do corpo docente, na ausência de parcerias dentro das IES e com o poder público, assim como uma estrutura curricular que dificulta a inter-relação entre os conteúdos, os maiores problemas a serem enfrentados. Frente a isso, destaca-se que o saber ambiental, através da educação ambiental, poderia ser o elo condutor que auxiliaria na superação dos diferentes empecilhos para uma formação profissional mais condizente com o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, quando enfatizam a necessidade do perfil profissional estar condizente com um enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo.

As múltiplas concepções construídas pelos sujeitos do estudo para conceber a Educação Ambiental evidenciam que, embora acreditem não ter conhecimentos especializados sobre a temática, os docentes compreendem os objetivos fundamentais que devem ser trabalhados para a superação da problemática atual. Dessa forma, a partir de vínculos entre o tema e as disciplinas que ministram, os educadores podem empreender

reflexões complexas sobre as relações entre homem e ambiente, a preservação e sustentabilidade ambiental, as aproximações com o contexto e a cultura das comunidades, assim como, movimentarem valores de solidariedade, ética, respeito e pertencimento, despertando no discente o ímpeto de responsabilidade e, possivelmente, tornando-o um potencial multiplicador dessa forma de perceber a dinâmica socioambiental.

A partir deste estudo, pode-se pensar que, ao menos com os sujeitos participantes, um primeiro passo já foi dado, convidando-os a refletir sobre o tema na busca de aproximações com a sua prática docente. Além disso, a pesquisa proporcionou com que os enfermeiros pensassem a forma como o conhecimento está estruturado na formação profissional, resgatando as suas concepções sobre a complexidade que envolve o ambiente, a relação desse com a saúde e, evidenciando, algumas questões que, por vezes, encontram-se obscurecidas no dia a dia dos educadores, que é justamente o distanciamento entre os componentes do corpo docente para pensar os avanços e retrocessos da formação frente às novas demandas.

Acrescenta-se ainda que, repensar a formação do enfermeiro não pode ser condição essencial apenas para os enfermeiros docentes que se encontram na linha de frente dessa situação, mas também, faz-se necessário rever a forma como está assentado o conhecimento nos documentos que norteiam a educação nos cursos de enfermagem. Pois, a partir da leitura das DCN, percebe-se que são poucas as aproximações com as questões ambientais, sendo que, quando existem, relacionam-se a conteúdos e concepções voltadas para o saneamento do meio, sem considerar, ou sugerir, que sejam empreendidas reflexões sobre a ação do homem na situação contemporânea.

Sendo assim, entende-se que o estudo não tem por objetivo encerrar a discussão sobre as questões ambientais na formação profissional em enfermagem, mas sim, levantar subsídios para que novas investigações possam emergir e colaborar para o refletir da estrutura formativa atual. Acrescenta-se a isso, que a pesquisa detém as limitações dos estudos de abordagem qualitativa, ou seja, não intenta expandir qualquer tipo de homogeneização das concepções aqui captadas para os diferentes cursos de enfermagem.

Acredita-se que, a partir dos dados obtidos e o olhar exaustivo lançado sobre esses, a pesquisa cumpriu com seus objetivos propostos e trouxe resposta para sua questão norteadora, ao permitir o conhecimento das percepções dos enfermeiros docentes sobre as diferentes questões ambientais e a abordagem dessas na formação profissional em enfermagem. Soma-se a isso, a possibilidade de, a partir do estudo, se traçar sugestões sobre o tema.

Nessa vertente, entende-se que para a reflexão entre os docentes e com os discentes sob as questões ambientais, faz-se necessário que os educadores sejam flexíveis para a

aquisição de novos conhecimentos, pois esses podem ir de encontro aos conhecimentos particulares atuais, exigindo o romper de ideias já enraizadas visando novos olhares e perspectivas. Torna-se condição essencial também o comprometimento com o tema, pois apenas acrescentar conteúdos ambientais às diferentes disciplinas não se configura em sinônimo de mudança, podendo tornar-se mais uma informação a ser vencida na estrutura disciplinar.

A educação permanente pode trazer respostas frente à insegurança dos sujeitos com o tema, embora para isso, as IES também devam estar sensibilizadas e construir estratégias visando a implantação de iniciativas interdisciplinares, que disseminem as potencialidades dos diferentes cursos através do conhecimento ambiental, que é essencialmente interdisciplinar. De modo mais factível, uma iniciativa pode ser a criação de grupos institucionais que discutam sobre as questões ambientais e tracem perspectivas para os diferentes departamentos e cursos, a partir da participação das diversas áreas do conhecimento.

Para além dessas sugestões, depreende-se que o estudo trouxe consigo muitas dúvidas as quais se pode dar origem a novas pesquisas e reflexões, como por exemplo: se os sujeitos manifestaram que a disciplina que tiveram sobre a temática foi frágil, por que a abordagem da temática se mantém ainda, comumente, sob uma disciplina? Alguns docentes relataram que a temática é complexa para os semestres iniciais, pois tiveram dificuldades quando estavam na graduação, então porque ela também se mantém, principalmente, nos semestres iniciais hoje?

Embora essas dúvidas sejam pertinentes para discussão entre o corpo docente, revendo suas concepções e aprendendo com as fragilidades percebidas para modificar a atualidade, um questionamento deve ser feito, nos diferentes espaços, pois se configura em essencialidade para pensar o ambiente. Os sujeitos relatam dificuldades para o trabalho interdisciplinar entre eles, destacando que, por vezes, não sabem como o outro colega educador está trabalhando os conteúdos de uma mesma disciplina, ou seja, surge nesse momento uma inquietação, como o enfermeiro pode pensar, na perspectiva do Sistema Único de Saúde, um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, se durante a graduação ainda temos dificuldade em construir conhecimentos de modo compartilhado? Estaríamos, ainda, incorrendo nos erros da modernidade fragmentadora, onde os conhecimentos são alvos de divisão e especialização sem posterior integração?

Finalizando, entende-se que para a mudança na forma de perceber o mundo o qual vivemos e seus problemas, torna-se necessário empreender esforços para a construção de conhecimentos mais integradores, que permitam instigar o pertencimento e a responsabilidade dos diferentes atores sociais frente à problemática socioambiental do nosso tempo. Assim,

espera-se que esse estudo possa ter instigado a busca de novos horizontes, onde homem e ambiente se inter-relacionem de maneira sustentável, com base no cuidado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, N. M. L. A práxis na educação ambiental. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 14, p. 74-76, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/2885/1639>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ANDRADE, B. B.; et al. Ontologia e epistemologia do cuidado de enfermagem. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar.**, Umuarama, v.12, n.1, p.77-82. jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/saude/article/viewFile/2232/1844>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BACKES, M. T. S.; ERDMANN, A. L.; BACKES, D. S. Cuidado ecológico: o significado para profissionais de um hospital geral. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307023834011>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011. 279 p.

BESERRA, E. P. et al. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 5, set. a out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/26.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Capítulo 36. Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento. Brasília, DF. S.d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap36.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2011.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 31 ago 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 05 out. 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo VI. Meio Ambiente. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 05 out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 out. 2012.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 196/96, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Brasília, DF, 10 out. 1996.

_____. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, DF: 1998. 166 p.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 27 abr 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 05 out. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação superior. Resolução n. 3, de 7 de novembro de 2001. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov. 2001. Seção 1, p. 37.

_____. Ministério da Saúde. As cartas da promoção da saúde. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2002. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/02_1221_M.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Programa nacional de educação ambiental – ProNEA. Brasília, DF: **Ministério do Meio Ambiente**, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. Brasília, DF: **Editora do Ministério da Saúde**, 2007. 56 p. Disponível em <www.saude.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2012b.

_____. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, DF: **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2008a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde. Brasília, DF: **Editora do Ministério da Saúde**, 2008b.

_____. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. 2012. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2012a.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Cadernos de sustentabilidade da Rio+20: diretrizes de sustentabilidade e guia de boas práticas da

organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: **FUNAG**, 2012b. 206 p. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/caderno-sustentabilidade>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. Promoção da Saúde conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. In: Universidade de Lisboa. Instituto de Educação. 2005. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2012.

CAMPONOGARA, S.; KIRCHHOF, A. L. C.; RAMOS, F. R. S. A relação enfermagem e ecologia: abordagens e perspectivas. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, jul/set. 2006. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v14n3/v14n3a11.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CAMPONOGARA, S. **Um estudo de caso sobre a reflexividade ecológica de trabalhadores hospitalares.** 2008. 277 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMPONOGARA, S. Saúde e meio ambiente na contemporaneidade: o necessário resgate do legado de Florence Nightingale. **Rev Esc Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan/mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000100024&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004a. 256 p.

CARVALHO, V. Cuidando, pesquisando e ensinando: acerca de significados e implicações da prática da enfermagem. **Rev latino-am enfermagem.** Ribeirão Preto, v.12, n.5, set/out. 2004b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692004000500015&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CEZAR-VAZ, M. R.; et al. Estudo com enfermeiros e médicos da atenção básica à saúde: uma abordagem socioambiental. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.16, n.4, out-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n4/a08v16n4.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CORRÊA, L. B.; LUNARDI, V. L.; DE CONTO, S. M. O processo de formação em saúde: o saber resíduos sólidos de serviços de saúde em vivências práticas. **Rev Bras Enferm**, v.60, n. 1, jan-fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CORRÊA, L. B.; et al. O saber resíduos sólidos de serviços de saúde na formação acadêmica: uma contribuição da educação ambiental. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, Botucatu, v.9, n.18, set/dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n18/a08v9n18.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

DAL PAI, D.; SCHRANK, G.; PEDRO, E. N. R. O enfermeiro como ser sócio-político: refletindo a visibilidade da profissão do cuidado. **Acta paul enferm**. São Paulo, v.19, n.1, jan/mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002006000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ESPÍRITO SANTO, F. H.; PORTO, I. S. De Florence Nightingale às perspectivas atuais sobre o cuidado de enfermagem: a evolução de um saber/fazer. **Esc Anna Nery**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000300025>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FREITAS, C. M. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. **Um equilíbrio delicado: crise ambiental e a saúde no planeta**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 152p.

FURG. Disponível em: <<http://www.eenf.furg.br/images/stories/um%20pouco%20da%20nossa%20histeria.pdf>> Acessado em: 17 set. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p.

GOUVEIA, N.; MIRANDA, A. C. Rio+20: (In)Sustentabilidade e Saúde Coletiva. Editorial. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a01.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

JACOBI, P. R.; GUERRA, A. F. S.; SULAIMAN, S. N.; Nepomuceno, T. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, jan. a abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a08.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, Edição Especial, mai. a jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, jan. a abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n77/a05v2977.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

KANTORSKI, L. P. As transformações no mundo do trabalho e a questão da saúde – algumas reflexões preliminares. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.5, n.2, abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11691997000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

KIRCHHOF, A. L. C. O trabalho da enfermagem: análise e perspectivas. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v.56, n.6, nov/dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672003000600016&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

KOERICH, M. S. et al. O significado do cuidado ecológico para estudantes e professores da área da saúde: estudo qualitativo. *Online braz. j. nurs.*, Niterói, v. 9, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2010.2781>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. 494 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MONTEIRO, E. M. L. M.; et al. A visão ecológica: uma teia na enfermagem. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v.58, n.3, mai/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019628017>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MOTA, F. S. B. Conhecimentos para promoção do saneamento, saúde e ambiente. In: PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, p.809-832, 2005.

PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental: evolução e conceitos. In: PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, p.587-598, 2005.

PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. Saneamento e Saúde Pública: Integrando Homem e Ambiente. In: PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, p.03-32, 2005.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.114, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PIRES, D. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.62, n.5, set/out., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672009000500015&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2014.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 120p.

PORTO, M. F. S. Entre a saúde e a vulnerabilidade: em busca de uma abordagem ecossocial em problemas de saúde e ambiente. In: PORTO, M. F. S. **Problemas ambientais e vulnerabilidade: abordagens integradoras para o campo da Saúde Pública**. Rio de Janeiro: CESTE/ENSP/FIOCRUZ, 2002.

RIBEIRO, H. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saude soc.** São Paulo, v.13, n.1, jan-abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/08.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

RIBEIRO, M. C. S.; BERTOLOZZI, M. R. Reflexões sobre a participação da enfermagem nas questões ecológicas. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v.36, n.4, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n4/v36n4a01.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SANTANA, F. R.; et al. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem: uma revisão dialética. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v.07, n.03, 2005. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista7_3/original_06.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SANTOS, S. S. C. O ensino educativo sobre o desenvolvimento sustentável na enfermagem: reflexões. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, v.11, n.3, set-dez. 2002.

SCHMIDT, R. A. C. A questão ambiental na promoção da saúde: uma oportunidade de ação multiprofissional sobre doenças emergentes. **Physis**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a10.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SENA, J.; CEZAR-VAZ, M. R. A relação saúde/ambiente nos processos de formação do profissional enfermeiro: um ensaio teórico. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v.24, jan/jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3900>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SENA, J. **Relação saúde/ambiente nos processos de formação do enfermeiro: um estudo nos conteúdos curriculares da graduação em Enfermagem.** 2011. 202 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

SILVA, A. L. A enfermagem na era da globalização: desafios para o século XXI. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto. v.16, n.4, jul/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n4/pt_21.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; et al. Ecologia na formação do profissional de saúde: promoção do exercício da cidadania e reflexão crítica comprometida com a existência. **Revista Brasileira de Educação Médica.** Rio de Janeiro. v.33, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33n2/15.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

TAMBELLINI, A. T. Desafios teóricos na relação produção, ambiente e saúde. In: PORTO, M. F. S. **Problemas ambientais e vulnerabilidade:** abordagens integradoras para o campo da Saúde Pública. Rio de Janeiro: CESTEH/ENSP/FIOCRUZ, 2002.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Públ.** São Paulo, v.39, n.3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

UNIPAMPA. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/enfermagem/concepcao-do-curso-de-enfermagem/historia-do-curso/>>. Acessado em: 17 set. 2012..

UFPEL. Disponível em: <<http://feo.ufpel.edu.br/>> Acessado em: 17 set. 2012.

UFSM-CESNORS. Disponível em: <<http://www.cesnors.ufsm.br/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/eenf/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

ZAKRZEVSKI, S. B. (org); et al. **A Educação ambiental na escola: abordagens conceituais**. Erechim: Edifapes, 2003. 127 p.

APÊNDICES

APENDICE A - FICHA DE EXTRAÇÃO DE DADOS DOCUMENTAIS**Instrumento de extração de dados da análise documental**

Título do arquivo:

Instituição:

Autor:

Ano:

Objetivo do documento:

Características institucionais:

Disciplinas:

Perfil do curso:

Objetivo:

Conteúdo programático:

Ementa das disciplinas:

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de entrevista

Dados de identificação

Nome:

Código para uso dos pesquisadores:

Departamento:

Disciplina Ministrada:

Idade:

Tempo de formação:

Tempo de vínculo com a Instituição Atual:

- 1- O que você entende por meio ambiente?
- 2- O que você pensa sobre a atual problemática ambiental?
- 3- Na sua vida particular você desenvolve alguma ação de preservação ambiental? Se sim, qual?
- 4- O que você pensa quando falamos em saúde e meio ambiente?
- 5- Em sua formação profissional ou capacitações para o trabalho houve, ou há, alguma abordagem relacionada à interface saúde e meio ambiente?
- 6- Tomando como base sua prática docente aqui nessa instituição, como você percebe a temática ambiental?
- 7- O que você entende por Educação Ambiental?
- 8- Como você percebe a discussão sobre educação ambiental na formação profissional na enfermagem?
- 9- O que você pensa sobre a sua responsabilidade, como docente, frente à temática ambiental?
- 10- Você tem alguma sugestão a fazer sobre esse assunto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem: percepção de enfermeiros docentes.

Autor: Enf^o Md^o Roger Rodrigues Peres

Pesquisador responsável: Prof^a Enf^a Dr^a Silviamar Camponogara

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Enfermagem

Telefone para contato: (55) 9977-9113 / (55) 99652510 / (55) 81227818 / (55) 33117729

Local da coleta de dados: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Rio Grande (FURG); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Fundação Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte (UFSM-CESNORS).

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de gravação da fala em entrevista semiestruturada, em local apropriado de preferência do participante. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no computador pessoal do pesquisador (na sala 1339, do Departamento de Enfermagem/CCS), por um período de 5 anos sob a responsabilidade do Prof.(a) Pesquisador(a) Silviamar Camponogara. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em/...../....., com o número do CAAE

Santa Maria,.....dede 20.....

.....
 Silviamar Camponogara
 Id: 8043999090

Coren-RS: 58899

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

PESQUISA: A interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem: percepção de enfermeiros docentes.

AUTOR: Enf^o Md^o Roger Rodrigues Peres

PESQUISADOR: Prof^a Enf^a Dr^a Silviamar Camponogara

Eu, _____, confirmo que recebi as informações necessárias para entender porque e como este estudo está sendo realizado. Compreendi que:

- Objetivo do estudo: o objetivo principal é conhecer o que pensam os enfermeiros docentes sobre a inter-relação saúde e meio ambiente e como isso se expressa na sua prática docente. O estudo se justifica pela devida importância de conhecer a concepção da relação saúde e meio ambiente, por parte dos enfermeiros docentes, pois são estes os impulsionadores que podem ou não instigar um pensamento reflexivo frente aos problemas de saúde e socioambiental. Dessa forma, espera-se poder qualificar o ensino na área da enfermagem e possibilitar melhor qualidade de atenção à saúde dos usuários, bem como, minimizar o impacto ambiental provocado pelas práticas de assistência a saúde;

- não sou obrigado(a) a participar na pesquisa. Depois de minha autorização, se quiser desistir a minha vontade (liberdade) será respeitada, em qualquer momento da pesquisa, sem quaisquer represálias atuais ou futuras. A minha decisão em não participar ou desistir da pesquisa a qualquer momento será respeitada sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo;

- compreendi que a pesquisa não acarretará em algum custo adicional ou benefício financeiro;

- será realizada uma entrevista comigo que será gravada em um gravador digital e, posteriormente digitado (transcrito) as quais serão guardadas por 5 anos em um arquivo confidencial no computador pessoal da pesquisadora, localizado na sala 1339, do Departamento de Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Campus Universitário da UFSM. Após este período, os dados serão destruídos. Caso eu não deseje que seja gravada a entrevista mas queira continuar participando do estudo, a minha vontade será respeitada, transcorrendo a entrevista apenas com a anotação das questões pertinentes pelo entrevistador;

- Benefícios. Estes não serão diretos a mim, mas incluem a reflexão sobre a relação saúde e meio ambiente, o que poderá auxiliar no processo de formação profissional;

- Riscos. Caso as questões da entrevista mobilizem sentimentos ou desconfortos de quaisquer tipos, os pesquisadores estarão disponíveis para prestar esclarecimentos ou fazer os encaminhamentos que forem necessários, como, por exemplo, contato com profissional capacitado para resolução do problema;

- Sigilo. Ao fim desta pesquisa, os resultados serão divulgados e publicados. Terei acesso a essas informações, mas sei que na divulgação desses resultados, o meu nome não aparecerá, pois receberei um código (por exemplo: Enfermeiro1, Enfermeiro2, Enfermeiro3...). Assim, ninguém poderá descobrir quem eu sou, o que protege a minha identidade, privacidade, a proteção da minha imagem e a não estigmatização;

- este estudo poderá contribuir com novas investigações que abordem aspectos relativos a formação profissional em enfermagem, uma vez que são poucos estudos que direcionam para esta temática;

- caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei;

- se eu tiver dúvidas sobre o estudo, poderei telefonar a cobrar para a pesquisadora Silviamar Camponogara (55) 99779113 e autor pesquisador Roger Rodrigues Peres (55) 81227818. Respectivos e-mails para contato: silviaufsm@yahoo.com.br e roger_rrp@yahoo.com.br.

Nesses termos e considerando-me livre e esclarecido(a), consinto em participar da pesquisa proposta, resguardando à autora do projeto a propriedade intelectual das informações geradas e expressando a concordância com a divulgação pública dos resultados.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria/RS ____, _____ de 20__.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

.....
Silviamar Camponogara

CI 8043999090

Coren-RS 58899

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFSM

Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria – 2º andar – Sala Comitê de Ética

Cidade Universitária - Bairro Camobi, cep: 97105-900 - Santa Maria - RS

Tel.: (55)32209362 - Fax: (55)32208009 e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

Uma cópia deste documento será guardada pela pesquisadora e a outra ficará com o responsável que autorizou a participação na pesquisa. Foi desenvolvido respeitando a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde

ANEXOS

ANEXO A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Santa Maria, ___ de _____ de 20__.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, Roger Rodrigues Peres, autor do projeto de Dissertação, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para desenvolver projeto de pesquisa no(a) _____, na _____, para o trabalho de pesquisa sob o título A INTERFACE SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOCENTES, Orientado pelo Professor(a) Silviamar Camponogara.

Este projeto de pesquisa, atendendo o disposto na Resolução CNS 196 de 10 de Outubro de 1996, tem como objetivo conhecer a percepção dos enfermeiros docentes sobre a inter-relação saúde e meio ambiente e como isso se expressa na sua prática docente. Os procedimentos adotados serão pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Esta atividade, caso mobilize sentimentos ou desconfortos de quaisquer tipos, estará sob avaliação dos pesquisadores para que estes prestem esclarecimentos ou façam os encaminhamentos que forem necessários, como, por exemplo, contato com profissional capacitado para resolução do problema. Tem-se como período previsto para a coleta de dados os meses de Janeiro à Julho de 2013.

Espera-se com esta pesquisa qualificar o ensino na área da enfermagem, possibilitando melhor qualidade de atenção à saúde dos usuários, minimizar o impacto ambiental provocado pelas práticas de assistência a saúde e, ainda, contribuir com novas investigações que abordem aspectos relativos à formação profissional em enfermagem, uma vez que são poucos estudos que direcionam para esta temática. Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do(a) Universidade Federal de Santa Maria e pelos pesquisadores Silviamar Camponogara, através do email silviaufsm@yahoo.com.br, telefone (55) 9977-9113, e Roger Rodrigues Peres, email roger_rrp@yahoo.com.br, telefone (55) 81227818.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores estão aptos a esclarecer estes

pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos, sendo que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade de a participação nesta pesquisa causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Autor – Roger Rodrigues Peres

Orientadora – Silviamar Camponogara

Timbre**Autorização Institucional**

Pesquisa: A interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem: percepção de enfermeiros docentes.

Objetivo: Compreender o que pensam os enfermeiros docentes sobre a inter-relação saúde e meio ambiente e como isso se expressa na sua prática docente.

Autor: Enf^o Md^o Roger Rodrigues Peres

Orientadora: Enf^a Prof^a Dr^a Silviamar Camponogara

Eu, _____ responsável pelo _____ declaro que fui informado sobre os objetivos da pesquisa, e concordo em autorizar a execução da mesma. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Conforme Resolução CNS 196 de 10/10/1996 a pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do **Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.**

Responsável Institucional

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A INTERFACE SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOCENTES

Pesquisador: SILVIAMAR CAMPONOGARA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 12192612.0.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 183.574

Data da Relatoria: 08/01/2013

Apresentação do Projeto:

Desde o momento em que o ser humano deixa de ser nômade, sua dominação sobre a terra tem causado efeitos degradantes ao meio ambiente. Esses danos têm acarretado na perda alarmante da qualidade socioambiental, com abalo considerável na saúde populacional. Quando pensada a relação saúde e meio ambiente, torna-se imprescindível que a enfermagem tome posição nessa discussão, tendo em vista que a profissão e o ambiente estão interligados desde seus primórdios, fundamentando-se no legado deixado por Florence Nightingale. Diante do exposto, questiona-se como tem se configurado esse debate na formação profissional em enfermagem, tendo em vista que a concepção dos enfermeiros docentes sobre essa interface pode refletir na sua abordagem, tornando-se ainda mais relevante quando se sabe que esses podem ser considerados os impulsionadores de um pensamento reflexivo frente aos problemas de saúde e socioambientais? Com base nisso, este projeto tem como objetivo compreender a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem. O estudo utilizará a abordagem qualitativa, do tipo exploratório e descritivo, tendo como procedimentos de coleta de dados, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada. Os dados serão coletados nos meses de janeiro a julho de 2013, nas Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Participarão do estudo, na qualidade de sujeitos, os docentes enfermeiros das referidas instituições. O processo de análise dos dados estará orientado pelas etapas básicas de análise de dados em pesquisa qualitativa, de acordo com o referencial de análise de conteúdo de Bardin

Endereço: Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria 2º andar

Bairro: Cidade Universitária - Camobi **CEP:** 97.105-900

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E



(2011). Acredita-se que este estudo poderá contribuir com novas investigações que abordem aspectos relativos à formação profissional em enfermagem diante do atual contexto de crise ambiental, tendo em vista ser uma temática atual e relevante.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Conhecer a percepção de enfermeiros docentes de instituições federais de ensino superior do RS sobre a abordagem da interface saúde e meio ambiente na formação profissional em enfermagem.

Objetivos específicos

- Conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a atual problemática ambiental;
- Conhecer a percepção de enfermeiros docentes sobre a interface saúde e meio ambiente;
- Descrever a percepção de educação ambiental para os enfermeiros docentes; - Levantar subsídios para reflexões sobre a formação profissional em enfermagem e sua potencialidade para uma atuação profissional ambientalmente responsável e comprometida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão adequadamente descritos no projeto de pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto relativo a realização de uma dissertação de mestrado aborda uma temática bastante atual e relevante para a área da saúde e em especial para a que envolve o meio ambiente. O pesquisador responsável tem experiência na área. O estudo está bem problematizado, fundamentado cientificamente e com revisão de literatura atual, consistente e pertinente ao tema. O objeto e os objetivos do estudo são redigidos de modo claro e conciso. O delineamento metodológico proposto é adequado ao objeto/objetivos e está muito bem descrito. As instituições de ensino onde os dados serão coletados estão descritas e contextualizadas no texto. Os participantes do estudo serão escolhidos por sorteio, respeitando a proporcionalidade entre as instituições. O critério para definir o número de participantes será saturação dos dados. Os critérios de inclusão e exclusão bem estão descritos no texto. O processo de coleta de dados e os instrumentos estão adequadamente apresentados. O procedimento de análise dos dados é descrito de forma clara. As questões de privacidade e confidencialidade dos dados estão garantidas. A documentação necessária para avaliação do protocolo de pesquisa está presente e adequada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE encontra-se redigido em linguagem clara e adequada aos participantes do estudo. Termo de confidencialidade está presente. Registro no GAP, Folha de Rosto e Autorização das IES Federais

Endereço: Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria 2º andar

Bairro: Cidade Universitária - Camobi **CEP:** 97.105-900

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E



(UFSM-CESNORS, UNIPAMPA, UFPEL, FURG, UFRGS) para realização da coleta de dados estão presentes e formalizadas. Orçamento e Cronograma presentes e adequados.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SANTA MARIA, 08 de Janeiro de 2013

Assinador por:

**Félix Alexandre Antunes Soares
(Coordenador)**

Endereço: Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria 2º andar

Bairro: Cidade Universitária - Camobi

CEP: 97.105-900

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com